

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO RURAL**

LUYMARA PEREIRA BEZERRA DE ALMEIDA

**LUTA DE MULHERES SEM-TERRA PELO RECONHECIMENTO E SOBERANIA E
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL:
IMAGENS DE UM COTIDIANO**

**Porto Alegre
2019**

LUYMARA PEREIRA BEZERRA DE ALMEIDA

**LUTA DE MULHERES SEM-TERRA PELO RECONHECIMENTO E SOBERANIA E
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL:
IMAGENS DE UM COTIDIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Orientadora: Prof.^a Dra. Eliziane Nicolodi Francescato Ruiz

Coorientadora: Prof.^a Dra. Tatiana Engel Gerhardt

**Porto Alegre
2019**

CIP - Catalogação na Publicação

Almeida, Luymara Pereira Bezerra de
Luta de mulheres sem-terra pelo reconhecimento e
soberania e segurança alimentar e nutricional: imagens
de um cotidiano / Luymara Pereira Bezerra de Almeida.
-- 2019.
162 f.
Orientadora: Eliziane Nicolodi Francescato Ruiz.

Coorientadora: Tatiana Engel Gerhardt.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,
Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural,
Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Soberania nutricional. 2. Segurança alimentar e
nutricional. 3. Mulheres sem-terra. 4. Reconhecimento.
I. Ruiz, Eliziane Nicolodi Francescato, orient. II.
Gerhardt, Tatiana Engel, coorient. III. Título.

LUYMARA PEREIRA BEZERRA DE ALMEIDA

**LUTA DE MULHERES SEM-TERRA PELO RECONHECIMENTO E SOBERANIA E
SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL:
IMAGENS DE UM COTIDIANO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Rural.

Aprovada em: Porto Alegre, 17 de junho de 2019.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Eliziane Nicolodi Francescato Ruiz – Orientadora
UFRGS

Prof. Dra. Tatiana Engel Gehardt – Coorientadora
UFRGS

Prof. Dra. Fabiana Thomé da Cruz
UFRGS

Prof. Dra. Vilma Constancia Fioravante dos Santos
FACCAT

Prof. Dr. Irio Luiz Conti
CESURG

À Valéria (In memoriam)
Parte de mim, longe de mim.
À todas as mulheres, sem-terra e agricultoras
que lutam pelos seus direitos.
Força para seguir.

AGRADECIMENTOS

Assim como este trabalho trata de questões de reconhecimento, gostaria de destacar e agradecer todo o acolhimento e reconhecimento que recebi e, que gosto de pensar, retribuí nessa jornada de conhecimento e afetos, que contribuíram na construção da minha dissertação.

Primeiramente quero agradecer à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural e todos que trabalham, conjuntamente, para sua manutenção, oportunizando a produção de aprendizados.

À Danielle Finamor, por todos os abraços, por sua escuta, paciência, coragem e cuidado para comigo e demais alunos do programa. Sua acolhida foi essencial nessa jornada longe de casa.

À professora Gabriela Coelho-de-Souza, por coordenar e auxiliar o Programa, e ao corpo docente por toda a atenção e responsabilidade em abrir o olhar de seus discentes para as problemáticas do campo.

Gostaria de agradecer imensamente às minhas orientadoras, Eliziane e Tatiana, que, desde o início, acreditaram no meu potencial e me apoiaram nessa jornada com suas contribuições e cuidado na produção de um trabalho consciente, real e ético. Minha admiração por ambas é imensurável.

Quero agradecer aos professores que se dispuseram a participar da minha banca, deixando minha gratidão pelo esforço em se fazerem presentes nesse momento e por suas sugestões tão importantes na qualificação desse trabalho. Tenho enorme apreço por todos.

Não posso deixar de agradecer aos meus colegas de turma do mestrado, pelo companheirismo em todos os momentos, pelas trocas, amizade e por colaborar para a ampliação do conhecimento em nossas conversas. Vocês me ensinaram a importância da interdisciplinaridade na compreensão do mundo.

Agradeço a Laci, pela amizade, cuidado, afeto, morada, pelos pitocos, por nossos passeios e abraços durante os meses que partilhamos o mesmo teto. Você me fez sentir calor em meio às terras frias. Sinto-me honrada em ter sua amizade e companheirismo.

À Maria, Rita, Francisca e Carla. Sem a participação de vocês, nada disso seria possível. Obrigada por abrirem suas casas e corações para essa experiência, pelos

seus olhares atenciosos e envolvimento no trabalho. Deixo meu carinho por vocês e todos os agricultores do Emiliano Zapata.

À minha família, especialmente minha mãe, Maria José, minha segunda mãe, Tiquinha, minha irmã, Mayara e meu irmão, Dayson. Meu alicerce. Obrigada por me apoiarem e me fazerem sempre acreditar que tudo é possível, por confiarem em mim e no meu potencial, por me fortalecerem, por todo o amor e esforços que fazem por mim. Amo vocês!

Ao meu companheiro, Matheus, por auxiliar meus voos, por seu amor, confiança, cuidado e incentivo, pela paciência e calma. Amo você.

Aos amigos que encontrei durante essa jornada e que quero levar para vida: Johana, Katerine, Carolina, Luana, Tanussa, Diogo, Fernando, Juliano, Marcos, Rodrigo, Cledisson. Só tenho a agradecer por tê-los em minha vida.

Aos demais colegas com quem pude partilhar conhecimentos e que me auxiliaram a entender tantas coisas que me fugiam: Letícia, Diana, Judit, Rita, Tamara, Ana, Etho, Lucas, Juliane, Jaqueline, Cláudia, Cecília e tantos outros. Agradeço as trocas, os afetos e suas amizades.

Aos amigos de longa data, que sempre estiveram comigo, mesmo distantes fisicamente, mas sempre me apoiando. Quero agradecer-los pela amizade de sempre: Vanessa, Bruno, Hyolitta, Evaldo, Ana Maria e Helena. E aos amigos recém-chegados: Rayra, Iara, Erlito, Andreia e demais, que possamos continuar formando uma rede de afetos, confiança e amizade.

Poder contar com tantas pessoas maravilhosas nesses caminhos que trilhei para chegar até aqui, sobretudo, é o ponto mais valioso dessa experiência. Agradeço e compartilho com vocês este trabalho, que vai além de um diploma acadêmico. Obrigada!

RESUMO

As mulheres estão presentes desde a escolha das sementes, cultivo e preparo dos alimentos e sua aquisição, influenciando na produção de uma alimentação adequada para si e sua família. O desempenho dessas atividades é essencial na promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN) de toda a população. No entanto, a atuação das mulheres nas atividades voltadas à alimentação e o trabalho de cuidados, nas diferentes classes sociais, são constantemente invisibilizadas e desvalorizadas pela sociedade. Ao tratar dos povos do campo, as situações de vulnerabilidade, insegurança alimentar e falta de autonomia para cultivar e acessar a terra e os alimentos tornam-se um agravante na qualidade de vida das mulheres, pois, a escassez de recursos afeta diretamente as atividades que executam. Essas situações podem interferir nas relações sociais entre os indivíduos, Estado e na autorrelação das mulheres em torno da alimentação, podendo fortalecer ou comprometer a SSAN. Assim, objetivou-se apreender o papel das mulheres residentes no Acampamento Emiliano Zapata, no Município de Sousa/PB, em relação à Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional de suas famílias. O estudo foi realizado durante os meses de fevereiro a setembro de 2018, e as informações foram geradas com o auxílio do Fotovoz como técnica principal da pesquisa, e para compor o referencial teórico e a análise desses resultados, utilizou-se a Teoria do Reconhecimento, de Axel Honneth. Do encontro com as informações, constatou-se a SSAN como sendo algo distante para as mulheres do local. Sem os meios necessários para acessar a terra, manter uma alimentação adequada e efetuar o trabalho de cuidados, as mulheres convivem com a injustiça, falta de dignidade e afeto, produzindo sofrimento e distanciamento de suas relações com a sociedade e a alimentação. O reconhecimento do seu papel na alimentação aparece, na dimensão do afeto, nas relações de reciprocidade entre as mulheres, mas ausenta-se na esfera familiar. O reconhecimento na dimensão jurídica só se apresenta no direito à aposentadoria de algumas agricultoras, sendo os demais direitos sociais esquecidos, deixando-as em situações de vulnerabilidade e violação de direitos, principalmente o direito à alimentação. O reconhecimento pela solidariedade aparece como o único a se fortalecer pelas redes de cooperação e assistência que os próprios moradores construíram diante das dificuldades que enfrentam. O reconhecimento, em suas três esferas, e a valorização do trabalho efetuado pelas mulheres em torno da alimentação demonstra-se tarefa indispensável na construção de uma sociedade livre de opressões e saudável, promotora de SSAN para estas e suas famílias.

Palavras-chave: Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. Mulheres sem-terra. Reconhecimento.

ABSTRACT

Women are present since the seed choices, cultivation and food preparation and its acquisition, influencing the production of adequate food for them and their family. The performance of these activities is essential in the promotion of the Food Sovereignty and Food Security of the entire population. However, the role of women in food and care activities, in the different social classes, are constantly invisible and devalued by society. Treating with rural people, situations of vulnerability, food insecurity and the lack of autonomy to cultivate and access the land and food become an aggravating factor in the quality of life of women, because the resources shortage directly affects the activities they execute. These situations may interfere in the social relations between individuals, the State and in women self-relation around food, strengthening or compromising SSAN. Therefore, the aim was to learn the role of women living in Camp Emiliano Zapata, in the Municipality of Sousa/PB, in relation to Food Sovereignty and Food Security of their families. The study was performed during the months of February to September of 2018, and the information was generated with the help of Fotovoz as the main technique of ethnography, and to compose the theoretical reference and the analysis of these results, the Recognition Theory, by Axel Honneth was used. The encounter with the information, SSAN were verified as being something distant for the local women. Without the necessary means to access the land, maintain adequate food and to execute the work of care, women coexist with injustice, lack of dignity and affection, producing suffering and distancing from their relations with society and food. The recognition of their role in the feeding appears, in the dimension of affection, in the relations of reciprocity among women, but is absent in the family sphere. Recognition in the legal dimension only occurs in the right to retirement of some women farmers, and other social rights are forgotten, finding them in situations of vulnerability and violation of rights, especially the right to food. The recognition by solidarity appears as the only one to be strengthened by the networks of cooperation and assistance that the residents themselves have built in the face of the difficulties they encounter. The recognition in all three spheres and the appreciation of the work done by women around food is an indispensable task in building a society free of oppression and healthy, promoting SSAN for these and their families.

Keywords: Food Sovereignty and Food Security. Landless Women. Recognition.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Acampamento Emiliano Zapata sob o olhar da pesquisadora.	53
Figura 2 - Localização geográfica do Acampamento Emiliano Zapata, no Estado da Paraíba.....	56
Quadro 1 - Descrição das etapas do estudo	59
Quadro 2 - Roteiro de questões para os encontros grupais.....	60
Figura 3 - Primeiros contatos com a câmera.....	63
Figura 4 - Primeiros registros, produzidos pela participante Maria.....	64
Figura 5 - Primeiro encontro grupal para discussão inicial da pesquisa.	66
Figura 6 - Segundo encontro para discussão das imagens produzidas.	67
Figura 7 - Fotografia produzida por Carla, captando o cotidiano.	68
Figura 8 - Fotografia produzida por Maria na representação do cotidiano.	69
Figura 9 - Fotografia produzida por Maria na representação do cotidiano.....	69
Figura 10 - Terceiro encontro para discussão das imagens produzidas. Fonte: A autora (2018)	70
Figura 11 - Fotografias produzidas por Rita sobre a alimentação.	71
Figura 12 - Rita, visualizando fotografia, registrada durante as oficinas.	72
Figura 13 - Último encontro do estudo, caracterizado pela partilha dos resultados. ...	73
Figura 14 - Fotografias do Acampamento Emiliano Zapata. Fonte: A autora (2018) ...	76
Figura 15 - Fotografias produzidas por Carla e Maria, ilustrando suas atividades ligadas à alimentação.....	84
Figura 16 - Fotografias produzidas por Maria.....	86
Figura 17 - Fotografias produzidas por Rita.....	91
Figura 18 - Fotografias produzidas por Carla.....	97
Figura 19 - Fotografias produzidas por Francisca.....	100
Figura 10 - Fotografias produzidas por Jamara.	108
Figura 21 - Fotografias sobre o cotidiano, produzidas por Maria (acima) e Rita (abaixo).....	109
Figura 22 - Fotografias produzidas por Rita.....	110
Figura 23 - Fotografia produzida por Rita.....	111

Figura 24 - Plantação de bananeiras e mandioca, no quintal de Maria.....	112
Figura 25 - Solo entre lotes.....	112
Figura 26 - Carla acompanhando a manutenção das estradas no Acampamento.....	116
Figura 27 - Criação de rede de abastecimento de água no Emiliano Zapata.....	117
Figura 28 - Cadastramento de famílias no Programa Pão na Mesa. Imagem produzida por Carla, retratando o seu cotidiano.....	118
Figura 29 - Famílias recebendo a doação de pão do Programa Pão na Mesa.	118
Figura 30 - Fotografias produzidas por Carla e Francisca sobre suas "lutas" diárias.	120
Figura 31 - Fotografias produzidas por Maria e pela pesquisadora na retratação de seus cotidianos.	121
Figura 32 - Fotografias produzidas por Jamara.....	125
Figura 33 - Cuidado entre participantes, cortando a unha da amiga.....	126
Figura 34 - Fotografia produzida por Rita na representação de seu cotidiano.	127
Figura 35 - Fotografias de bolo de arroz e pamonha, partilhados pelas participantes, Maria e Rita, apresentada na temática sobre a alimentação.	128
Figura 36 - Fotografias representando os cuidados com a natureza.	130
Figura 37 - Fotografia representando o cuidado com os animais.	131
Figura 38 - Fotografia representando o cuidado com a natureza.....	132
Figura 39 - Jumento doado à família de Rita por morador. Fotografia registrada por Maria para representar o cotidiano de Rita	134

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATREZ	Associação dos Trabalhadores Rurais Emiliano Zapata
ATER	Assistência Técnica e Extensão Rural
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
DCNT	Doenças Crônicas Não Transmissíveis
DHAA	Direito Humano à Alimentação Adequada
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IICA	Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FBSSAN	Fórum Brasileiro de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
LOSAN	Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens
MMA	Movimento de Mulheres Agricultoras
MMC	Movimento de Mulheres Camponesas
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
ONU	Organização das Nações Unidas
PA	Projeto de Assentamento
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PIVAS	Perímetro Irrigado das Várzeas de Sousa
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
P1MC	Programa Um Milhão de Cisternas
<i>PFS</i>	<i>Paulo Freire Sticking</i>
PIDESC	Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
UNAG	União Nacional de Agricultores e Criadores de Gado
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	APORTES TEÓRICO-CONCEITUAIS	18
2.1	LUTA PELA TERRA, MULHERES E SOBERANIA ALIMENTAR.....	18
2.1.1	Os movimentos do campo na luta pela terra, seus entraves e a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional	23
2.1.2	Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e o papel da mulher	38
2.2	RECONHECIMENTO DAS MULHERES E SSAN	43
2.1.3	Reconhecimento pelo afeto	46
2.1.4	Reconhecimento pelo direito.....	47
2.1.5	Reconhecimento pela solidariedade.....	48
3	PERCURSOS TRILHADOS PARA CHEGAR ATÉ AS MULHERES E SEUS COTIDIANOS: ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	50
3.1	EM QUE LUGAR E DE QUEM FALAMOS?	53
3.2	A BUSCA DO EMPÍRICO: A ENTRADA EM CAMPO E A GERAÇÃO DOS DADOS	58
3.3	A DINÂMICA DE GERAÇÃO DOS DADOS A PARTIR DO FOTOVOZ: DETALHANDO OS ENCONTROS	62
3.4	O PROCESSO DE ANÁLISE DOS DADOS PRODUZIDOS	73
4	LUTA DE MULHERES POR RECONHECIMENTO E SSAN.....	76
4.1	MULHERES E SSAN NO ACAMPAMENTO	76
4.2	MULHERES VISTAS POR ELAS MESMAS.....	85
4.2.1	“Não tem uma coisa que você me peça que eu não faça”.....	104
4.2.2	Sempre levando um sorriso no rosto	104
4.2.3	“Mulher forte, sim senhor!”	105
4.2.4	Cuidadosa que só ela.....	106
4.3	MULHERES, SSAN E RECONHECIMENTO: FOTOS E VOZES DE COTIDIANOS	107
4.3.1	Reconhecimento pelo direito.....	107

4.3.2	Reconhecimento pelo afeto	119
4.3.3	Reconhecimento pela solidariedade.....	132
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	135
	REFERÊNCIAS	140
	APÊNDICE A – APRESENTAÇÃO DA PESQUISA	154
 APÊNDICE B – TERMO DE APRESENTAÇÃO E ANUÊNCIA DA PESQUISA.....	155
	APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE).....	156
	APÊNDICE D – PARTILHA DE RESULTADOS	159
	APÊNDICE E – PARTILHA DE RESULTADOS	160

1 INTRODUÇÃO

Ao desenvolver, em 2015, um estudo no Acampamento Emiliano Zapata sobre a prática alimentar dos moradores locais, surgiram algumas inquietações. Ao tratar sobre a alimentação os homens logo se afastavam e chamavam suas companheiras para falar do assunto pois, elas, seriam as pessoas com maior propriedade para essas questões. Diante disto, acreditei ser necessária a realização de novo estudo no local, a partir da ideia do protagonismo das mulheres, das quais, elas fossem as personagens principais e pudessem contar suas histórias, para promover visibilidade para as atividades que desempenham, buscando também, compreender o vínculo entre elas e a alimentação. Dessa maneira, questionamos como se dão as relações de reconhecimento dessas mulheres sem-terra e no acampamento, em torno da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (SSAN). Existe, de fato, reconhecimento de sua importância? Em que momentos e espaços elas são reconhecidas?

Diante disso, esta pesquisa apresenta um recorte que trata de algumas mulheres residentes no Acampamento Emiliano Zapata¹, com o intuito de demonstrar a sua importância nos processos que culminam no alcance da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional no local. O Acampamento está localizado entre os municípios de Sousa e Aparecida, no sertão paraibano, onde residem cerca de 110 famílias de agricultores que procuram viver do que cultivam na terra, mesmo com as condições desfavoráveis e violações de direitos a que estão submetidos.

O estudo propõe, antes de tudo, compreender o papel das mulheres residentes no Acampamento, no que diz respeito à sua relação com a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional de suas famílias, a partir da Teoria do Reconhecimento. Nesse propósito, pretendemos descrever as atividades cotidianas desempenhadas pelas mulheres em relação à alimentação, identificando o espaço que a alimentação ocupa em seus cotidianos, para, então, analisar como as mulheres vivenciam esse papel em relação a SSAN e em que esferas se sentem reconhecidas.

Uma alimentação adequada é objeto fundamental para a manutenção e o desempenho das diversas funções do organismo, é uma necessidade básica. No

¹ Emiliano Zapata liderou a revolução camponesa, no Sul do México, em 1910, no intuito de defender as propriedades indígenas, tornando-se símbolo da luta pela terra e pela defesa dos direitos indígenas (TEAO, 2008).

entanto, para que o alimento seja acessado por todos, é necessário que se cultive, respeitando a cultura e autonomia dos povos e que os territórios passem por uma redistribuição adequada, valorizando os atores que compõem os espaços rurais, principalmente, as mulheres, que vêm se mostrando parte fundamental na promoção da Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional da população, por cuidar não apenas da alimentação, mas da manutenção da vida e a preservação da biodiversidade. Trabalhos como o de Bolonha (2013) e Lima (2016) demonstram a atuação das mulheres na promoção da SSAN, envolvidas na alimentação desde a produção, à colheita e comercialização dos alimentos, revelando seus conhecimentos pelo cuidado com a alimentação e a terra. Para que se compreenda a participação das mulheres na SSAN, é necessário conhecer as trajetórias percorridas por elas até o presente, para então, alcançar a diminuição das desigualdades sociais e considerar a emancipação dos diversos sujeitos em suas atuações (CASTRO; DE LARA, 2015).

As mulheres, ao longo dos períodos, têm sido as principais encarregadas pelas refeições de suas famílias e, na maioria dos casos, assumem papel central nas atividades de autoconsumo, para assegurar a subsistência e manutenção da alimentação, tornando-se coautoras no processo de garantia e promoção da Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar de suas famílias.

A Via Campesina inaugura a concepção de Soberania Alimentar, que trata do direito dos povos a terem autonomia para determinar suas próprias políticas e cultivo sustentável dos seus alimentos, respeitando as singularidades de cada povo (BURITY *et al.*, 2010). Já a Segurança Alimentar e Nutricional é caracterizada pelo direito da população ao acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficientes, sem que haja interferência em sua cultura e outras necessidades básicas, promovendo boas práticas de alimentação e utilização sustentável do meio ambiente (BRASIL, 2006). Essa noção de SAN, construída no Brasil, debate e incorpora os conceitos de Soberania e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), que define o direito de todos ao acesso regular e permanente a uma alimentação saudável, de qualidade e que seja suficiente (BURITY *et al.*, 2010). Assim, utiliza-se a expressão SSAN para não restringir o conceito de SAN a perspectivas mercantis e privadas, em parceria com os movimentos sociais, na construção e redefinição da SAN, de modo que as noções conjuntas desses conceitos objetivem políticas e ações públicas (MALUF, 2016). Dito isto, a alimentação adequada é objeto fundamental no combate à insegurança alimentar que assola a população dos assentamentos rurais e as

mulheres são decisivas nas escolhas alimentares da família, pois, buscam diversificar os alimentos, atuam no preparo das refeições, preservam sua cultura e exercem papel fundamental na execução e promoção da SSAN.

A Soberania Alimentar compreende a atuação das mulheres como papel vital na evolução da qualidade da alimentação das famílias camponesas, pois estas, são mantenedoras de saberes diversos sobre sementes, técnicas de plantio, armazenamento e produção de alimentos que, muitas vezes, não são reconhecidos. Atrelado a isso, ainda existe a luta pelo acesso à terra, água e recursos para garantir o cultivo dos seus alimentos e pelo seu espaço de fala na participação das decisões da família e comunidade. Desse modo, é importante ressaltar a atuação das mulheres para a manutenção dos espaços e da vida, reconhecendo seu trabalho e luta por uma sociedade igualitária, sem opressões e com melhor distribuição das responsabilidades atribuídas a estas (PIMBERT, 2009).

Mesmo suportando uma enorme carga de responsabilidades, o trabalho da mulher continua invisibilizado, sendo as atividades que realizam naturalizadas e consideradas um prolongamento de sua função enquanto mães, esposas e donas de casa. Além disso, é difícil para as próprias mulheres determinarem qual a sua função, quando se trata da divisão das tarefas, por terem o seu lugar omitido dentro do espaço de tomada de decisões familiares, e seu trabalho secundarizado (FERRANTE, [2011]). Isso acontece devido às construções patriarcais e relações de poder vinculadas à superioridade de um sexo em associação ao outro, submetendo às mulheres a uma enorme sobrecarga de trabalho, na administração do trabalho de mercado, do trabalho doméstico e de cuidados da família. Essa carga de trabalho e falta de reconhecimento influencia nas relações intersubjetivas que mantém com sua família e sociedade, acarretando sofrimentos (HONNETH, 2003).

Siliprandi (2011) destaca o desempenho das mulheres nas diversas atividades que envolvem a aquisição e preparo dos alimentos, cuidados com as hortas e pequenos animais, além do cuidado com a saúde dos membros da família, sua educação e preparo para a vida. A efetivação dessas atividades as coloca à frente na promoção de estratégias que alavanquem a SSAN. Gomes Júnior (2013), Jalil (2009) e outros autores evidenciam a contribuição das mulheres no alcance da SAN e da Soberania e como seu trabalho é constantemente invisibilizado e naturalizado pela sociedade. Naturalizar e responsabilizar as mulheres pelos trabalhos produtivo e

reprodutivo, reforça um sistema patriarcal e opressor que as distancia do reconhecimento que necessitam para garantir o seu bem-estar.

Partindo desse pressuposto, valorizar o trabalho de cuidados praticado pelas mulheres, seja da alimentação ou da família, e compreender essa atividade como essencial no desenvolvimento adequado do indivíduo e elevação da sua autoestima na construção das relações com a sociedade, a valorização e reconhecimento de sua atuação devem ser colocados como tema de debates.

A discussão sobre o reconhecimento deste lugar que as mulheres ocupam na sociedade e ao tratar da Soberania Alimentar, tem base, para essa pesquisa, na Teoria do Reconhecimento, desenvolvida por Axel Honneth (2003), a qual caracteriza três maneiras distintas de reconhecimento: o afeto, o direito e a solidariedade. Em cada um desses pilares, encontram-se relações de reciprocidade que atravessam os indivíduos, gerando autoconfiança, autorrespeito e autoestima, respectivamente. O não alcance desse reconhecimento pode, de acordo com Honneth (2003), levar ao adoecimento e sentimento de injustiça que provoca o surgimento de revoltas sociais e construção de movimentos sociais para reivindicar a autonomia dos sujeitos.

Diante do exposto, a questão que se coloca nesse trabalho é: como são as experiências das mulheres do Acampamento Emiliano Zapata com a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional? Ou seja, elas são reconhecidas pelo seu envolvimento com a SSAN? Que lugar as mulheres estão ocupando para expressar sua visibilidade e importância na organização e manutenção da vida nos espaços?

A partir dessas questões traçou-se o objetivo geral da dissertação que foi: Compreender o papel das mulheres residentes no Acampamento Emiliano Zapata, no município de Sousa/PB, no que diz respeito a sua relação com a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. E, como objetivos específicos definiu-se:

- a) descrever as atividades cotidianas desempenhadas pelas mulheres, residentes no acampamento, em relação à alimentação;
- b) identificar o espaço que a alimentação ocupa no cotidiano dessas mulheres;
- c) analisar como as mulheres vivenciam esse papel em relação à SSAN e como são as experiências de reconhecimento de seu papel.

Além desta introdução, a dissertação se apresenta em mais três capítulos. O segundo traz o apanhado teórico e conceitual, no qual, baseou-se a pesquisa, conduzindo o leitor por uma breve contextualização da luta dos movimentos sociais do campo pelo acesso à terra, no país e, posteriormente, no Estado da Paraíba. Este

capítulo também percorre os conceitos de Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional, a entrada das mulheres como parte integrante e essencial na luta pela garantia da alimentação adequada e pelos seus direitos. Por fim, traz um aprofundamento no referencial do Reconhecimento para compreender a relação das mulheres no cuidado e alimentação. O terceiro capítulo aborda o campo empírico da pesquisa, explana sobre a etnografia e detalha a utilização do *Fotovoz* – metodologia participativa, desenvolvida pelas pesquisadoras Wang e Burris (1997) com utilização não convencional de fotografias na expressão da realidade das comunidades e sujeitos pesquisados – enquanto referenciais metodológicos utilizados para a concretização do estudo. No capítulo quatro tratamos dos resultados obtidos durante o estudo, apresentando as imagens produzidas e situações encontradas, analisando os dados com base na literatura e na Teoria do Reconhecimento. Por fim, estabelecemos as considerações finais acerca da pesquisa.

2 APORTES TEÓRICO-CONCEITUAIS

Neste capítulo, abordam-se os conceitos e teorias que abarcam o estudo, para então, alcançar o objetivo de analisar os dados produzidos na pesquisa. Assim, discute-se sobre a relação entre a luta pela terra, a SSAN, enfatizando o trabalho das mulheres e o seu reconhecimento desse papel pela Teoria do Reconhecimento. Vale ressaltar que este estudo não busca trazer, detalhadamente, um apanhado histórico sobre a luta pela terra e a participação das mulheres nessa perspectiva, mas propõe-se explicar, de maneira breve, os percursos seguidos para chegar até o presente.

2.1 LUTA PELA TERRA, MULHERES E SOBERANIA ALIMENTAR

A terra é, continuamente, tema de conflitos, pois seu acesso ainda não atende às demandas da população, favorecendo as desigualdades sociais e a propagação da fome nas comunidades rurais que sobrevivem apenas do que cultivam. As questões que permeiam a distribuição de terras remetem à colonização do país, com bases no feudalismo, concentrando grandes propriedades nas mãos de poucos indivíduos (VIEIRA, 1984).

Nos sistemas de produção feudal a propriedade pertencia ao senhor da terra e apenas uma parte limitada era destinada ao camponês, considerado o servo. Com isso, cabia ao camponês pagar tributos ao senhor da terra, em forma de gêneros alimentícios que ele produzia. Logo depois, quando houve a transição desse sistema para o capitalismo, ocorreu uma reestruturação da sociedade, de modo que a procura pelos gêneros alimentícios se tornou maior, devido ao aumento da população, mas a terra também se transformou em mercadoria, desencadeando conflitos entre camponeses e nobreza. Nesses conflitos, a nobreza se sobressaía, pois, tinha o apoio do Estado, fazendo com que os camponeses, que antes dispunham dos recursos necessários para subsistência, passassem a comprá-los. A terra passou a ser monopolizada pelas elites, com as mudanças nas estruturas da sociedade e de cultivos, plantando-se apenas o que os senhores desejassem, e expulsando os camponeses de suas parcelas de terra. Os tributos já não eram cobrados em forma de gêneros, mas sim, em dinheiro, fazendo com que os camponeses se empenhassem mais na venda de seus produtos para o mercado (OLIVEIRA, 2007).

Nessa época, a transição da produção agrícola para a produção de mercadorias tornou os camponeses dependentes de atravessadores para venderem seus gêneros, em razão da distância para chegarem aos consumidores, acarretando em sua exploração por parte destes. Se a família de camponeses fosse grande, muitos saíam da produção familiar para trabalhar em outras propriedades, transformando, gradualmente, a agricultura feudal em capitalista (OLIVEIRA, 2007).

No Brasil, inspirados no regime feudal, durante o período colonial, como relata Serra (2003), a ocupação dos portugueses se iniciou a partir de uma fase de povoamento e colonização, na qual investiram na produção da cana-de-açúcar, devido às experiências prévias e lucrativas em Portugal, dividindo o país em capitanias hereditárias. No regime de capitanias, somente o donatário recebia a permissão de instalar engenhos e lavrar a terra na localidade, utilizando mão de obra escrava indígena e negra, posteriormente. O donatário, geralmente, era um indivíduo de prestígio social e econômico, representante da elite, designado pelo rei, que recebia concessões de terra, no intuito de torná-las produtivas, pagando apenas o dízimo em troca da utilização da propriedade. Apesar da vasta extensão territorial e do fácil acesso à terra, poucos eram os beneficiários desta, devido à falta de estratégias de ocupação do território e ao favorecimento de minorias da nobreza em sua administração.

Para complementar, de maneira mais detalhada, como se instituiu a propriedade e as concentrações fundiárias, Neto (2006) caracteriza, em fases, essa formação histórica, no Brasil: os períodos pré-sesmarial e sesmarial, regimes de posses e das leis de terras, sistema jurídico do Código Civil de 1916, Estatuto da Terra e normas fundiárias regidas pela Constituição Federal de 1988.

O período pré-sesmarial data do início da colonização, com o sistema de feitorias e extrativismo desordenado do pau-brasil, resultando em um fracasso pelas investidas de piratas na, então, colônia. Com o fracasso do primeiro sistema, implementou-se o regime sesmarial, consistindo em lograr das riquezas coloniais, não focando, apenas, no extrativismo do pau-brasil, assegurando, à Coroa portuguesa, seu domínio sobre o território contra a invasão de piratas e outros europeus que avançavam pelas encostas brasileiras. Com isso, buscaram uma colonização mais efetiva do território, por meio da concessão de terras aos amigos do rei, nobres, no intuito de resgatar o feudalismo, a agricultura portuguesa, ambos fracassados, em seu país, e cultivar as terras, sob pena de perda da concessão, caso não produzissem.

Ainda nesse regime, focou-se no cultivo da cana-de-açúcar, construindo engenhos de açúcar, instituindo a monocultura para a exportação e fortalecendo a escravidão, logo após, trazendo a criação de gado como novo produto de expansão da economia colonial.

A partir desse período, instituíram-se e surgiram os latifúndios¹, com as relações de domínio e apropriação da terra pelas elites, existente até os dias atuais, privilegiando uma pequena parte da população detentora de vastas extensões de terra. Como a concessão de terras era fornecida apenas aos nobres, cabia aos mais pobres, ocupar as terras livres e distantes das sesmarias. No Sul do país, as pequenas propriedades se fortaleceram com a chegada dos imigrantes europeus, que, com poucas posses, não tinham outra possibilidade de se manter a não ser, cultivar a terra com a mão de obra familiar.

Diante da Independência do Brasil, em 1822, o regime de sesmarias foi revogado, passando a ser implementada a posse da terra, focada na ocupação das terras como meio de sua obtenção e apropriação. Logo após, estrutura-se a Lei de Terras, em 1850, baseando-se em instaurar a obtenção da terra pela compra e venda desta ao Estado, encerrando a aquisição pela posse e transformando a terra em mercadoria. Essa lei, tornou a ocupação meio ilegal de garantir a terra, o que repercutiu na vida dos mais pobres, dificultando seu acesso; além de serem cobrados preços elevados na compra. A legislação fortaleceu o monopólio dos grandes proprietários de terras, garantindo seu acesso a poucos, impedindo que os trabalhadores cultivassem em outro local que não fosse os dos senhores de terras, beneficiando a mão de obra imigrante europeia à negra, já em processo de abolição da escravatura (FONSECA, 2005; NETO, 2006).

Mesmo com a implantação dessa lei e de outros decretos que viriam, a seguir, para fortalecer o controle do Estado sobre a posse das terras, havia a necessidade de uma instituição jurídica que regesse a vida de todos os cidadãos, baseada, fundamentalmente nos elementos: propriedade, família e contrato (JUNQUEIRA, 2019). No intuito de atender as demandas dos aristocratas rurais, o governo inicia a criação de um sistema jurídico que os beneficiassem, para assim, legitimar os latifúndios e o direito à propriedade. Então, surge o Código Civil de 1916 que entra em

¹ Conceitua-se latifúndio o imóvel rural que excede as dimensões máximas (600 vezes o módulo médio da propriedade) das propriedades rurais da região. Além disso, sendo inexplorado nos critérios físicos, econômicos e sociais do meio; com fins especulativos (Lei Nº 4.504/1964).

vigor no ano de 1917, consagra a propriedade privada e seu direito sobre esta, regulamentando as questões de compra, venda e retomada de terras (OLIVEIRA; FARIA, 2009).

Em vistas da escassez de direitos da classe trabalhadora rural, camponeses organizaram-se para reivindicar melhorias em suas condições de trabalho, conscientes também das desigualdades envoltas nas legislações das propriedades. Camponeses uniram-se, em todo país, no intuito de gerar uma mudança significativa em suas situações, atrelado ao surgimento dos diversos sindicatos de trabalhadores, iniciando, assim, as lutas pela terra. Porém, o direito a sindicalização era ofertado aos grandes proprietários de terras e descartado quando se tratava dos agricultores empregados por estes latifundiários e aos pequenos produtores, pelo receio de que os últimos desestabilizassem os interesses dos primeiros.

Independente dessas adversidades encontradas no processo de organização da classe trabalhadora rural, os camponeses não desistiram de se mobilizar pelos seus direitos. Assim, com a expulsão de posseiros do Engenho Galileia, em Pernambuco, surgem as Ligas Camponesas, tendo diversos e distintos aliados, como o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a Igreja Católica, que contribuíram na organização dos trabalhadores rurais para pressionar o Estado na busca pelo alcance do direito à terra e sua soberania. A Igreja, em 1940, atuou denunciando as precariedades nas condições de vida no meio rural, fomentando a educação dos trabalhadores rurais para a democracia, mas também, buscou distanciá-los de ideais comunistas na construção do sindicalismo cristão, no esforço de atingir melhorias salariais, acesso à terra e outros direitos. O PCB orientou trabalhadores rurais por todo o país, contribuiu na fundação União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB), representando-os em nível nacional, além de veicular notícias, campanhas e ações pelo Jornal Terra Livre (CONTI, 2016).

De acordo com Jahnel (1987), o golpe militar de 1964, ambicionava impedir os avanços das lutas camponesas, entre outros aspectos. Para desestabilizar seus movimentos, promulgou-se a lei 4504, Estatuto da Terra, na intenção de tranquilizar os grandes proprietários de terras e as mobilizações sindicais. O Estatuto, segundo a mesma autora, fundamentava-se em dois princípios: a estruturação da Reforma Agrária (reivindicação das Ligas Camponesas) e a política de desenvolvimento rural, objetivando, a última, na colonização e cobrança de impostos sobre os territórios.

A implantação da Reforma Agrária seria uma maneira que possibilitaria maiores chances de melhoria de vida e distribuição adequada da terra para os pequenos agricultores, além de promover a Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar das populações rurais, diminuindo sua pobreza e vulnerabilidade. O Estatuto da Terra define a Reforma Agrária como um conjunto de critérios que busca redistribuir melhor a terra, de maneira que sejam modificadas as questões de uso e posse, com o objetivo de aumentar a produtividade e estabelecer as razões de justiça social (BRASIL, 1964).

Por meio da implantação da Reforma Agrária transcorreriam a redemocratização do sistema fundiário, produzindo alimentos básicos, no combate à fome e à miséria. Além de produzir ocupações e renda, reduziria a migração de pessoas do campo para as cidades, com a diversificação dos comércios e atividades no meio rural, para elevar o cultivo de alimentos de qualidade para os agricultores e toda a população. Proporcionaria, assim, a interiorização de serviços públicos básicos, garantindo a cidadania e justiça social, popularizando as estruturas de poder (INCRA, [2017]). Como consequência da concretização dessas medidas, a terra já não seria tão escassa para os pequenos agricultores, podendo estes, garantir o cultivo de subsistência, gerando renda e melhorias na manutenção da vida de suas famílias. Mas sua efetivação não era uma finalidade do primeiro governo militar e seus aliados elitistas, pois, o propósito da Reforma trata da desapropriação de terras e benefícios aos trabalhadores rurais.

Bruno (1995) relata que, no governo militar, buscou-se reprimir e restringir as pautas dos trabalhadores rurais, ao passo que, ditavam as temáticas que, os últimos, deveriam reivindicar. Mesmo assim, a aprovação do documento trouxe mudanças significativas na estrutura fundiária do país, pois, agora, estabelecia-se uma legislação que regia as questões agrárias e inaugurava os preceitos da Reforma Agrária. Além disso, o Estatuto da Terra conceituou latifúndio, propriedades familiares, função social da terra, desapropriação, entre outros termos que contribuíram na democratização dos territórios, incentivando as pequenas propriedades. Mesmo assim, estimulou-se o modelo produtivista na consolidação do capital, pelo incentivo à modernização da produção, uso de agroquímicos para manutenção e controle de pragas nos cultivos, no intuito de padronizar e estabelecer uma agricultura ideal ao modelo que demanda o mercado (THOMAZ JUNIOR, 2007).

Passada a ditadura militar, retomou-se a discussão sobre a Reforma Agrária. Movimentos sociais, latifundiários, sindicatos rurais, partidos políticos e demais interessados, reuniram-se para debater sobre a temática, na Assembleia Nacional Constituinte que viria instituir os quesitos de políticas agrícolas e fundiárias e da Reforma Agrária (SILVA FILHO, 2008).

Na Constituição Federal de 1988, encontram-se os artigos 184 a 191 que dissertam acerca da função social e seus critérios, desapropriação e indenização, aspectos legais sobre políticas de incentivo agrícola, concessões de terra para Reforma Agrária e direito à propriedade (BRASIL, 1988).

Os avanços, em termos legais e nas lutas sociais camponesas, para que transcorra a redistribuição adequada de terras mostra-se evidente com o passar dos períodos. Segundo Minguim (2016), os processos que culminam na Reforma Agrária são longos e lentos, mas com a intervenção social e provocação do Estado é que serão cumpridas as desapropriações e diminuição das grandes concentrações territoriais nas mãos de minorias da elite latifundiária, para então, cumprir-se a função social da terra e, assim, garantir benefícios aos pequenos agricultores que lutam pelo seu direito de acessar à terra para promover a produção de alimentos de qualidade.

Antes de tudo, a redistribuição adequada das terras não deve ser tratada apenas em termos econômicos, mas deve-se ampliar o olhar para os benefícios sociais, culturais e ambientais que podem ser alcançados com a sua instauração, tendo os movimentos do campo como frente na luta pela sua Soberania Alimentar e direito à terra.

2.1.1 Os movimentos do campo na luta pela terra, seus entraves e a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional

Atualmente, vários movimentos sociais destacam-se na condução da luta pela terra e efetivação da Reforma Agrária no país, como o Movimento de Mulheres Agricultoras (MMA), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), além de pastorais sociais como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), dentre outros.

Para Welch (2006), existem evidências de movimentos sociais rurais desde a época colonial, porém os registros dos movimentos sindicais rurais só podem ser

encontrados em meados do século XX. O autor relata a fundação dos primeiros sindicatos rurais na década de 30, no Rio de Janeiro, apoiados pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) e outras entidades. Este partido foi de grande importância no sentido de incentivar, legitimar e mobilizar as lutas dos trabalhadores rurais. O PCB inaugurou, em 1954, a primeira conferência nacional de trabalhadores rurais e a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). A ULTAB liderou as lutas camponesas e contribuiu no desenvolvimento de sindicatos e associações em todo o país, até o surgimento da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), continuando as lutas pelos direitos dos camponeses. Ainda com o apoio do PCB, foram criadas diversas Ligas Camponesas pelo país.

As Ligas Camponesas se formaram nesse cenário de embates para lutar pelos direitos e acesso à terra pela Reforma Agrária, sendo constantemente impedidos pelos grandes proprietários de terras. Assim, formaram-se diversas associações para que os trabalhadores pudessem se apoiar e lutar por melhorias de vida, no campo (MOTTA; ESTEVES, 2006). Mesmo sofrendo fortes repressões do Estado, os movimentos rurais se fortaleciam, afrontando latifundiários e mobilizando a população, principalmente, quando se trata das Ligas no Nordeste que apareceram constantemente na imprensa nacional e internacional, demonstrando os mecanismos de organização e resistência dos camponeses, em suas atuações contra a expropriação e exploração dos trabalhadores do campo (NASCIMENTO, 2007; MONTENEGRO, 2008).

A Paraíba também foi um importante cenário de lutas camponesas, desde 1950, quando se iniciaram os movimentos e organizações dos sindicatos rurais e Ligas Camponesas no Estado, acentuando-se as ocupações de terra entre 1989 a 2012, em todo o estado. Grande parte do território paraibano era constituído por latifúndios, dos quais, os trabalhadores eram explorados e, diante do contexto de repressões, não tinham a quem recorrer, até a formação da primeira Liga Camponesa, no município de Sapé/PB, liderada por João Pedro Teixeira, visando a libertação dos trabalhadores rurais. A Liga Camponesa de Sapé, foi o estopim para a criação de movimentos nos demais municípios do Estado, apoiando os trabalhadores prestes a ser expulsos das propriedades, prestavam assistência jurídica aos camponeses, procuravam ampliar o acesso à saúde da população rural, combatiam o analfabetismo, além de lutar pela Reforma Agrária e direitos trabalhistas, e de sindicalização, procurando apoios externos para fortalecer suas lutas, como partidos

políticos (PCB) e outros movimentos sociais. Com o golpe militar, os principais representantes das Ligas, foram perseguidos, presos e, muitos, assassinados, reestabelecendo a dominação latifundiária e enfraquecimento das lutas pela terra (TARGINO, 2011).

Embora, na década de 60, decorresse o enfraquecimento das Ligas, estas tornaram-se inspiração para o surgimento de outros movimentos sociais no combate aos latifúndios e pelo acesso à terra, na década de 80, como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), sendo o último, um dos principais movimentos do campo envolvido na busca pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional como parte da Via Campesina.

O MST teve suas raízes, no Sul do país, na década de 80, a partir de um grupo de agricultores que foram despejados de suas terras, unindo-se a outros trabalhadores rurais que passaram por situações semelhantes, das quais, não havia terra suficiente para garantir o cultivo e manutenção da vida dessas pessoas, o que desencadeou a luta pelo alcance de seus direitos. Além da democratização do uso da terra, com a sua redistribuição pela Reforma Agrária, o movimento também buscou mudanças no âmbito social do país. Sobre estas vertentes, também reúnem: a produção de alimentos de maneira sustentável, diminuindo a mecanização da produção e alimentos livres de agrotóxicos, na garantia de trabalho e renda para os assentados e, ainda, a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (CALDART, 2012).

Na luta pelo alcance dos seus ideais, o movimento e os assentados são, constantemente, perseguidos por aqueles que seguem uma lógica individualista e capitalista², aspirando apenas ao lucro para si, sem levar em consideração o uso adequado da terra e o esgotamento de seus recursos, ou a promoção de renda que esta traz para os agricultores. Por meio dessa lógica, transmitem-se aspectos arcaicos provenientes de meados da Segunda Guerra Mundial, em que se instituiu uma ideia de melhoramento da agricultura e reprodução do capital, por meio de inovações tecnológicas que visavam o aumento da produtividade agrícola, denominada de Revolução Verde (ANDRADES; GANIMI, 2007).

² Segundo Oliveira (2002), as relações entre homem e natureza, na lógica capitalista, transformam-se em mercantis, pois, o capital apropria-se desta, retirando o acesso gratuito do homem aos seus recursos. Com isso, incorpora-se a natureza ao circuito produtivo, tomando essa relação com base para expansão do capital.

A Revolução Verde consistiu na modernização da agricultura, com o uso intensivo de agrotóxicos e outros produtos sintéticos, para elevar a produtividade; dentre os quais, priorizava-se a produção de alimentos em larga escala, com o aumento da mecanização da produção, posteriormente, utilizando-se defensivos químicos, ou melhor, agrotóxicos e, por fim, elaborando mudanças biológicas dos genes das plantas para elevar a produtividade. É importante destacar que esse contexto surgiu a partir de interesses capitalistas, envolvendo grandes empresas, modificando o olhar e relações da sociedade para com a natureza, distanciando-os (ANDRADES; GANIMI, 2007).

O modelo de pacotes tecnológicos promovidos pelas grandes indústrias permanece até os dias atuais, o que prejudica as pequenas produções, pois, a estas, são impostos padrões de produção, cuja ideia de que sem a utilização de seus insumos, não conseguirão garantir seus cultivos. Essas estratégias em nada favorecem os agricultores familiares e assentados, pois, estes, continuamente, lutam pelo direito de acessar um pedaço de chão para garantir o sustento, e cultivar seus alimentos de maneira sustentável, reproduzindo saberes tradicionais e com a preservação do meio ambiente.

O acesso à terra e a desigualdade na sua distribuição é uma situação enfrentada, diariamente, pelos pequenos produtores, pois, a maior concentração destas ainda se encontra nas mãos das grandes empresas e de latifundiários. O Brasil possui imensas dimensões territoriais, que poderiam ser aproveitadas, em sua estrutura, de maneira igualitária, para que, assim, todos os agricultores pudessem acessá-las, diminuindo o êxodo rural e a pobreza, não só no campo, mas também levada para as cidades com o monopólio criado sobre a terra.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário de 2006 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a concentração de terras continua a mesma nos últimos vinte anos. O governo não conseguiu controlar a posse de terras pelos latifundiários, ou não houve esforço para que este controle fosse realizado. Os latifundiários que possuem mais de 2 mil hectares são poucos fazendeiros e estes detêm cerca de 98 milhões de hectares. Os imóveis cadastrados no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), em sua totalidade, são de aproximadamente 420,4 milhões de hectares. Devido à extensão das áreas, ocorrem vários problemas nos registros das terras, falta de regularização e diversas propriedades com títulos desconhecidos (IBGE, 2006).

Segundo o INCRA (2017), existem duas maneiras de criação de um assentamento: os Projetos de Assentamento (PAs), originados por meio da obtenção da terra pelo INCRA – pela desapropriação, e aqueles implementados por instituições governamentais, reconhecidos pelo INCRA. Os PAs, na fase de desapropriação, passam pelas seguintes etapas: o processo no qual o proprietário é notificado e a terra é vistoriada, verificando se esta cumpre sua função social, caso seja classificada como improdutiva, a instituição segue o processo; o decreto de desapropriação, que declara a terra como “de interesse social para fins de reforma agrária”; a ação de desapropriação, em que o INCRA determina o valor a ser ressarcido ao proprietário da terra; a indenização, sendo o valor estabelecido, anteriormente, pago ao proprietário; e a imissão de posse, que inicia o processo de seleção de famílias para o cadastramento e criação do PA.

É nessa última fase, que se encontram as famílias do Acampamento Emiliano Zapata (objeto de estudo nessa pesquisa), porém, o edital para realização desta seleção e, posterior, cadastramento das famílias, ainda não foi concretizado. Para o estabelecimento do assentamento, ainda restam algumas etapas: a organização espacial, em que é realizado o parcelamento da terra em lotes, definindo as áreas comunitárias, de preservação e instalação de escolas, igrejas, e outros espaços; e o sorteio dos lotes, designando os lotes de cada família e assinando o Contrato de Concessão de Uso, dando o direito, temporário, de utilização do espaço para o cultivo, até o recebimento do Título de Domínio, que transfere, definitivamente, a terra ao assentado. Em 2016, o então governador do Estado da Paraíba, diante das reivindicações dos moradores locais, assinou o contrato de Concessão de Direito Real de Uso da terra³, ofertando uma certa segurança às famílias que, ali, se instalaram, mas o medo de expulsão da terra, pelo não cumprimento de critérios que viriam a ser impostos pela lei, é contínuo.

Segundo Silva (2014), a ocupação do território estabeleceu-se por volta do ano de 2007, com cerca de 50 famílias, inicialmente, e, ao longo do tempo, abrigando 240 famílias dos dois lados da BR 230. De um lado, instalaram-se 100 famílias e do outro, as 140 restantes, aproximadamente, acomodando-se da maneira que conseguiam,

³ GOVERNO DA PARAÍBA. **Ricardo assina contrato de concessão de direito real de uso de terras das Várzeas de Sousa.** João Pessoa, 26 de abr. de 2016. Disponível em: <<http://funesc.pb.gov.br/diretas/pge/noticias/ricardo-assina-contrato-de-concessao-de-direito-real-de-uso-de-terras-das-varzeas-de-sousa>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

debaixo de barracos feitos com lonas, madeiras, barro, dentre outros. Inicialmente, o Acampamento Emiliano Zapata, foi fundado e liderado pelo MST, mas devido a alguns conflitos, viram a necessidade de dissociação. Atualmente, possui duas frentes de luta, a Associação dos Trabalhadores Rurais Emiliano Zapata (ATREZ), sob a direção de Carla Alves do Nascimento, agricultora e acampada do local, vinculada ao Sindicato de Trabalhadores Rurais do Município de Sousa – PB, e a Associação Terra Prometida, liderada por coordenadores locais do MST.

Além das dificuldades encontradas no acesso aos recursos enquanto acampamento e assentamento, constata-se que a maioria desses recursos são direcionados ao agronegócio, deixando os pequenos agricultores em um contexto de extrema dificuldade, com a escassez de meios que contribuam na produção, assistência técnica e, com isso, altos níveis de desemprego. Wanderley (2001) afirma que, historicamente, os grandes produtores sempre obtiveram mais vantagens em relação aos pequenos produtores, ou seja, o modelo de produção aceito, socialmente, é aquele, no qual, a produção é modernizada, deixando, assim, os agricultores familiares em uma espécie de abandono, incapazes de garantir seu espaço, autonomia e SSAN.

A renda das famílias assentadas é dada pelo que se colhe da terra, diferindo daqueles que fazem da terra uma espécie de patrimônio, em que seu fim é apenas imobiliário ou produzem apenas para exportação. É da terra que os assentados retiram todo o sustento da família (LOERA,2004).

Dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2018), salientam a agricultura familiar como a maior responsável pelo abastecimento alimentar do país e oitava maior produtora mundial de alimentos, destacando a produção de feijão, arroz, mandioca, café, milho e trigo, além de leite e criação de aves, suínos como frutos do empenho dos pequenos agricultores. O Censo Agropecuário (IBGE, 2006) evidencia que 70% da produção de alimentos, no país, é proveniente da agricultura familiar, enquanto apenas 30% vêm dos latifúndios, já que sua produção é mais voltada para exportação. Dados como estes demonstram o quanto precisamos avançar em questões de políticas públicas que assegurem meios que permitam o avanço da agricultura familiar.

As políticas de incentivo à agricultura, que servem de apoio aos pequenos produtores (como Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), Bancos de Sementes

Comunitários, Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), dentre outros) são cada vez mais burocratizadas e de escassa obtenção, principalmente, na conjuntura política atual, em que, estas, estão sofrendo inúmeros cortes em suas verbas, tomada de ruralistas nas pastas da agricultura e meio ambiente, prejudicando sua operacionalidade, elevando o êxodo rural e pobreza no campo. A falta de incentivo financeiro para os pequenos agricultores já está sendo demonstrada nos dados preliminares do Censo Agropecuário de 2017, com diminuição de 9,2% de pessoas ocupadas em atividades ligadas a agropecuária. Além dessas questões, agricultores acampados não conseguem acessar estas políticas devido à falta de estabilidade com relação à terra, em virtude da ausência da certificação de titulação desta, deixando-os em uma circunstância ainda mais carente.

Além de destacar a luta pela Reforma Agrária, direito à terra e uma sociedade justa e fraterna, muitos agricultores almejam alcançar sua soberania, para que possam garantir alimentos de qualidade para suas famílias, o que busca-se alcançar por intermédio da redistribuição adequada de terras, políticas de incentivo à agricultura, alcance dos direitos básicos fundamentais a uma vida digna, para então, promover a SAN e Soberania Alimentar dos povos do campo (MST, 2014).

Perante as mudanças ocorridas, no decorrer do tempo, na distribuição de terras e produção de alimentos, o conceito de Soberania Alimentar também foi se moldando até acordar com princípios agroecológicos⁴ e na intenção de assegurar a autonomia dos povos sobre a sua produtividade, como afirma Altieri (2010). Stédile (2008), também aborda a temática, afirmando que, com o avanço da influência do capitalismo, as empresas e grandes mercados de alimentos, a dependência dos agricultores acaba por elevar-se, o que dificulta o processo de emancipação dessa população na garantia do seu sustento.

Para Weisheimer (2013), esse projeto de desenvolvimento, pautado em princípios produtivistas e capitalistas, resultam em um modelo de “modernização conservadora da agricultura”, pois, ao passo que se modernizam as técnicas, as relações de poder e dominação das estruturas fundiárias, continuam as mesmas. Assim como aumenta o abismo social e fundiário, esse modelo de desenvolvimento promove a fadiga dos solos e contaminação dos recursos naturais, além dos

⁴ A agricultura baseada em princípios agroecológicos é aquela que propõe a utilização sustentável dos recursos naturais, sem o emprego de agrotóxicos e outras tecnologias que possam vir a degradar o meio ambiente (CAPORAL; COSTABEBER, 2004).

desmatamentos com o crescimento das fronteiras agrícolas, em florestas, devastando cada vez mais e destruindo o meio ambiente. Assim, deve-se pensar em novos modelos de emancipação da agricultura, que seja social e ambientalmente responsável, garantindo uma relação de reciprocidade e consumo consciente dos recursos naturais, como pauta a Soberania Alimentar.

A Soberania Alimentar, de acordo com a Declaração Final do Fórum Mundial de Soberania Alimentar (2001), conceitua-se como:

o direito dos povos de definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade de modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um papel fundamental (FÓRUM MUNDIAL DE SOBERANIA ALIMENTAR, HAVANA, 2001, p. 4).

Para compreender a Soberania, é importante perceber que, esta, se aproxima de outros debates também relacionados à autossuficiência e direitos dos povos, como a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), porém com trajetórias diferentes à soberania. Enquanto a primeira surge como uma demanda da sociedade civil e movimentos sociais, a SAN foi discutida a partir de uma preocupação com o crescimento tecnológico e oligárquico sobre a produção de alimentos, e como estratégia para implantação de políticas públicas e combate à fome (ALEM *et al.*, 2015). Já o DHAA, aparece ligado aos direitos humanos, segundo demandas de organizações internacionais, da sociedade civil e da Organização das Nações Unidas (ONU), em parceria com outros países, em um contexto de elevação da fome e violação de direitos das populações mais vulneráveis. No estudo, busca-se a junção destes conceitos, especialmente a SSAN, para tratar de maneira mais ampla e integrada essa relação de soberania nas comunidades.

Apesar da Soberania Alimentar e SAN possuírem construções diferentes, deve-se considerar todos os aspectos envolvidos na alimentação, que se delineiam desde a produção, distribuição, comercialização e acesso, e também, o consumo e qualidade desses alimentos, tendo como base os nutrientes necessários para o desenvolvimento e manutenção do organismo, respeitando a cultura de cada povo em suas práticas, no estímulo da utilização sustentável do meio ambiente (GIORDANI, 2017). De acordo

com Bezerra e Schneider (2012), a associação dessas vertentes políticas, na SSAN, traria um novo conceito, promotor de saúde, com a diminuição na utilização de agrotóxicos pelos agricultores, impulsionaria a autonomia e sustentabilidade ambiental e alimentar para essas famílias. Nessa perspectiva, são traçadas breves explicações sobre a construção desses conceitos, para compreensão do papel das mulheres em sua execução.

A noção de Segurança Alimentar e Nutricional surge no contexto após a Primeira Guerra Mundial, com o avançar da fome pelos diversos países da Europa, junto a queda na economia, tornando-se temática de discussão, com a criação de organizações de cooperação entre os países, dentre estas, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), em 1945, no intuito de criar estratégias de combate à fome, em nível global, dialogando com os países que compõe a organização. A partir da I Conferência Mundial de Alimentação das Nações Unidas, em 1974, iniciaram debates sobre a escassez de alimentos, favorecendo o cenário de modernização da agricultura e inovações tecnológicas, e químicas que desencadeariam na Revolução Verde. Mesmo assim, fortaleceram o debate em torno da fome, não apenas como um problema técnico, mas que envolvia o lado político e social. Com isso, a FAO refere-se a causa da fome não apenas como a falta de alimentos, mas também, à pobreza de grande parte das populações (BOLONHA, 2013; SILVA, 2014).

O aprofundamento nos estudos das causas da fome, para além da escassez de alimentos, trouxe elementos históricos, tecnológicos, culturais, econômicos e políticos como possíveis aspectos influenciadores da fome. Essa ampliação do debate, contribuiu na formação de estratégias de combate à fome mais eficazes, gerando o aparato conceitual de segurança alimentar, disseminado pelas organizações internacionais. Em 1992, após pressões de organizações sociais e de diversos países, a FAO adiciona o fator nutricional a segurança alimentar, adotando-se o termo de segurança alimentar e nutricional. Assim, o conceito abrange tanto os processos de cultivo, acesso e comercialização de alimentos, como os aspectos nutricionais, envolvendo as escolhas, preparo, comportamento alimentar e a saúde. Assim como ocorre na adição do fator nutricional ao conceito de SAN, houve pressão para a incorporação do Direito Humano à Alimentação Adequada nos debates da FAO e na garantia da SAN, em 1996, compreendendo que o acesso a alimentos de qualidade é direito de cada indivíduo (SILVA, 2014).

O DHAA tem sua base normativa no Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), que, em seu artigo 11º, orienta os países sobre o direito fundamental de todo indivíduo de acessar, física e economicamente, uma alimentação adequada. Esse Pacto foi adotado pela ONU, em 1966, como instrumento internacional de proteção dos Direitos Sociais, Econômicos e Culturais, elucidando os direitos humanos já existentes na Declaração Universal de Direitos Humanos. A consolidação do DHAA responsabiliza o Estado de garantir a alimentação como um direito básico do ser humano, proporcionando dignidade e cidadania. Pois, cabe a este ofertar os meios para possibilitar e assegurar esse direito (BRASIL, 2017). No DHAA, cabem os direitos de libertar-se da fome e a uma alimentação adequada, de maneira que, esse direito não interfira na realização dos demais direitos humanos, respeitando a diversidade e cultura alimentar, devendo ser proporcionados os meios necessários no acesso aos recursos financeiros e naturais para obtenção desse alimento, além de ser adequado nutricionalmente, seguro e livre de contaminantes, agrotóxicos, e organismos geneticamente modificados. Por isso, pode-se visualizar a importância de sua integração na SAN, atestando o direito de todos em ter acesso a alimentos de qualidade em seus cotidianos.

No Brasil, a noção de SAN iniciou-se a partir dos debates sobre a fome e suas causas, propostos por Josué de Castro, em 1940, que demonstrou a dimensão econômica e social como fatores determinantes no agravamento da fome e no alcance de melhorias na alimentação. Com a exposição desses fatores, o governo propõe a criação de medidas para amenizar a fome e garantir o acesso à alimentação para a população, como a Comissão Nacional de Alimentação, inaugurada em 1955, com a campanha da Merenda Escolar e, posteriormente, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (CONTI, 2016).

Apesar das medidas tomadas pelo governo, o país passou por uma crise de abastecimento de alimentos, em 1960, o que levou a investir em estratégias de pesquisa sobre armazenamento, abastecimento, assistência técnica e extensão rural, criando inúmeras empresas para apoiar e realizar as demandas do governo na cadeia produtiva (CONTI, 2016).

Em 1986, a FAO realiza a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, que propõe a noção de segurança alimentar, em 1994, na I Conferência Nacional de Segurança Alimentar a consolida. Porém, o termo tomou força, no país, após a Cúpula Mundial de Alimentação, de 1996, criando-se o Fórum Brasileiro de Soberania e

Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), no qual, articula questões de SAN e DHAA com instituições, sociedade civil e movimentos sociais. O conceito de SAN, continuou evoluindo, acrescentando as dimensões alimentar e nutricional outros aspectos que se relacionam na garantia da SAN, como a Soberania Alimentar, trazendo o direito dos povos de cultivar seus alimentos e preservar suas práticas e saberes tradicionais, considerando a utilização sustentável do ambiente, sendo estes, incorporados ao conceito, em 2004, na II Conferência Nacional de SAN e reafirmados na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) de 2006 (LEÃO, 2013).

Logo, a SAN trata da garantia de todos ao acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem que isso interfira no acesso aos demais serviços básicos necessários à saúde e qualidade de vida, na cultura local, sendo socioambiental e economicamente sustentáveis (BRASIL, 2006). O DHAA aborda a alimentação como um direito humano inerente a todos, sendo esta regular, em quantidade e qualidade adequadas à população, além de respeitar suas práticas culturais, garantindo uma vida digna (BURITY, et. al. 2010). É válido ressaltar que sua implantação enquanto direito constitucional, no Brasil, ocorreu tardiamente, em 2010, após forte mobilização do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA) e ativistas a favor da SAN, incorporando, na Constituição Federal, a alimentação como direito social, pela Emenda Constitucional n. 64, de 2010 (BRASIL, 2017; CONSEA, [2011]).

Leão (2013), apresenta a SAN, como estratégia ou política que busca efetivar o acesso regular e constante a alimentos saudáveis e os serviços necessários que garantam essa alimentação. O DHAA requer a disponibilidade, acesso físico e econômico a alimentos de qualidade, respeitando, assim, a dignidade do indivíduo, para que, este, tenha seu direito assegurado. Para que ambos os conceitos e estratégias se concretizem, é necessária a criação de políticas que atendam todos esses critérios, sendo intersetoriais, viabilizando os recursos para uma produção sustentável de alimentos, na qual, encaixa-se a Soberania Alimentar. Modificando o modelo de produção agrícola, como propõe a Soberania, a partir da produção de alimentos seguros, saudáveis e ambientalmente sustentáveis, resgatam-se saberes tradicionais, valoriza-se o pequeno agricultor e promove-se sua saúde. Por isso, esses conceitos relacionam-se e devem se unir, de maneira que possibilitem a viabilização

de políticas públicas voltadas para as populações rurais, muitas vezes, invisibilizadas, contribuindo no alcance da qualidade de vida e propagação da SSAN.

A noção de soberania foi apresentada durante a Cúpula Mundial de Alimentação, em 1996, estruturada pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) e com forte representação dos movimentos sociais, por meio da Via Campesina. A Via Campesina, movimento central no desenvolvimento da Soberania Alimentar, surge um pouco antes, durante a década de 90, a partir da articulação de movimentos das Américas do Norte e Central, e Europa, no Congresso da União Nacional de Agricultores e Criadores de Gado (UNAG), junto a ONG Paulo Freire Stichting (PFS), originaram a ideia da criação de um movimento global de agricultores e camponeses. Devido as divergências políticas com a PFS, inicialmente, decidiram por desvincular-se de outras instituições e tornar o movimento liderado por camponeses e pequenos agricultores, retomando os vínculos, após a consolidação do movimento.

Em 1993, acontece a Primeira Conferência Internacional da Via Campesina, em Mons – Bélgica, oportunidade, na qual, constrói-se o movimento, delineiam seus princípios e planos de trabalho (NIEMEYER, 2007). A organização abarca camponeses, mulheres, sem-terra, indígenas, quilombolas, pescadores, povos tradicionais e juventudes em todo o mundo, confrontando o agronegócio e lutando pelo seu direito à alimentação. Na Conferência, a concepção de Soberania Alimentar desenvolve-se, para então, ser apresentada à FAO, em 1996, trazendo a ideia de soberania como princípio de autonomia das nações, no desenvolvimento de um novo modelo agrícola, capaz de alimentar o mundo. No mesmo ano, ocorreu a Segunda Conferência Internacional da Via Campesina, em Tlaxcala – México, aprofundando a reflexão sobre a noção de soberania, reafirmando a urgência de mudanças ao modelo hegemônico do agronegócio que estaria devastando os ecossistemas e elevando a miséria e fome no campo (ZANOTTO, 2017).

De acordo com Zanotto (2017) e Santos *et al.* (2016), na Cúpula Mundial de Alimentação, de 1996, a Via Campesina apresenta e legitima a Soberania Alimentar à FAO como fonte de enfrentamento ao agronegócio, para alcançar a segurança alimentar e utilização adequada dos recursos ambientais, destacando, ainda, a importância da independência dos agricultores na produção dos seus alimentos e no respeito às suas diversidades, sendo estas culturais e laborais. Neste evento, tratou-

se a Soberania Alimentar como direito dos povos a produzir alimentos, respeitando suas culturas, territórios, como condição para garantia da segurança alimentar.

Conforme relata Marques ([2010]), os camponeses ressaltaram a necessidade de produzir alimentos, localmente, que fossem suficientes para alimentar a população, promovendo o acesso à terra, a água, às sementes, crédito fundiário e demais recursos, aos pequenos produtores, destacando também a importância do apoio do Estado a esse modelo sustentável agrícola, com maior participação popular nos espaços decisórios. A partir disso, o conceito foi-se desenvolvendo e tomando espaço, em diferentes locais e movimentos.

Em 2000, aconteceu a Terceira Conferência Internacional da Via Campesina, em Bangalore – Índia, tendo como frente a ampliação da luta camponesa pelo direito de produzir seus alimentos, de acordo com a diversidade cultural de cada país e pela sua Soberania Alimentar, ressaltando que os alimentos locais, eram substituídos pela comercialização de produtos importados de baixa qualidade, desvalorizando os agricultores locais e promovendo a fome. Nessa Conferência, deixaram claro seu objetivo em alcançar a Soberania para melhorar a vida dos camponeses e combater a fome (VIEIRA, 2008; ZANOTTO, 2017).

A construção do conceito foi discutida novamente em 2001, em Cuba, quando se realizou o Fórum Mundial de Soberania Alimentar, no qual, vários movimentos sociais trouxeram uma nova abordagem do tema, resultando em uma declaração divulgada pela Via Campesina sobre este conceito, visando a extinguir a fome e a desnutrição, promovendo a segurança alimentar da população, trazendo também as questões de autonomia na definição de políticas públicas, sustentabilidade na produção de alimentos e gestão do território, o direito à alimentação e a participação das mulheres nessas dinâmicas (FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001).

Após o Fórum, em 2004, a Via Campesina reuniu-se em São Paulo, em sua IV Conferência Internacional, tendo o MST, o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA) e Movimento de Mulheres Camponesas (MMC), como parte do comitê organizador do evento. Em sua Declaração de Itaici (2004), reafirmou o compromisso de lutar pelo direito dos camponeses de cultivar seus alimentos, preservando seus conhecimentos e combater o sistema capitalista que eleva a pobreza e a fome da população.

Em 2007, ocorreu o Fórum de Nyéléni, o qual tratou a soberania como direito dos povos a alimentos de qualidade nutricional, sendo estes acessíveis, respeitando sua culturalidade e visando a uma produção baseada em princípios ecológicos e sustentáveis, garantindo sua autonomia para decidir a melhor maneira de cultivo desses alimentos (FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR, 2007).

No ano seguinte, aconteceu a V Conferência Internacional da Via Campesina, na África. Em sua Declaração de Maputo (p. 3, 2008), relatam sobre uma crise mundial que se propaga com os avanços do sistema capitalista. Esses avanços capitalistas visam aumentar ainda mais a crise de alimentos, climática, energética e econômica, com a disseminação de sementes transgênicas. A Via Campesina denuncia o monopólio das empresas aos alimentos, desde sua produção a distribuição aos consumidores, homogeneizando a alimentação, com produtos de qualidade inferior, prejudicando a biodiversidade e privando os pequenos agricultores do seu sustento. Para isso, a Via Campesina propõe a Soberania Alimentar como saída para a crise gerada pelo capitalismo, além de reforçar a estruturação da Reforma Agrária, proporcionando o acesso à terra para povos e comunidades tradicionais na manutenção da vida humana e natural, com utilização de técnicas sustentáveis de produção, a descriminalização dos movimentos sociais e participação da juventude como parte importante no alcance de seus direitos, colocando, também, a igualdade de gênero como compromisso para o crescimento e transformação da sociedade: “O avanço das mulheres é o avanço de todos” (DECLARAÇÃO DE MAPUTO, 2008, p. 193).

Maluf (2002), afirma que a Soberania Alimentar se caracteriza pelo direito das populações rurais a cultivarem seus alimentos, de maneira independente, de acordo com os seus saberes e como melhor atendê-los. No entanto, não trata apenas da autonomia dos povos sobre a produção de alimentos, mas também na definição de políticas públicas, trabalho, pesca e a própria terra, de maneira socioeconômica, cultural e ecologicamente adequada. Isso, demonstra a importância do papel dos agricultores como movimento de transformação político e cultural, não apenas no rural, mas também, em todos os lugares. Pois, quando se trata de mudanças no sistema alimentar, trazendo técnicas sustentáveis, juntamente aos saberes tradicionais, resgata-se a cultura local e produz-se um alimento seguro e de qualidade, como a Via Campesina afirma em sua próxima Conferência, na Indonésia.

Em sua VI Conferência Internacional, na Declaração de Jakarta, realizada em 2013, a Via Campesina destaca a Soberania Alimentar como maneira de transformação do mundo e de construção da justiça social, reafirmando ser um direito das nações e povos decidir suas políticas e sistemas alimentares, na garantia do acesso à alimentos de qualidade, que sejam nutritivos e condizentes com a cultura e diversidade local. Na Declaração final do encontro, reafirmam a luta pelo cultivo sustentável de alimentos, por meio da Agroecologia, a igualdade social e solidariedade com os povos, contra a violência e discriminação às mulheres, pela paz, direito à terra, sementes e água no fortalecimento da Soberania Alimentar da população e esperança de um futuro melhor. Nos períodos que precederam as conferências, ocorreram outros encontros de articulação e formulação de estratégias de implantação da Soberania nos diversos países e grupos que compõe a Via Campesina, tendo realizado sete conferências, até o momento, sendo a última realizada em 2017, no país Basco, com tema “Alimentamos nossos povos e construímos o movimento para mudar o mundo”.

Meirelles (2004), evidencia as dimensões que o conceito de Soberania Alimentar abarca, tratando sobre aspectos econômicos, sociais, políticos, culturais e ambientais, enfatizadas no direito à alimentação, ao acesso à terra e a produção, a qualidade e segurança dos alimentos e as relações de mercado envoltas nos alimentos. A falta de soberania afeta não só o meio rural, mas, principalmente, a diversidade e cultura alimentar da população, o que os leva a afastar-se dos alimentos produzidos em sua localidade e da identidade que estes carregam, elevando o consumo de alimentos industrializados. A oferta desses produtos é abundante, porém sua composição é limitada, reduzindo o conteúdo de nutrientes provenientes dos alimentos *in natura* e aumentando as quantidades de açúcar, sal e gorduras em seus componentes – para melhorar sua palatabilidade –, contribuindo na promoção de Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNT)⁵. O monopólio da produção de alimentos é uma das forças a serem combatidas para a concretização da soberania, visto que não há soberania sem oferta de alimentos adequados à cultura e hábitos alimentares da população (LEÃO, 2013).

⁵ As Doenças Crônicas Não Transmissíveis são multifatoriais, resultantes de fatores de risco como tabagismo, alto consumo de álcool, inatividade física e a alimentação não saudável, desenvolvendo-se no decorrer da vida e atingindo, principalmente, pessoas de baixa renda por estarem expostas aos fatores de risco e ter menor acesso aos serviços de saúde (BRASIL, 2011).

É importante ressaltar que a Soberania é um conceito combativo, pois sua representação, por parte dos povos que compõem a Via Campesina, que inaugura a concepção, luta para assegurar seus direitos, que, diversas vezes são esquecidos pelos governos, que acabam priorizando o agronegócio, em vista do crescimento econômico. Caracteriza uma luta por justiça social e respeito a essas pessoas, além de promover a sua eficácia na produção de alimentos para o autoconsumo e para os variados mercados. Junto a isso, ainda traz as mulheres como parte essencial na produção de alimentos e na manutenção da Segurança Alimentar e Nutricional de suas famílias, sendo uma posição de extrema validade, pois, estas são, constantemente, invisibilizadas pela sociedade e pelas posições que ocupam nos demais espaços. Por isso, cabe destacar, a relação das mulheres com a SSAN, no seu contato com a terra e o alimento para oferecer o devido reconhecimento que merecem com suas contribuições.

2.1.2 Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional e o papel da mulher

A inclusão das mulheres na Via Campesina e na luta pela Soberania Alimentar destaca como o trabalho realizado por elas é tão importante quanto o que está ligado aos homens, pois estas são as principais encarregadas pela alimentação da família e pelo cuidado da mesma. Tamaña responsabilidade, leva as mulheres a assumirem papel central na garantia de alimentos para suas famílias e a lutar para que estes sejam acessíveis e de qualidade, atuando na produção para o autoconsumo da família, nas escolhas dos alimentos e na preparação destes. A partir disso, recai sobre elas a função de promover a SSAN das suas famílias, o que se torna uma tarefa árdua e, dependendo do contexto em que vivem, muitas vezes, caracteriza-se pela contínua violação de seus direitos enquanto cidadãs, sem fornecer condições adequadas de vida (SANTOS; SANTOS, 2015).

Tratar de SSAN é desafiar o modelo de produção desenvolvimentista e alavancar a agricultura familiar, por meio de um sistema de produção que respeita as diversas formas de vida, pois é mediante o modelo de produção capitalista que se disseminam as desigualdades de recursos, inviabilizando as pequenas produções. Em consonância a essas distribuições desiguais de recursos, ocorre uma elevação da fome e insegurança alimentar das populações rurais. No projeto de SSAN, questiona-se o individualismo promovido pela lógica capitalista e propõe-se a valorização da

biodiversidade, rememorando os saberes tradicionais, com a criação de novas relações com a natureza, a utilização sustentável dos seus recursos, preservação do meio ambiente, garantia do prolongamento da vida humana e do planeta, sem deixar de considerar a qualidade, diversidade e hábitos alimentares da população. Além disso, como tratar de um novo modelo de produção sem discutir as formas de opressão entre os sexos, colocadas pela divisão sexual do trabalho e minimização do trabalho desempenhado pelas mulheres (JALIL, 2009)? Por meio dessa junção de conceitos na SSAN que resgata relações sociais e com a natureza é que tratamos, sobre as mulheres e sua importância na promoção de novos modelos de produção e visibilidade a esse público.

Cotidianamente, as mulheres vêm discutindo sobre os papéis atribuídos a elas pela sociedade, seja em seus domínios subjetivos ou corpóreos, ou nas relações construídas no meio que vivem.

Pensar na atuação da mulher, nos diferentes espaços, colocando-a como protagonista da sua história e na linha de frente na tomada de decisões, é valorizar a sua atuação e garantir a sua autonomia. A Via Campesina, ao se posicionar pela igualdade de gênero e se colocar na luta pelo fim da violência contra as mulheres, em todas suas formas, reconhece que não é possível ocasionar uma mudança real na sociedade e no campo, sem a devida valorização das mulheres (DECLARAÇÃO DE MAPUTO, 2008).

Quando tratamos de gênero, Scott (1995), esclarece o conceito como as construções culturais que envolvem o sujeito, estabelecendo a origem puramente social das subjetividades que tecem a identidade do mesmo, ou seja, as características que costumam atribuir aos sexos, são produtos da sociedade e do ambiente em que se desenvolve o indivíduo. É importante esclarecer que os papéis atribuídos às mulheres, de invisibilidade e inferioridade, são efeitos do patriarcado⁶ propagados durante os séculos, reforçando posições de opressão que prejudicam homens e mulheres, sendo as últimas, ainda mais afetadas.

As desigualdades acentuam-se, no mercado de trabalho, ainda mais, quando se trata das classes sociais e étnicas das mulheres, tendo as pobres e negras como principais afetadas, e em condições precárias de trabalho (MOREIRA, 2013). Além da

⁶ Caracteriza o patriarcado como a dominação do homem sobre a mulher nas diferentes camadas da sociedade. Para entender melhor o conceito, visitar o artigo de Morgante e Nader (2014): “O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico”.

precariedade no trabalho, os salários recebidos são mais baixos que os do sexo masculino e recebem menos visibilidade, assim como o trabalho doméstico e reprodutivo exercido, primordialmente, pelas mulheres. Ao trabalho doméstico, não se atribui o valor social que recebe o trabalho de mercado, apesar de que, quem executa o primeiro, tem que tomar decisões importantes como, o que irão se alimentar, a que horas, a limpeza da casa, as compras necessárias para concretização dessas atividades, além dos cuidados tomados com os membros da família. A valorização do trabalho de mercado e desvalorização do trabalho doméstico converte o poder para o homem, favorecendo as empresas e governos, fortalecendo a dinâmica do capitalismo patriarcal.

Apesar dessas desigualdades e opressões afetarem todas as mulheres, é necessário evidenciar as lutas das mulheres rurais pelos seus direitos. Siliprandi ([2011], p. 3), destaca os primeiros movimentos de mulheres do campo, por volta de 1980, com o ressurgimento de movimentos sociais, após a ditadura militar, na luta pela sindicalização. Além disso, buscavam reivindicar seu reconhecimento enquanto agricultoras e pelo direito à terra, pois ao acessar créditos e outros benefícios para a propriedade, era dado ao homem o título de proprietário da terra e agricultor. Somente os homens eram vistos como representantes da família e administradores dos recursos, enquanto as mulheres eram colocadas como “domésticas”, ou “donas de casa”, dificultando a garantia de seus direitos sociais. Seus protestos foram considerados e seu direito à terra foi acrescentado na Constituição Federal de 1988, concedendo o título da terra tanto ao homem, quanto a mulher, ou a ambos, independente do estado civil.

Porém, esses direitos não foram facilmente alcançados após a inserção na Constituição, levando diversos anos até haver uma modificação significativa nas regulamentações sobre a posse de terras e benefícios para as agricultoras. Em 2000, após a organização da Marcha das Margaridas⁷ e pressão das mulheres sobre o Estado pelo direito à terra, conseguiram a reformulação dos critérios colocados pelo INCRA no acesso à terra pela Reforma Agrária, que, antes, consideravam apenas o homem como titular da terra (DEERE, 2004).

⁷ A Marcha das Margaridas (MM) é um movimento de mulheres do campo, das florestas e das águas que busca a igualdade de direitos e luta pelo fim da violência contra as mulheres, inspiradas por Margarida Maria Alves, que foi agricultora, paraibana e presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande, brutalmente assassinada por lutar pelos direitos dos agricultores (SILVA, 2008).

As mulheres aparecem nas lutas pelos direitos sociais, desde seus primórdios, assim como pelo direito à terra, porém, seu papel era sempre secundarizado e invisibilizado, sendo deixada de lado sua atuação nas diferentes esferas da sociedade. Com a Constituição de 1988, estabeleceu-se a igualdade de direitos para homens e mulheres, instigando a luta feminina pela paridade de gênero. Por isso, é importante destacar o papel desempenhado pelas mulheres nas diferentes esferas e espaços da sociedade.

Apesar de trabalhar tanto no espaço doméstico, como fora deste na lavoura, suas atividades não são consideradas como parte da esfera produtiva, pois estas não são vistas como trabalho, mas sim como auxílio do serviço desempenhado pelos seus maridos. Isso está ligado tanto ao trabalho das mulheres ser socialmente visto como “leve”, por não receberem remuneração pela realização dessas atividades, pois, geralmente, quem maneja os recursos financeiros da família, são os homens (HERRERA, 2016; PAULILO, 1987). De acordo com Paulilo (1987), o trabalho “leve”, não se trata de uma atividade agradável, desnecessária ou pouco exigente de esforço, é considerado assim, por ser executado por mulheres e crianças. Assim como a autora questiona o porquê da baixa remuneração no trabalho desempenhado pelas mulheres, e a hierarquização familiar, valorizando-se apenas o trabalho e remuneração masculina, devemos nos questionar sobre a falta de reconhecimento e valorização do trabalho feminino. O aspecto da baixa remuneração envolve não apenas mulheres rurais, como também, moradoras da zona urbana, como afirma o Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho (2017), a diferença salarial entre homens e mulheres chega a ser de 30%, o que contribui na elevação das desigualdades entre os sexos e “feminização da pobreza”, expandindo ainda mais a situação quando falamos do espaço rural, pois, aí, estão envoltas outras questões que remetem a acessibilidade de recursos para manutenção da vida, como água, eletricidade, educação, saneamento básico, moradia digna, entre outros.

No rural, as mulheres realizam grande parte das atividades que envolvem a produção para o autoconsumo, que é executada, na maioria das vezes, em seus quintais. Elas se responsabilizam por garantir o acesso aos recursos necessários à sua produção como, água, sementes, informações sobre as melhores maneiras de cultivo dos solos, além de tratar dos animais que vivem nos arredores da casa, na organização da compra dos alimentos que a horta não comporta e demais serviços que seguem estes. Essas atividades merecem destaque, pois contribuem na

promoção da SSAN das famílias (MOREIRA, 2013). Herrera (2016) descreve a realidade vivenciada pelas agriculturas como “muito trabalho e pouco reconhecimento”, pois as atividades que realizam acabam por ser naturalizadas como serviços femininos.

Segundo Puleo (2012), as mulheres costumam responsabilizar-se por tudo ao seu redor, seja humano ou não. Com o agravamento da crise ecológica e ampliação da dominação e destruição dos ecossistemas, as mulheres passaram a preocupar-se em como esses aspectos poderiam afetar na sua saúde e de suas famílias, procurando meios de reduzir os danos causados por esses sistemas, resgatando uma relação de não dominação sobre esses recursos naturais.

O avanço do modelo de produção capitalista afeta diretamente as mulheres rurais e seus direitos, pois, antes de sua instauração e conseqüente modernização, obtinham os recursos naturais necessários para se manter com maior facilidade, não tendo que vivenciar desastres naturais causados pelos desmatamentos, mudanças climáticas bruscas e contaminação das águas ou dificuldade de acesso pela privatização de territórios e instalação de empresas. Assim como Puleo (2012) evidencia esses fatores, a Via Campesina aponta, na Declaração de Nyéleny (2007), as mulheres e povos indígenas como mantenedores de conhecimentos tradicionais sobre a alimentação e a agricultura, que necessitam de sua soberania para prosseguir, cultivando, conservando, recuperando e desenvolvendo seus conhecimentos na produção de alimentos. Demonstrar a importância da sua atuação nessas esferas, fornece a visibilidade pela qual lutam, na busca pelo reconhecimento, não só no trabalho, mas enquanto pessoas e cidadãs de direitos.

Scott e Cordeiro (2007) relatam como as mulheres agricultoras têm se mostrado participantes ativas nas lutas pelo acesso à terra, pela Reforma Agrária, no fortalecimento da agricultura familiar, desenvolvimento rural e demarcação de terras, sejam estas indígenas ou quilombolas, buscando estratégias que contribuam na produtividade e em melhorias de vida para suas comunidades, mostrando-se essenciais nos avanços do rural. O Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA, 2003) ressalta a importância da mulher na preservação da biodiversidade e no desenvolvimento sustentável, pois, é por meio do trabalho feminino, proteção e propagação de seus saberes tradicionais que são realizados os diversos cultivos básicos para a alimentação em cada país, além da efetivação de atividades na criação de pequenos animais e manutenção do gado leiteiro.

Compreender a importância do trabalho feminino no meio rural, com a oferta de seus direitos e a paridade de gênero, possibilitaria sua participação nos espaços decisórios, tendo autonomia para administrar suas vidas, por meio de uma remuneração adequada e acesso igualitário aos bens naturais, políticas e serviços públicos é que se faz possível a aproximação da SSAN das mulheres e suas famílias (BEZERRA; PEREZ-CASSARINO, 2015).

2.2 RECONHECIMENTO DAS MULHERES E SSAN

Diante da perspectiva da invisibilidade do trabalho realizado pelas mulheres nos diversos âmbitos da sociedade, questiona-se até que ponto, estas se reconhecem e são reconhecidas nos espaços físicos e empíricos do rural, tendo em vista a importância de sua atuação na manutenção e promoção da SSAN de suas famílias.

Na busca por compreender os diversos aspectos que influenciam na vida das pessoas, é importante abranger o olhar e fundamentar-se em referenciais teóricos que proporcionem reflexões sobre o que se propõe debater, principalmente, quando tratamos de indivíduos que sofrem forte influência do ambiente que estão instalados. Para aprofundarmos nas questões que refletem no reconhecimento dessas mulheres, busca-se a Teoria do Reconhecimento, desenvolvida pelo filósofo e sociólogo Axel Honneth, que teve surgimento por meio dos seus estudos sobre Foucault e Hegel, dos quais falavam de uma inquietação, dos diversos grupos de pessoas e movimentos, quanto às lutas sociais travadas para garantir o reconhecimento. Instrumentos conceituais como o reconhecimento conduzem a compreensão das forças que motivam os sujeitos a lutar pelo seu reconhecimento, no intuito de se autorrealizar de acordo com as interações sociais estabelecidas (WERNET, 2017).

As noções de reconhecimento tiveram início com Hegel, no qual relata o desenvolvimento da identidade do sujeito como um reflexo de si a partir da relação com o outro. O reconhecimento só seria concretizado quando realizado mutuamente, com uma consciência reconhecendo a si no outro, construindo suas intersubjetividades. Mas o reconhecimento não se daria apenas entre os indivíduos, como também na relação entre homem-natureza e homem-Estado, compreendendo que o reconhecimento e a solução dos conflitos intersubjetivos eram fatores externos ao indivíduo. Assim, as relações de reciprocidade atuariam no cumprimento dos

anseios dos sujeitos, no interior de suas peculiaridades, alcançando seu reconhecimento de diversos modos (JUNIOR, 2009).

Honneth (2003), inspirado por esse reconhecimento social de Hegel e na formação da identidade de Mead, aprofunda-se no ideal de reconhecimento, apresentando a complexidade implicada nas relações sociais e como o indivíduo está intrinsecamente ligado ao outro (em suas diversas representações – família, sociedade e Estado), construindo sua individualidade por intermédio de relações de reciprocidade.

Furhmann (2013), afirma que a teoria desenvolvida por Honneth, de modo geral, indica como a identidade dos sujeitos está imbricada em processos intersubjetivos de reconhecimento e, sua negação ou falta de reconhecimento, implicaria no estopim dos conflitos e lutas sociais. A luta pelo reconhecimento provoca mudanças sociais e o crescimento interpessoal, visto que, ao negar este reconhecimento, provoca-se a indignação popular e buscam-se meios de resistência na garantia de seus direitos, dignidade e respeito. Desta maneira, os indivíduos não podem ser analisados, em toda sua pluralidade, sem que se evidenciem os espaços e sociedades que os permeiam. Portanto, compreende-se que o funcionamento da sociedade se desenvolve ao longo de um contínuo processo de reconhecimento, estruturado pela luta por aceitação em suas distintas esferas: individuais, institucionais e coletivas; são essas esferas que contribuem na formação da identidade do indivíduo quando, por estas, são reconhecidos (MIRANDA, 2011).

Percebendo as interações que ocorrem na sociedade e que, para reconhecer-se, o indivíduo precisa ser reconhecido pelo outro, são enumeradas três categorias de relações sociais que caracterizam os padrões de reconhecimento recíproco, correspondendo ao desenvolvimento e conhecimento de si, sendo estas: os afetos, direitos e solidariedade. Perpassando estas dimensões de reconhecimento, podemos compreender os valores e expectativas que conectam as pessoas e traçam suas vivências. Honneth refere-se à intersubjetividade do indivíduo e como as relações sociais criadas por este interferem na maneira de reconhecer-se, refletindo também em formas de desrespeito que podem gerar embates sociais, motivando as pessoas a agirem. Esse reconhecimento não pode concretizar-se individualmente, é alcançado por intermédio do outro, no qual, trocam-se relações e se alcança liberdade. Isto é, os sujeitos conquistam a liberdade social, quando conseguem se autoafirmar e ter seus valores reconhecidos em relação ao outro.

Os pilares que norteiam a teoria narram as diferentes formas de reconhecimento que se desenvolvem na sociedade. No primeiro pilar, encontram-se as relações de afeto e cuidado com o outro, gerando a autoconfiança do indivíduo. Quando se aborda o direito, diz respeito ao tratamento igualitário do ser humano em correspondência ao âmbito jurídico, desenvolvendo o autorrespeito. Por fim, o terceiro pilar apresenta a solidariedade pela autorrealização do indivíduo ao ter suas habilidades e realizações reconhecidas pela comunidade, desenvolvendo sua autoestima (SOBOTTKA, 2015). A não efetivação do primeiro pilar referente ao afeto, corresponde à violação ou maus tratos, perturbando o autorrespeito do indivíduo. O desrespeito dos direitos do sujeito corresponde à privação de direitos deste, afetando sua integridade social e, conseqüentemente, sua autonomia, gerando o sentimento de injustiça. Desrespeitando o terceiro pilar, da solidariedade, abala-se a honestidade do indivíduo, ou seja, a dignidade da pessoa é ameaçada, deteriorando sua autoestima.

A partir da concretização desses pilares de reconhecimento, desde a esfera individual à coletiva, entendendo suas singularidades, encontra-se a liberdade proveniente das relações de reciprocidade que teriam como fim, a promoção da saúde do indivíduo, pois, associa-se a insuficiência dessa reciprocidade com o adoecimento e condições de vulnerabilidade do sujeito, em que se encontram as esferas do desrespeito (BURILLE, 2017). Experiências de desrespeito levam as pessoas a sentirem-se injustiçadas e a lutarem por reconhecimento, assim como demonstram a fragilidade e dependência do ser humano quanto às relações sociais que constroem (SAAVEDRA, 2008).

Promover a autonomia das mulheres, é importante para que elas consigam garantir meios materiais para seu reconhecimento a nível individual e coletivo, com relação às famílias e ao meio rural, diminuindo sua exclusão na sociedade. Vale salientar que só por intermédio da construção coletiva deste reconhecimento é possível adquirir uma vida plena e saudável, na qual as mulheres possam libertar-se dos maus tratos e opressões advindas da falta de valorização do seu trabalho, adquirindo sua dignidade e autoestima (ANDERSON, 2011; WERNET, 2017).

2.1.3 Reconhecimento pelo afeto

O reconhecimento pelo amor é a primeira esfera definida por Honneth (2003) como dimensão de discussão da sua teoria. Ele trata o amor, não apenas no sentido romântico, mas também nas relações primárias, desde que detenham conotação sentimental, como nas amizades e vínculo afetivo entre pais e filhos.

É a partir desta categoria de reconhecimento recíproco que se constrói o amor por si próprio e a autoconfiança, inicialmente estruturado na relação entre mãe e filho, seguindo pelo breve distanciamento entre estes, dado como “aventura infantil” no pré-reconhecimento, até vivenciar as demais relações de afeto e confiança pelo outro. Com o alcance da autoconfiança, obtém-se o suporte necessário para lutar pelos direitos, por meio da segunda categoria de reconhecimento, assim como na dimensão da solidariedade (ALBORNOZ, 2011). É por meio do afeto que se constroem e prolongam relações sociais e se produz bem-estar entre os sujeitos, promovendo o seu autorrespeito.

Dessa maneira, as relações de afeto são vistas como o reconhecimento mútuo dos sujeitos, com a afirmação de suas individualidades no afeto do outro. A partir do momento que o amor constitui uma necessidade do sujeito em ser amado, interferindo em sua vida, como pressuposto para a sua participação na esfera pública, torna-se uma experiência negativa, pois o amor não deve ser um determinante em sua participação social, mas apresentar-se como complemento na formação da identidade, para o sujeito compreender-se como pessoa de direito (HEGEL, 2002⁸ *apud* REICH, 2012, p. 23). A violação representada pela negação do afeto desencadeia a depreciação de sua imagem, causando danos psicológicos que se dissolvem na perda da autoconfiança e interferem nas relações com outras pessoas, caracterizando uma espécie de vergonha de si (HONNETH, 2003).

Wernet (2017), baseando-se em Honneth (2003) apresenta o afeto como essencial na construção da autoconfiança dos sujeitos, pois seriam essas experiências de cuidado que iriam auxiliar no desenvolvimento destes. Em vista disso, o indivíduo desde sua infância, já possuiria bases de autoconfiança, construídas no afeto, para amadurecer e ter autonomia na esfera pública. De certa forma, isso explica como o cuidado interfere na vida das mulheres e gera comoção, quando ausente. O

⁸ HEGEL, George W. F. **Filosofia do direito**. Trad. Paulo MENESES, Agemir BAVARESCO, Alfredo MORAES e outros. São Leopoldo: UNISINOS, 2010.

anseio de se reconhecer e ser reconhecida pelo afeto que oferece, interfere na maneira como as mulheres constroem sua autoimagem e autorrespeito, pois, se estas não possuem autoconfiança, acabam por se autodepreciar, promovendo o seu sofrimento.

2.1.4 Reconhecimento pelo direito

Seguindo os princípios que guiam a Teoria do Reconhecimento, temos a dimensão jurídica. Nesta dimensão, o reconhecimento pelo direito acontece quando se compreende que obrigações devemos atender perante o outro, sendo este, parte do coletivo, que por ter seus direitos assegurados, garante o entendimento do indivíduo que também possui direitos. Diante disto, o indivíduo é concebido como portador de direitos e consegue garantir benefícios sociais para si (HONNETH, 2003).

Honneth caracteriza o direito na sociedade tradicional como posição de “status”, cujo indivíduo só atingiria o reconhecimento jurídico quando reconhecido como parte da comunidade ou grupo que está inserido em vista da posição que exerce nesta sociedade. Já na sociedade moderna, esse sistema baseado em privilégios e status não seria mais aceitável, devendo partilhar e tratar de maneira igualitária todos os componentes da sociedade, respeitando e levando em consideração suas propostas e interesses (SAAVEDRA; SOBOTTKA, 2008).

O reconhecimento pelo direito atesta a cidadania do indivíduo, pois, este é visto como parte da sociedade, em relação de igualdade com o outro, apreendendo, assim, sua autonomia para realizar suas atividades e assegurar seu autorrespeito. A esfera do direito e seu reconhecimento, proporciona a dignidade ao indivíduo, para assim, exercer sua cidadania e viver plenamente (HONNETH, 2003).

A negação de seus direitos, provoca o sentimento de injustiça e desrespeito, desencadeando as lutas sociais e transformando a maneira como o indivíduo se vê. Essas experiências de desrespeito deixam a mostra as particularidades do sujeito e o contexto que se insere. De acordo com Wernet (2017), a busca pelo reconhecimento traduz-se em um processo histórico que promove o crescimento pessoal pelo aprendizado que a situação de injustiça acarreta.

Reich (2012), utiliza um contexto para explicar a dimensão do reconhecimento pelo direito de Honneth que se aplica na luta pelo acesso à terra e Soberania neste estudo. Quando a autora escreve que “cada momento de apossamento de um pedaço

de terra resulta na exclusão do uso comum de outra família”, percebemos claramente a injustiça causada pela concentração fundiária que nega o direito dos agricultores em utilizar e acessar um bem que deveria ser universal. Sem o acesso e direito à terra, e aos demais direitos sociais assegurados, não existe possibilidade de construção do autorrespeito, dignidade e autonomia da população camponesa, dificultando a emancipação das mulheres agricultoras.

2.1.5 Reconhecimento pela solidariedade

Para além das relações de afeto e jurídicas como pilares de reconhecimento recíproco, existe, ainda, uma terceira categoria que envolve a estima social como ferramenta de execução das capacidades concretas de reconhecimento do sujeito. O indivíduo pode se estimar, individualmente, porém necessita de compartilhar sua solidariedade para com a vida do outro no estabelecimento completo da sua estima. A solidariedade, ou estima social, como denomina Honneth (2003), se caracteriza nas particularidades do sujeito em interação com as contribuições sociais que, este, pode ofertar na realização de objetivos sociais comuns. Ou seja, a sociedade determina os aspectos de solidariedade que os sujeitos devem concretizar para alcançar o seu valor e, na medida que contribuem para o alcance do objetivo pré-determinado em seus contextos culturais, são reconhecidas reciprocamente. O autor ainda complementa:

As propriedades da personalidade pelas quais a avaliação social de uma pessoa se orienta sob essas condições não são, por isso, aquelas de um sujeito biograficamente individuado, mas as de um grupo determinado por status e culturalmente tipificado: é o seu "valor", resultante por sua vez da medida socialmente definida de sua contribuição coletiva para a realização das finalidades sociais [...] (HONNETH, 2003, p. 201).

Ventura (2011) interpreta que os sujeitos necessitam de um universo de valores a serem alcançados na esfera da estima social para se autodenominarem e se reconhecer em suas particularidades. Honneth (2013), reafirma que, para os indivíduos obterem consciência de suas competências, necessitam do olhar do outro como uma confirmação daquilo que o próprio já tem conhecimento, mas sem essa visão exterior, torna-se inválido. Em todas as fases e aspectos da vida, existe um desejo por aprovação que é sanado com a reafirmação do valor do sujeito pelo outro, constituindo sua autoestima.

Neste contexto, os anseios dos indivíduos entram em disputa com as normas sociais, de maneira que sua identidade é formada por meio da interação com o coletivo. Assim, as relações de reconhecimento se ampliam de acordo com os grupos que se inserem, alargando o olhar da solidariedade de um aspecto da vida pessoal, em suas intersubjetividades, para constituir critérios de participação e reconhecimento das contribuições do outro para o desenvolvimento da vida de determinado grupo social (SOUZA, 2012).

Desse modo podemos compreender como se constituem as relações de reciprocidade em torno dos saberes e práticas de solidariedade que envolvem os grupos sociais em busca do seu reconhecimento. No meio rural, ao compartilhar informações e métodos de cultivo sustentáveis para a produção de alimentos de qualidade na garantia da SSAN, os agricultores promovem o fortalecimento de suas relações e o reconhecimento pela estima social que recebem nessas trocas.

As relações de reciprocidade e de reconhecimento pela estima social, vão além do compartilhamento de saberes, no rural, partilham também, outros recursos, como sementes, água e os próprios alimentos quando em falta. Essa escassez de recursos, para promover as relações de solidariedade, provoca a depreciação da autoestima dos sujeitos, diminuindo seu valor no seio da comunidade. Aspectos como estes, implicam, inclusive, na saúde dos indivíduos e das mulheres, que, sem poder exercer sua estima social, por meio de suas contribuições, restringem seu convívio na comunidade, interferindo na sua autorrelação.

Baseado nessa Teoria, o estudo propõe utilizá-la como base de análise na compreensão da relação das mulheres com a alimentação e SSAN. Como Honneth destaca as dimensões de reconhecimento pelo afeto, direito e solidariedade, buscam-se essas situações no convívio das mulheres que se permitiram participar da pesquisa, tomando essas dimensões como foco para entender suas relações. Assim, a Teoria ajuda a responder os questionamentos propostos no estudo, visualizando as intersubjetividades de cada uma dessas mulheres agricultoras, separando cada dimensão de reconhecimento, para melhor atender sua análise, também em comparação com a literatura sobre o assunto.

3 PERCURSOS TRILHADOS PARA CHEGAR ATÉ AS MULHERES E SEUS COTIDIANOS: ABORDAGEM METODOLÓGICA

A presente pesquisa é de abordagem qualitativa buscando compreender, evidenciar e aprofundar-se nas singularidades e problemáticas de determinado grupo social, neste caso, algumas mulheres residentes no Acampamento Emiliano Zapata.

De acordo com Gerhardt e Silveira (2009), a pesquisa qualitativa procura delinear os aspectos da realidade, descrevendo-os, compreendendo-os e explicando-os, observando as características sociais e naturais existentes entre estes e suas relações. Visa produzir resultados compatíveis com as práticas de vida estudadas, respeitando os sujeitos envolvidos na pesquisa.

A observação demanda uma elaboração em etapas, sendo estas: a auto-observação – que consiste no aperfeiçoamento da observação e da descrição dos sentimentos do pesquisador com relação ao que se está observando; o mapeamento do campo – que caracteriza a estruturação do ambiente que se irá pesquisar e como esse se organiza; a exploração do campo – que se resume em construir relações de confiança entre pesquisador e sujeitos pesquisados; a iniciação do processo de análise; o compartilhamento da escrita, no qual, partilham-se os dados coletados e brevemente analisados; a inovação da pesquisa – que explica como a pesquisa irá contribuir no campo de estudos de atuação da temática; e, por fim, a produção do relatório final, descrevendo a problemática do estudo e como esse trouxe mudanças para o pesquisador (MATTOS, 2011).

Além de utilizar a observação participante como parte da pesquisa e fonte de compreensão do público estudado, inclui-se a metodologia *Fotovoz* (WANG; BURRIS, 1997) como técnica central que foi adaptada para o estudo. Essa metodologia se caracteriza pela captura de imagens, pelos próprios sujeitos pesquisados, garantindo que o olhar e construção da pesquisa sejam feitos, desde o ponto de vista da comunidade em conjunto com o pesquisador, abordando suas problemáticas e potencialidades.

A metodologia *Fotovoz* (*Photovoice*) foi desenvolvida por Caroline Wang e Mary Ann Burris, em 1997, com o intuito de que as comunidades pudessem se identificar e sentir-se representadas com as produções científicas, por meio do uso da fotografia. As autoras utilizaram-se de três aspectos na construção desta metodologia, segundo Chaves (2017, p. 11):

[...] da literatura teórica e educacional sobre consciência crítica, teoria feminista e abordagens não tradicionais de fotografia documental do trabalho de fotógrafos e educadores comunitários como desafiadores da representatividade dos documentários; e da sua própria experiência na aplicação do processo.

O *Fotovoz* é uma metodologia fotográfica participativa. Na sua proposta original, Wang e Burris (1997) visaram capacitar as pessoas a registrarem e refletirem sobre as problemáticas de suas comunidades, além de instigar o diálogo crítico e propagação do conhecimento sobre estes aspectos, mediante discussões realizadas em pequenos ou grandes grupos, levando essas discussões, até as autoridades formadoras de políticas públicas.

Este método vem sendo bastante utilizado em pesquisas nos diversos campos da ciência, por ser participativo, incluindo as comunidades na produção de conhecimentos que retratem suas perspectivas, desde um olhar mais aprofundado das suas subjetividades. Inspira-se, também, em Paulo Freire e suas teorias pedagógicas, para refletir sobre as possibilidades de geração de conhecimento junto aos indivíduos das localidades, compreendendo sua capacidade de reflexão, segundo os elementos e contextos sociais que apresentam (MEIRINHO, 2015).

A metodologia citada estrutura-se da seguinte maneira: o pesquisador distribui câmeras entre os sujeitos pesquisados, atribuindo uma pergunta ou temática que irá norteá-los nos registros fotográficos; os participantes fazem o registro fotográfico e logo após, reúnem-se para descrever o que foi coletado, demonstrando seus pontos de vista sobre os conteúdos visuais e, por fim, ocorre a análise por parte do pesquisador sobre as experiências vivenciadas nos grupos de discussão a partir das imagens e comentários explicitados e com o aporte teórico e literário acerca dos conteúdos abordados (WANG, 1997).

Essa técnica vem sendo bastante utilizada em estudos, de modo que a imagem seja retirada do plano de fundo da pesquisa e se apresente como parte fundamental do conhecimento científico, disputando com o texto escrito seu espaço (GEHRKE, 2015).

Além de trabalhar o olhar, a fotografia desperta o uso da criatividade de quem a produz, projetando-a através das imagens que registra, incentivando o indivíduo a expor suas subjetividades e compreendê-las. A utilização de imagens, na pesquisa, permite traduzir a realidade, ao passo que, em certos momentos, alguns fatos não

conseguem ser descritos apenas em palavras, auxiliando, assim, a compreensão da vida (TOUSO *et al.*, 2017). Por fim, a imagem facilita a representação da diversidade, peculiaridades e vivências dos indivíduos ou grupos de determinado local.

O uso da fotografia como maneira de transparecer a linguagem escrita, torna-se uma forma inovadora de construir a pesquisa, aguçando o olhar do pesquisador, além de fornecer representações precisas acerca da realidade dos indivíduos, lugares e atividades que os integram. Ao utilizar a fotografia como recurso nos estudos, esta se transforma em um instrumento de interação entre pesquisador e pesquisado, incentivando o diálogo entre ambos, além de estimular sua memória e reflexão sobre o que se produziu. Assim, a imagem aplicada como técnica na pesquisa científica, provoca a comunicação com o grupo estudado para que estes expressem suas concepções acerca das imagens e suas simbologias, transbordando o texto escrito, estimulando o imaginário e apresentando narrativas (GODOLPHIM, 1995).

A imagem pode também ser utilizada como recurso antropológico no registro das diversas realidades, captando as mudanças estruturais e sociais, ao passar dos tempos, preservando a memória da sociedade estudada, caracterizando-se como fonte de dados da pesquisa que pode auxiliar na interpretação e comparação do conteúdo textual (MENEZES, 1987). Porém, as imagens não precisam ser utilizadas como único instrumento na composição do estudo, mas como uma das demais ferramentas a compor o trabalho, seguidas por suas análises e descrições (MELLEIRO; GUALDA, 2005).

Guran (2012) afirma que a imagem documenta o visível aos olhos e representa muito mais do que apenas ilustrar um conteúdo apresentado, pois, contribui na compreensão e aprofundamento do texto, mas também, demanda uma maior inserção do pesquisador no tema. Além disso, a imagem mostra-se como parte inovadora nos estudos acadêmicos, foge das objetividades na construção do conhecimento científico, abrindo espaço para expressão da subjetividade de seus autores, ou seja, dos que produzem as imagens, reafirmando sua visão sobre determinada história (MARTINS, 2013).

3.1 EM QUE LUGAR E DE QUEM FALAMOS?

Figura 1 - Acampamento Emiliano Zapata sob o olhar da pesquisadora







Fonte: A autora (2018).

As imagens apresentadas, anteriormente, estão dispostas para o leitor formular sua visão sobre o local estudado e proporcionar uma melhor compreensão sobre os conteúdos apresentados no estudo. O Acampamento¹ Emiliano Zapata localiza-se na mesorregião do Sertão Paraibano, mais precisamente, às margens da BR 230, no Perímetro Irrigado das Várzeas de Sousa (PIVAS), entre os municípios de Sousa e Aparecida (Figura 1). O PIVAS tem origem no Programa de Desenvolvimento de Recursos Hídricos para o Semiárido, criado pelo Ministério do Meio Ambiente, também conhecido, na Paraíba, como “Plano das Águas”. Este projeto visou à integração de águas no Estado e iniciou-se interligando as águas do município de Coremas, com o perímetro das várzeas de Sousa, com o intuito de beneficiar o desenvolvimento do território (SOUSA REGALA, 2016).

¹ Muitos trabalhos citam este como assentamento, mas a autora entende que, como as terras ainda não foram doadas, permanentemente, aos agricultores, não se pode denominá-lo como assentamento, tendo em vista que o conceito de assentamento consiste em unidades agrícolas independentes e instaladas pelo INCRA, no qual, anteriormente, existia um imóvel rural que pertencia a um proprietário. Esta realidade não se encaixa no contexto atual do Acampamento Emiliano Zapata, pois, o INCRA concedeu apenas o título de direito real de uso da terra.

Figura 2 - Localização geográfica do Acampamento Emiliano Zapata, no Estado da Paraíba



Fonte: A autora (2017).

De acordo com o INCRA (2017), o acampamento possui área de 441,45 hectares e capacidade para 110 famílias de agricultores, deixando 4 ha para cada família². O acampamento não possui saneamento básico, e, *a priori*, também não havia acesso à eletricidade, sendo feito um acordo com a *Energisa* (empresa de distribuição elétrica da região), para que pudessem ser instalados postes, no local, e utilizassem os serviços. Com exceção disso, não existem postos de saúde no local, nem escolas, ou espaços de lazer para os moradores socializarem-se. Caso haja alguma necessidade, eles têm que se deslocar até o município de Sousa (por volta de 6 km) para satisfazer seus propósitos. Existem dois pequenos mercados no acampamento, com alguns produtos básicos, em sua maioria, industrializados, no entanto, muitos afirmam comprar seus produtos na cidade, pois, “nas vendas” os preços são mais elevados.

As famílias que atuaram na ocupação da terra e criação do acampamento possuem uma rica pluralidade em sua composição, com diversas narrativas de vida e personagens heterogêneos. Grande parte destes atores, ocupam o território em busca do atendimento de suas necessidades sociais, ou seja, de seus direitos enquanto

² Informação fornecida por morador do acampamento em conversa prévia com a pesquisadora.

cidadãos, para que sejam reconhecidos como parte integrante da sociedade, pois, até então, vivem de maneira precária e são, muitas vezes, invisibilizados e esquecidos perante esta.

A maioria dos acampados têm sua vida baseada na agricultura de subsistência, plantando milho e feijão, e outras variedades nos quintais de casa (hortaliças, tubérculos e frutas) para o autoconsumo. Vale ressaltar que, só conseguem obter renda por meio do cultivo, quando o clima favorece, isto é, quando chove na região, pois, estes, não têm acesso à água suficiente para as necessidades básicas e plantio, além da água disponível, apresentar-se salobra. A rede de água existente, no acampamento, provém dos canos que irrigam a fazenda Santana (latifúndio próximo ao acampamento, do lado oposto a este, na BR 230), que só é distribuída quando há irrigação no latifúndio. Após a fundação da ATREZ, conseguiram um acordo com o município de Sousa para cavar um poço artesiano que pudesse abastecer o local, porém, a água não foi suficiente para este fim; também ocorreram avarias nas instalações, tendo que realizar correções nas encanações.

Fora o cultivo, alguns agricultores criam gado, porcos, galinhas e outras espécies. Realizam, ainda, outros serviços envolvendo o trabalho na terra, capinando lotes, construindo cercas e outras atividades. Muitos trabalham na cidade, como ajudantes de pedreiro, lavando roupas, fazendo serviços de limpeza, revendendo produtos (avon, natura), entre outros, para conseguir garantir mais uma fonte de renda para suas famílias, até que possam viver apenas do plantio e garantir sua Soberania Alimentar.

A investigação desenvolveu-se nos meses de fevereiro a setembro de 2018, ocorrendo junto ao cotidiano de mulheres residentes do acampamento. A pedido da ATREZ, o estudo foi realizado apenas com as famílias ligadas a essa Associação.

A princípio, a escolha das participantes da pesquisa seria realizada de acordo com os marcadores étnico-raciais, socioeconômicos e faixa etária presentes no local. Porém, devido a desistências por parte de algumas mulheres, esses critérios foram revistos, sendo consideradas participantes as quatro mulheres que persistiram em todos os encontros, na realização do método Fotovoz. Portanto, o critério central na escolha dessas mulheres foi a sua persistência no estudo. Outro ponto de partida na escolha destas mulheres foi a possibilidade de usarem câmeras ou telefones portáteis com câmeras acopladas, para assim, facilitar a realização da pesquisa e poder observar, de maneira dinâmica, suas vivências diárias. A aproximação das

participantes com a pesquisadora, também se mostrou uma parte importante na definição e concretização do estudo, pois, pela confiança mútua, o interesse em construir o estudo tornou-se maior. Assim, as participantes sentiam-se à vontade para responder aos questionamentos propostos e dialogar sobre as temáticas da pesquisa.

3.2 A BUSCA DO EMPÍRICO: A ENTRADA EM CAMPO E A GERAÇÃO DOS DADOS

A partir de fevereiro de 2018, foram iniciadas as visitas ao Emiliano Zapata na busca pelo estabelecimento de vínculos com os moradores, visualização das relações de convívio entre estes e observação do local. Nestes encontros, foram realizados contatos com as Associações presentes no acampamento e apresentada a pesquisa à ATREZ (Apêndice A), também afirmando a autorização da realização da pesquisa (Apêndice B). Essa Associação propôs a concretização da pesquisa com seus associados e contribuir também na escolha das participantes da pesquisa. Como o interesse da pesquisadora era trabalhar com a mulher presidente dessa Associação e mulheres que pudessem formar um grupo heterogêneo, mas ao mesmo tempo, pudessem dialogar livremente entre si, todos os arranjos foram feitos para que isso fosse possível.

Inicialmente, foram escolhidas sete mulheres e após esta seleção foram feitas visitas a cada uma das mulheres para apresentação da pesquisa, estabelecimento de datas e locais para os encontros, e convite para participação nestes. Mas, ao longo dos encontros, houve desistências, com apenas quatro mulheres persistentes, sendo priorizadas as informações, principalmente em forma de imagens, fornecidas por estas, sem descartar as imagens fornecidas pelas demais, o que se mostrou suficiente para concretização do estudo e realização das análises.

Das quatro participantes, duas dispunham de telefones celulares com câmera. As demais tiveram, à disposição, uma câmera fotográfica semiprofissional, disponibilizada pela pesquisadora – salientando que todas poderiam utilizá-la se assim achassem adequado, podendo revezar sua utilização. As que dispunham celular com câmera decidiram não utilizar a máquina fotográfica semiprofissional, disponibilizando a utilização desta para as outras duas participantes. Entre si, revezaram a câmera durante as semanas que seguiram os encontros, como quiseram, após registrarem o que achavam ideal para as temáticas propostas. A câmera e os

telefones celulares foram recursos primordiais na realização do estudo, também destacando a importância do diário de campo como instrumento valioso na coleta de informações da pesquisa, o gravador de voz, as fotos reveladas e o *notebook*.

A realização da pesquisa envolveu as seguintes etapas:

- a) aproximação da pesquisadora com as participantes e observações iniciais;
- b) organização dos encontros individuais e grupais para a realização do Fotovoz;
- c) produção das imagens pelas participantes;
- d) encontros semanais individuais para seleção das imagens;
- e) encontros grupais de discussão das imagens;
- f) análise parcial dos resultados pela pesquisadora, para discussão com o grupo de mulheres;
- g) devolutiva dos resultados para as participantes.

A sintetização das etapas da pesquisa pode ser visualizada no quadro 1.

Quadro 1 - Descrição das etapas do estudo

Etapas	Objetivos
I – Reconhecimento de Campo	Estabelecer aproximação com as Associações e moradores do local; Realizar observação participante; Definir as mulheres que participariam da pesquisa.
II – Estruturação da metodologia	Apresentar a pesquisa para as participantes; Introduzir a metodologia Photovoice, a ser utilizada pelas participantes; Organizar os locais, datas e horários dos encontros individuais e grupais.
III – Produção de imagens	Apresentar as temáticas às participantes para que possam produzir as imagens, de acordo com os temas propostos: Cotidiano e Alimentação.
IV – Encontros individuais	Realizar encontros individuais com as participantes para seleção das imagens a serem levadas para os encontros grupais; Estabelecer relação de confiança entre pesquisadora e participante; Colher e sanar dúvidas sobre a pesquisa ou utilização dos dispositivos fotográficos; Realizar observação participante.
V – Encontros grupais	Apresentar fundamentos sobre fotografia e utilização da câmera; Trabalhar relação de confiança e ética entre o grupo de participantes; Lançar temáticas para produção das imagens; Discutir o processo de produção de imagens; Refletir sobre as fotografias produzidas.
VI – Trabalho com os dados	Analisar, parcialmente, os dados produzidos pelas participantes; Observar, para além do que foi expresso, as situações-problema.
VII – Partilha dos resultados	Expor os resultados obtidos no estudo; Identificar divergências do que foi apresentado; Propor exposição das fotografias produzidas.

Fonte: A autora (2018).

As temáticas que nortearam a produção das imagens foram divididas em dois grandes eixos: **o cotidiano e a alimentação**. Esses temas foram utilizados como disparadores da pesquisa, sendo que a intenção foi apreender o cotidiano das mulheres e a centralidade que a alimentação possui nesse cotidiano e, por fim, compreender as formas de reconhecimento que perpassam suas vidas.

Para que não se perdesse o foco de discussão sobre as temáticas e as falas respondessem aos questionamentos do estudo, como demanda a metodologia, foram colocadas algumas perguntas, como um roteiro, orientando os encontros grupais com as participantes. As questões disparadoras da discussão estão descritas no quadro (Quadro 2):

Quadro 2 - Roteiro de questões para os encontros grupais

Produção das imagens	a) O que acharam? b) O que foi mais difícil? O que foi mais fácil?
Fotografias	a) O que você visualiza na foto? b) De que forma esta imagem está relacionada a sua vida/ ao cotidiano?
Reflexão	a) Quais as semelhanças/diferenças entre as fotografias? b) O que você sente ao visualizar as fotos?
Encaminhamentos	a) Precisam de mais tempo para produzir? b) Qual o horário e local do próximo encontro?

Fonte: A autora (2018).

Os encontros para seleção e discussão das imagens registradas ocorreram entre os meses de junho e julho de 2018, totalizando **quatro encontros grupais e individuais**, e um último encontro grupal, no mês de setembro, para a partilha de resultados parciais (Apêndices D e E). Antes de cada encontro grupal, a pesquisadora se reunia, com cada participante, individualmente, em suas residências, para recolher as imagens registradas, revelar as fotografias e levá-las para o encontro grupal. Esses encontros ocorreram em horários pré-definidos, nas casas das participantes, sendo definido o local, por estas, ao final de cada reunião, para que pudessem ficar mais confortáveis. Ao final do quarto encontro, observou-se número suficiente de informações e imagens produzidas pelas participantes para a conclusão do estudo, sendo a coleta finalizada, para que essas informações fossem analisadas e devolvidas às participantes.

As fotografias que seriam comentadas, no momento em grupo, eram escolhidas pelas participantes que as produziam com seus telefones celulares, dois a três dias

antes das reuniões, afirmando se sentirem mais confortáveis enviando as imagens que produziram via aplicativo *whatsapp*, para a pesquisadora, para que fossem reveladas e levadas para as reuniões. Já com as participantes que utilizaram a câmera semiprofissional, realizavam-se encontros individuais, em que as imagens eram escolhidas, da mesma maneira, pelas próprias mulheres, apontando-as à pesquisadora, para realizar o processo de revelação. Nestes momentos, a pesquisadora sentava-se com a participante e recolhia as imagens que ela achasse pertinente para a discussão em grupo, procurando não interferir nessa escolha e, também, não impondo limites de fotografias para estas, podendo fazer o número de registros que achassem necessários. Assim, algumas participantes produziram mais imagens que outras, sendo todas as fotografias levadas em consideração para o estudo, inclusive das mulheres que decidiram deixar de contribuir até o final da pesquisa.

Geralmente, a escolha das imagens, pelas mulheres, era realizada, rapidamente, com comentários de: “essa ficou bonita”, “gostei”, “não gostei”, “ficou feia”, deixando-as livres para expor o que achassem essencial para levar a discussão em grupo.

Com exceção do primeiro encontro grupal, todos os demais foram gravados para preservar os dados obtidos durante as atividades. Estes encontros aconteceram aos domingos, no período da tarde. Cada encontro durou, em torno de 20 a 120 minutos, dependendo da disposição das participantes e adesão às atividades propostas.

No primeiro momento, considerou-se abrir os encontros grupais com dinâmicas de relaxamento, mas as participantes ficavam bastante ansiosas para discutir suas experiências, então, esse momento foi retirado. Assim, discutiam-se as percepções sobre o tema a ser trabalhado e impressões sobre as fotografias e o ato de fotografar o tema, refletindo sobre as imagens produzidas. Os encontros eram finalizados com o próximo tema a ser fotografado e um lanche levado pelas participantes.

Nos dois primeiros encontros grupais, como houve ausências, decidiu-se por apenas conversar sobre as dificuldades que vieram a acumular no registro das imagens, oferecendo mais uma semana de intervalo para realização das fotografias. Durante o terceiro encontro, debateu-se sobre o cotidiano das participantes, o que visualizaram nas imagens produzidas e a temática que seria trabalhada no próximo encontro. No quarto encontro grupal, discutiu-se sobre a alimentação das mulheres e

famílias, as dificuldades que vivenciavam para obtenção dessa alimentação e como poderiam melhorar. Ao final do quarto encontro, a pesquisadora percebeu que as informações obtidas eram suficientes para compor o escopo do estudo e prosseguiu para a análise. O quinto encontro foi realizado no intuito de partilhar os resultados com o grupo de mulheres e verificar se as informações contidas na análise inicial da pesquisadora, eram pertinentes e condiziam com a realidade do que foi discutido. Com o aval das participantes, finalizou-se a etapa de coleta. A descrição detalhada dos encontros está disposta no próximo item.

3.3 A DINÂMICA DE GERAÇÃO DOS DADOS A PARTIR DO FOTOVOZ: DETALHANDO OS ENCONTROS

O **primeiro encontro** com o grupo de participantes da pesquisa aconteceu no dia 3 de junho de 2018, na residência de Carla, a pedido desta, ao qual compareceram seis mulheres, indicadas pela ATREZ. Nesta reunião, abordou-se o objetivo da pesquisa, com uma breve apresentação desta, procurando sanar quaisquer dúvidas que elas pudessem ter, compreender a relação destas com a fotografia, realizar os primeiros contatos com as câmeras, além da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice C). Também foi acordado a utilização das imagens no estudo, além de questões éticas, envolvendo a participação de outras pessoas nas fotografias, sendo instruídas a solicitar sua autorização antes de realizar os registros, além da construção dos vínculos e utilização das imagens no estudo, deixando claro que suas produções seriam empregadas em trabalhos e exposições acadêmicas.

Figura 3 - Primeiros contatos com a câmera



Fonte: A autora (2018).

Antes do encontro iniciar, serviu-se um lanche oferecido pela dona da casa, e as participantes conversaram, tratando assuntos diversos sobre o local. Abriu-se o encontro com uma dinâmica de relaxamento, e seguimos para os princípios básicos de como fotografar. Foram passadas questões de ângulo, foco, iluminação e o próprio manuseio do celular e câmera para registrar devidamente as imagens. A princípio, algumas participantes mostraram-se apreensivas por não saberem manusear os

equipamentos fotográficos, mas depois de se abordar a técnica de como utilizá-los, ficaram mais à vontade para praticar e realizar os primeiros registros, algumas com os telefones celulares, outras, com a câmera semiprofissional. Todas afirmaram gostar de fotografias e apresentaram-se motivadas a fotografar.

Figura 4 - Primeiros registros, produzidos pela participante Maria



Fonte: Pesquisa (2018).

Ao final deste primeiro encontro, deliberou-se o tema a ser fotografado – que seria a **retratação do seu dia a dia** –, o local, horário, data do próximo encontro e como seriam feitas as escolhas e entrega das fotografias para apresentação na próxima oficina. As participantes ficaram livres para produzir a quantidade de imagens que achassem necessárias para retratar a temática proposta, não sendo impostos limites para isto.

Quatro participantes que possuíam celulares, afirmaram enviar as imagens via whatsapp, para, então, serem reveladas. Já as outras duas mulheres que não possuíam celulares com câmera, utilizariam a câmera semiprofissional. Esta utilização seria por revezamento da câmera entre ambas, da maneira que achassem melhor, durante a semana. Sendo assim, estas duas participantes, escolheriam as imagens, e a pesquisadora as visitaria, individualmente, em uma data escolhida por estas, para que os registros fossem entregues e revelados para discussão na presença do grupo. Como solicitado por uma das participantes, outros membros de sua família foram orientados (marido e filho) sobre as técnicas fotográficas e como manusear a câmera semiprofissional.

Figura 5 - Primeiro encontro grupal para discussão inicial da pesquisa



Fonte: A autora (2018).

O segundo encontro ocorreu no dia 10 de junho de 2018, na residência de Francisca, objetivando a discussão das fotografias registradas pelas participantes, porém, com baixa adesão destas, tendo a presença de apenas três mulheres. Quando questionadas sobre o processo de produção das imagens sobre a temática do seu cotidiano, afirmaram não conseguir realizar os registros, devido a problemas de saúde, falta de tempo e técnica. Francisca afirmou não conseguir fotografar suas atividades domésticas sozinha e as demais a aconselharam a tirar autorretratos. Com relação as dificuldades técnicas de fotografia, estas questões foram esclarecidas, de acordo com as dúvidas apresentadas por elas.

Com isso, percebeu-se que a redução na participação das mulheres foi ocasionada, principalmente, pelo curto período de tempo entre cada encontro, oferecendo-se uma extensão do prazo, em cinco dias, para a continuação da produção de imagens. Portanto, o encontro foi finalizado, com duração de 20 minutos e uma pequena confraternização com um lanche oferecido pela participante que cedeu sua casa para nossa reunião.

Figura 6 - Segundo encontro para discussão das imagens produzidas



Fonte: A autora (2018).

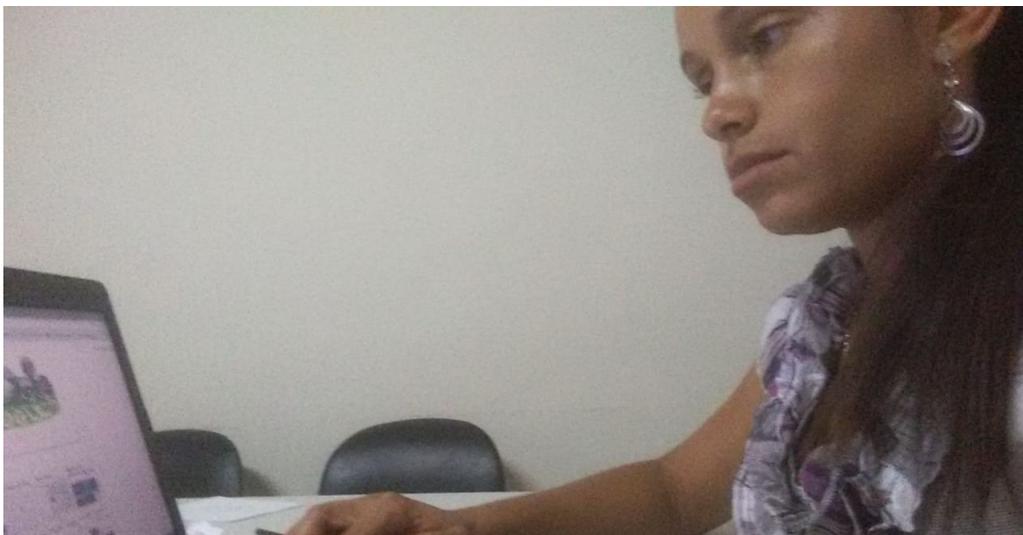
O **terceiro encontro** do grupo de participantes tomou lugar, no dia 17 de junho de 2018, na residência de Maria, tendo a presença de quatro mulheres, sendo tomadas como principais participantes da pesquisa, por persistirem nas reuniões, na colaboração e produção dos dados. O terceiro encontro grupal foi o primeiro que

marcou o início das discussões sobre as temáticas propostas. Neste, em especial, discutiu-se sobre o dia a dia das participantes.

Motivadas pelo questionamento de como era o seu dia a dia, as participantes Maria e Rita produziram amplo acervo de imagens (46 e 48 fotos, respectivamente); Carla conseguiu atingir o que foi proposto, mas afirmou não registrar tudo que gostaria, produzindo 8 fotos. Francisca afirmou não ter compreendido o objetivo principal a ser fotografado, posteriormente, esclarecendo que não havia conseguido fotografar o que foi solicitado por não ter ninguém além de si para registrá-la, mas, ainda, apresentou duas fotografias, diretamente ligadas ao seu cotidiano. Assim, começou o terceiro encontro, com as impressões das participantes acerca da produção de imagens, quais as principais dificuldades e se gostaram de fotografar.

De maneira geral, houve um estranhamento em fotografar atividades simples de seus cotidianos. Ao mesmo tempo em que ocorreu esse estranhamento, o ato de fotografar o dia a dia, chamou a atenção destas para refletir sobre as atividades que realizavam, diariamente, afirmando terem aprendido bastante com a proposta. Além disso, percebeu-se a necessidade das participantes em aparecerem nos registros, como se estes não fossem válidos sem as suas figuras nas imagens. Para isso, precisavam da ajuda de outros membros da família, encontrando certa dificuldade na colaboração destes, mas, depois de muito diálogo, conseguiram que essa cooperação fosse concretizada. Algumas afirmaram terem ajuda dos maridos, ou colegas de trabalho, ou até mesmo entre si para realizar os registros de seus cotidianos.

Figura 7 - Fotografia produzida por Carla, captando o cotidiano



Fonte: Pesquisa (2018).

Figura 8 - Fotografia produzida por Maria na representação do cotidiano



Fonte: Pesquisa (2018).

Figura 9 - Fotografia produzida por Maria na representação do cotidiano



Fonte: Pesquisa (2018).

No segundo momento do encontro, após externar suas primeiras percepções sobre o ato de fotografar e como foi para elas realizar isto, propôs-se que as

participantes apresentassem suas imagens e falassem o que visualizavam nestas. Após, refletiram sobre as diferenças e similaridades em suas fotografias, sendo também questionadas se havia algo que faltava ser apresentando nas fotografias e o que sentiam ao visualizar as imagens que registraram, o que gerou a expressão de vários sentimentos e comoção. Depois disso, explicou-se o próximo tema a ser registrado, que seria a alimentação das participantes e tudo que estivesse relacionado a isto. O encontro teve duração de 120 minutos e finalizou-se com um lanche preparado pela dona da casa.

Figura 10 - Terceiro encontro para discussão das fotografias produzidas



Fonte: A autora (2018).

O **quarto encontro**, cuja temática tratava sobre a alimentação, efetivou-se no dia 08 de julho de 2018, sendo adiado em duas semanas a pedido das participantes, devido aos feriados religiosos de São João e São Pedro, muito comemorados na região, ocorrendo na residência de Rita. Apesar da extensão do prazo para produção de imagens, as participantes queixaram-se de não conseguir realizar muitos registros. Maria afirmou estar ocupada com visitas de parentes que vieram do Centro Oeste, Francisca atrapalhou-se no momento do envio das imagens e acabou apagando boa

parte do que tinha produzido. Como ocorreram esses imprevistos na produção, as participantes ficaram livres para produzir até o dia do encontro grupal. Com isso, as fotografias não foram reveladas e foram exibidas para as participantes pelo computador.

Figura 11 - Fotografias produzidas por Rita sobre a alimentação



Fonte: Pesquisa (2018).

Notou-se que utilizar o computador como recurso para visualização das imagens, não trouxe a mesma experiência de obter os registros em mãos, devido à dificuldade de algumas participantes em visualizar os conteúdos de suas fotos, por meio da forte iluminação e estar reunidas em local aberto, mas, a discussão ocorreu

normalmente. As mulheres destacaram o menor número de registros pela falta de participação dos demais membros da família em ajuda-las a fotografar. Mesmo assim, apresentaram os pratos e alimentos que costumam consumir e refletiram sobre isso.

Ao final desse encontro, estabeleceu-se a finalização do recolhimento de informações e observação, estipulando a data de partilha dos resultados e retorno da pesquisadora ao local.

O último encontro da pesquisadora com as participantes, após o fim da observação e produção de imagens, foi realizado no dia 28 de setembro de 2018, na casa de Maria. Esta data foi acordada, previamente, com todas as mulheres, para que não houvesse nenhum imprevisto. Apesar disso, uma das participantes teve que se ausentar, deste momento, por problemas de saúde, mas os resultados foram apresentados a esta, de maneira individual e aceitos, sem nenhuma objeção ao conteúdo. Para este momento, foram reveladas fotos que não haviam sido selecionadas para as discussões em grupo, como forma de agradecimento às mulheres por sua participação no estudo, como um fechamento dos encontros.

Figura 12 - Rita, visualizando fotografia, registrada durante as oficinas



Fonte: A autora (2018).

A reunião iniciou-se com a apresentação escrita e imagens dos resultados (Apêndices D e E), para que pudessem revelar suas considerações acerca do que foi exposto. Fez-se um apanhado geral do que se constatou, nas reuniões, e observações durante as visitas, ao Acampamento Emiliano Zapata, e dividiram-se as

fotografias apresentadas em momentos de alegrias e medos. Observou-se e coletou-se tudo que viesse a acordar ou destoar dos resultados.

As participantes atestaram-se contentes com os dados exibidos, concordando com o que foi exposto nas imagens. Por fim, debateram sobre a importância das mulheres no acampamento e para a realização do presente estudo. Também ressaltaram a relevância de ter uma mulher como presidente da ATREZ para os avanços do acampamento e sobre a participação e importância das mulheres. Assim, a partilha de dados foi concluída.

Figura 13 - Último encontro do estudo, caracterizado pela partilha dos resultados



Fonte: A autora (2018).

3.4 O PROCESSO DE ANÁLISE DOS DADOS PRODUZIDOS

A análise de dados, na pesquisa qualitativa, busca compreender e responder os questionamentos propostos pela pesquisa, produzindo conhecimento e acrescentando uma nova visão sobre o tema estudado. Para isso, é importante interpretar o que foi visto, sendo essa interpretação a principal técnica no processo de análise das informações. Na pesquisa qualitativa, a análise ocorre desde a observação e coleta de informações, o que constitui a pré-análise e impulsiona a saturação da investigação. Muitas vezes, após a finalização da fase de obtenção de dados, o que foi observado não é suficiente para responder as perguntas do estudo,

devendo o pesquisador retornar ao campo para sanar todos os questionamentos restantes (TAQUETTE, 2016).

Gomes *apud* Minayo (2002), aponta alguns impasses que podem ocorrer durante o processo de análise, como o pesquisador acreditar que os resultados se mostrem transparentes e nítidos, em sua visão. Esse fato pode acontecer quando o pesquisador possui maior proximidade aquilo que investiga, devendo ponderar essa previsibilidade para não ser levado a um caminho diferente do que a realidade propõe. Outro entrave origina-se de o pesquisador prender-se ao método que utiliza e desaperceber-se dos demais significados que integram os dados e devem ser considerados e analisados. Enfim, mais um empecilho seria o pesquisador não conseguir interpretar e relacionar os dados com a literatura, de maneira que haja um afastamento entre a teoria e a prática da pesquisa, o que pode ser reparado com o aprofundamento teórico e exercício do pesquisador. Para isso, é importante refletir que fins deseja-se alcançar com o processo de análise, para então, atingir a descrição e argumentação dos resultados do estudo.

A análise das informações obtidas foi realizada, inicialmente, nas discussões das fotografias em grupo, com as participantes. Essa análise participativa constituiu-se de três etapas: seleção, contextualização e codificação. Primeiramente, as participantes, individualmente, selecionaram as imagens que refletiam os aspectos mais relevantes para a temática proposta. Em seguida, e em grupo, as fotos foram contextualizadas, explicando o que as imagens significavam para estas. Por fim, para a codificação, identificou-se os temas e problemas que emergiram das produções. Assim, foram elencados pontos mais importantes destacados por elas, organizando, em diálogo com o referencial teórico, categorias em torno de um tema. Além disso, utilizou-se a técnica de análise de conteúdo, como destaca Gomes (2002), respondendo aos questionamentos do estudo para aclarar os conteúdos demonstrados e interpretar o que foi colocado. Na análise de conteúdo realiza-se a pré-análise, exploração dos dados, tratamento dos resultados obtidos e interpretação. Em cada etapa, observam-se os dados, as questões do estudo e as categorias, para então, estruturar a análise e buscar na teoria, elementos que contribuam no conteúdo analisado.

Neste caso, utilizou-se a Teoria do Reconhecimento (HONNETH, 2003) para interligar as relações de reconhecimento pelo afeto, direito e solidariedade que

permeiam o cotidiano das mulheres com a Soberania Alimentar. Dissertar mais sobre como usei o reconhecimento na análise e resultados

4 LUTA DE MULHERES POR RECONHECIMENTO E SSAN

Este estudo buscou compreender a relação das mulheres, residentes no Acampamento Emiliano Zapata, com a Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, a partir da Teoria do Reconhecimento. Tendo isso em vista, são descritos, a seguir, os resultados obtidos a partir da observação participante e encontros em torno das fotografias estabelecidos com as mulheres, abordando dois eixos principais: os cotidianos e alimentação, para, a partir disso, visualizar em quais esferas do reconhecimento estas mulheres conseguem se inserir.

Baseado nos dados coletados, apresenta-se uma discussão sobre as situações que envolvem a SSAN vivenciadas pelas participantes, além dos aspectos em que há reconhecimento e o não reconhecimento, tratando as vertentes que a Teoria abarca por meio do afeto, solidariedade e direito, e a falta deste reconhecimento nessas dimensões. Para esse fim, os resultados do estudo organizam-se em três sessões: 4.1 Mulheres e SSAN no Acampamento; 4.2 Mulheres vistas por elas mesmas, são caracterizadas as singularidades de cada uma das participantes e apresentadas as imagens captadas pelos seus diferentes olhares; 4.3 Mulheres, SSAN e reconhecimento: fotos e vozes de cotidianos, sintetizam-se as informações fornecidas pelas participantes e cria-se um diálogo com o referencial do Reconhecimento.

4.1 MULHERES E SSAN NO ACAMPAMENTO

Figura 14 - Fotografias do Acampamento Emiliano Zapata









Fonte: A autora (2018).

Considerando a Soberania Alimentar como o direito dos povos de criar estratégias de produção, consumo e comercialização de alimentos que respeitem suas diversidades, utilizando os recursos naturais de maneira responsável e sustentável, para, assim, garantir seu direito à alimentação, tendo as mulheres como parte fundamental no seu estabelecimento e luta pela autonomia dos povos camponeses; e a SAN, como o direito de todos em garantir e acessar, de forma permanente, alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem interferir nos demais direitos sociais, respeitando sua cultura, além de ser ambientalmente sustentável e a união desses conceitos, pensando no DHAA como parte integrante da SSAN para formulação de estratégias de fortalecimento das populações rurais é que vamos voltar nosso olhar para a situação do Acampamento Emiliano Zapata.

Diante da observação realizada durante os meses de pesquisa, podem ser visualizadas as dificuldades no estabelecimento e manutenção da vida no local, o que prejudica a garantia de sua SSAN. Observou-se problemas que envolvem desde questões de acesso físico e financeiro aos diversos serviços, como também, moradia precária, baixo acesso ou falta de água e saneamento básico, além de outras

questões que envolvem a violação dos seus direitos sociais, dispostos na Constituição de 1988, como a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer e a segurança.

Todas as questões apresentadas, têm como causa central o conflito territorial e a falta de titulação da terra. Ou seja, o acesso à terra é um dos principais fatores no desencadeamento de situações de insegurança e violação de direitos no local. Na Cartilha de Direito Humano à Alimentação e Terra Rural, da Plataforma Dhesca Brasil (2008), estão descritas as inúmeras formas de violação ao DHAA, dentre estas, encontra-se a violação pelo modelo de desenvolvimento adotado no país, falta de Reforma Agrária e acesso ao território pelos povos e comunidades tradicionais, caso este vivenciado pelas mulheres acampadas no Emiliano Zapata. Conforme citado no documento, o governo investe seus incentivos e políticas no agronegócio, desfavorecendo os agricultores familiares, o que interfere não apenas na produção de alimentos, mas provoca mudanças em seus hábitos alimentares e em sua cultura. A ineficiência na promoção e execução da Reforma Agrária acaba fomentando a insegurança alimentar dos agricultores acampados, pois, dificultam seu acesso e permanência na terra, não fornecem a infraestrutura necessária para manutenção da vida dessas famílias e impede seu sustento. Assim, observa-se claramente a falta de reconhecimento pelo direito a que estas mulheres estão submetidas, diariamente.

Segundo os dados da IV Conferência Nacional de SAN (IV CNSAN, [2011]), ainda se constituem como entraves no alcance da SSAN, os preços dos alimentos, questões climáticas extremas, hegemonia do modelo agrícola do agronegócio, a concentração de terras, livre comércio de transgênicos, aumento de Doenças Crônicas Não Transmissíveis devido à má alimentação, a discriminação de gênero, além de crises políticas, sociais e financeiras. Filho et al. (2016) também evidencia a falta ou baixa renda como um dos fatores que implica na insegurança alimentar e na escassez de soberania, caracterizando um dos entraves vivenciados pelas mulheres do Acampamento. Apesar de duas participantes possuírem renda fixa da aposentadoria e trabalho remunerado, as demais afirmaram ter dificuldade em manter uma alimentação adequada, pois os recursos seriam insuficientes para garantir esses alimentos. Como manter uma alimentação adequada sem os meios para, ao menos, acessar os alimentos?

Além da questão financeira, também se destaca o acesso físico aos alimentos. A localização do Acampamento fica há seis quilômetros do município de Sousa, o que

dificulta a aquisição dos alimentos, devido à necessidade de um transporte para realizar esse deslocamento. Apesar de contarem com dois pontos de vendas de alimentos no local, em sua maioria, são produtos industrializados e ultraprocessados, fato que também compromete a SSAN dessas mulheres e provoca o aumento da desnutrição e Doenças Crônicas Não Transmissíveis, como hipertensão, diabetes, doenças cardiovasculares e obesidade. De acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira (BRASIL, 2014), os alimentos ultraprocessados são carentes dos nutrientes necessários ao organismo. Como sua produção passa por diversos processamentos, nestes, são acrescentados ingredientes em excesso para melhorar a palatabilidade e duração do alimento, como açúcar, sal, gorduras e outras substâncias, que contribuem no comprometimento da saúde. O consumo desses alimentos ultra processados em detrimento de alimentos in natura pode também afetar a cultura local, pois perdem-se os costumes e hábitos de consumo de alimentos tradicionais refletindo em uma globalização da cultura (BLEIL, 1998).

Os aspectos climáticos, escassez de água e fertilidade do solo atingem diretamente a manutenção da produção e da vida dessas mulheres e suas famílias. Como o acampamento localiza-se em uma região semiárida, a água é um recurso de extrema importância para garantir o cultivo. A carência dessa matéria tanto para o consumo, quanto para a produção, torna-se um empecilho na subsistência das famílias.

Devido à escassez de água e a grande concentração de pessoas consumindo-a, muitas famílias não possuem acesso a ela no local. A grande maioria obtém esse recurso de uma ligação de canos de um reservatório próximo, mas ainda, insuficiente para abastecer todas as famílias, além de sua irrigação não ser permanente, ocorrendo a falta de água diversas vezes na semana. As famílias que conseguem adquirir recursos financeiros para instalar poços artesianos, obtém água para o consumo, mas, para o cultivo, demonstra-se escassa. Esse fato está associado a falta de titulação da terra, que quando regularizada, as famílias poderiam acessar o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e outras Tecnologias Sociais, mais conhecido como Programa Cisternas, que promove o acesso à água para o consumo e plantio das famílias, especialmente de pessoas residentes no semiárido, devido o vasto período de estiagem na região.¹

¹ Para mais informações sobre o Programa Cisternas, consultar a Secretaria Especial do Desenvolvimento Social, do Ministério da Cidadania do Brasil.

Conforme afirma Silva (2007), o índice pluviométrico é, em média, igual ou inferior a 800 mm por ano, concentrando-se em alguns meses e distribuindo-se de forma irregular por toda a região, mas a evaporação anual é maior que o volume de chuvas, dificultando a absorção da água pelos solos, gerando escoamento superficial, o que prejudica a agricultura. Ademais, a capacidade de absorção da água pelo solo é menor, devido as alterações do relevo, solo raso e pedregoso.

Como o fator central no alcance da SSAN, no local, caracteriza-se pela concentração de terras, observou-se que cada família possui um espaço de cerca de quatro a cinco hectares de terra para estruturar sua casa, criação de animais e espaço produtivo. Como as próprias agricultoras relataram, o espaço é pequeno para produção, tendo que, com os poucos recursos de terra e financeiros, alternar os cultivos e plantar o que é possível. O que conseguem cultivar, garante o autoconsumo da família, não sendo possível a venda do excedente para elevar a renda.

Para Almeida *et al.* (2010), a concentração fundiária constitui-se como fator que dificulta o direito à terra aos pequenos agricultores. Para o autor, retirar dos trabalhadores rurais seu direito à terra, é privá-los de seu direito à alimentação, sendo necessário e urgente a mudança do modelo de desenvolvimento e concentração de terras, para que os pequenos agricultores possam garantir seu sustento e de suas famílias. Oliveira (2011) afirma que a desconcentração de terras, por intermédio da Reforma Agrária, permite a autonomia dos agricultores, para que, assim, estes possam exercer seu trabalho, diminuindo o êxodo rural e as desigualdades no campo.

Segundo Nascimento *et al.* (2018), a assistência técnica pode contribuir na diminuição da pobreza rural e melhora das condições de vida dos agricultores por meio da sua ação e criação de estratégias que impulsionem o sistema produtivo, aperfeiçoando de maneira sustentável as práticas agrícolas utilizadas. Possibilitando melhorias no cultivo, conseqüentemente, ocorrem melhorias na alimentação das famílias, pois, promove-se a SSAN a partir do acesso a alimentos de qualidade e livres de agrotóxicos, outro fator que só é alcançado com a regularização da terra pela sua titulação e cadastramento das famílias pelo INCRA.

Assim como propõe o conceito de Soberania, as desigualdades de gênero também se apresentam como entrave no Emiliano Zapata. Apesar de, atualmente, uma mulher estar à frente da ATREZ, ainda permanecem estereótipos sobre que local a mulher deve ocupar, reforçando opressões de gênero e enfatizando a realização das tarefas domésticas e de cuidados como papel feminino. Isso causa uma

sobrecarga de trabalho sobre as mulheres, impossibilitando que possam disfrutar de momentos de lazer e que cuidem de sua saúde, interferindo em sua alimentação e dos demais membros da família.

As atividades de cuidado executadas quase que exclusivamente pelas mulheres são, de modo geral, a base de sustentação da vida humana. Os trabalhos doméstico e de cuidados são essenciais na continuidade da vida e sobrevivência, o que não quer dizer que apenas estas devam realizar essas atividades, mas seu trabalho precisa ser visibilizado e valorizado (SILIPRANDI, [2011]). As mulheres também são importantes protagonistas nas escolhas alimentares das famílias, ressignificando seu papel no ambiente privado, transmitindo saberes e sabores pela comida, firmando sua autonomia (GIMENES; MORAIS, 2008). É possível observar isso, na fala a seguir e em suas fotografias, nas quais, o papel da mulher na alimentação, promoção da SAN e Soberania, mostra-se evidente, tendo a alimentação um lugar central, ao realizar nas atividades que envolvem a manutenção da vida de suas famílias: “[...] a força maior desse assentamento somos nós! [...] é porque, como diz a coisa, o trabalho do homem é mais pesado, mas que é a mulher que leva tudo à frente” (Carla).

Figura 15 - Fotografias produzidas por Carla e Maria, ilustrando suas atividades ligadas à alimentação



Fonte: Pesquisa (2018).

Além de ressaltar a sua importância na manutenção da vida, no local, também expressaram a relevância de ter uma mulher como presidente da ATREZ para os avanços do acampamento: “Depois que ela está na frente, melhorou muito mesmo!” (Maria). Apesar disso, o número de mulheres ocupando cargos de responsabilidade e liderança nos diferentes níveis de poder e mercado, ainda é minoria. Cargos de alto

nível são ocupados por homens, demonstrando a desigualdade de gênero presente em nossa sociedade (NOGUEIRA, 2009). Wendhausen, Barbosa e Borba (2006) afirmam que as mulheres, ao ocuparem posições decisórias, retomam seu espaço, diante da predominância masculina, dando uma nova identidade aos movimentos, influenciando em seu empoderamento. Assim, conquistam um espaço de poder, aumentando sua representatividade e valorização, diminuindo as desigualdades de gênero e colocando em perspectiva suas demandas (ORTIZ, 2014). Assim como demonstra a literatura, ocorre no Acampamento, as mulheres tendem a ocupar o espaço doméstico e os homens, ocupam-se do espaço público e funções decisórias do local, com baixa participação feminina na tomada de decisões, com exceção de Carla, que conquistou o cargo de presidente da ATREZ. Por isso, deve-se valorizar o trabalho realizado pelas mulheres, para que, com paridade de gênero, a SAN e Soberania Alimentar sejam conquistadas.

4.2 MULHERES VISTAS POR ELAS MESMAS

A escolha das participantes, a princípio, seria para atender alguns critérios de diversidade já descritos no capítulo anterior, na metodologia. Estes critérios foram apresentados à diretoria da Associação de Trabalhadores Rurais Emiliano Zapata – ATREZ e, assim, foram escolhidas mulheres que pudessem se encaixar nesses critérios e tivessem interesse em participar do estudo para constituir o grupo de participantes da pesquisa. Diante disso e das desistências ocorridas, adotaram-se como principais participantes, apenas, aquelas que persistiram nos encontros grupais da pesquisa, totalizando quatro mulheres.

Considerando-se que cada indivíduo possui suas singularidades e diferentes histórias de vida, é importante destacar as trajetórias das mulheres, para assim, podermos compreender sua produção de imagens para o estudo. Assim, seguem suas produções fotográficas e histórias.

Propondo-se que fotografassem seus cotidianos e alimentação, as participantes montaram um rico acervo de imagens que demonstram as dificuldades de ser sem-terra, vivendo no rural, em pleno alto sertão paraibano. Destaca-se que as imagens apresentadas pelas participantes foram fruto de um trabalho individual, mas, muitas vezes, coletivo, em parceria entre si e membros de suas famílias, o que vem a ser demonstrado nas fotografias expostas a seguir.

Figura 16 - Fotografias produzidas por Maria











Fonte: Pesquisa (2018).

Figura 17 - Fotografias produzidas por Rita







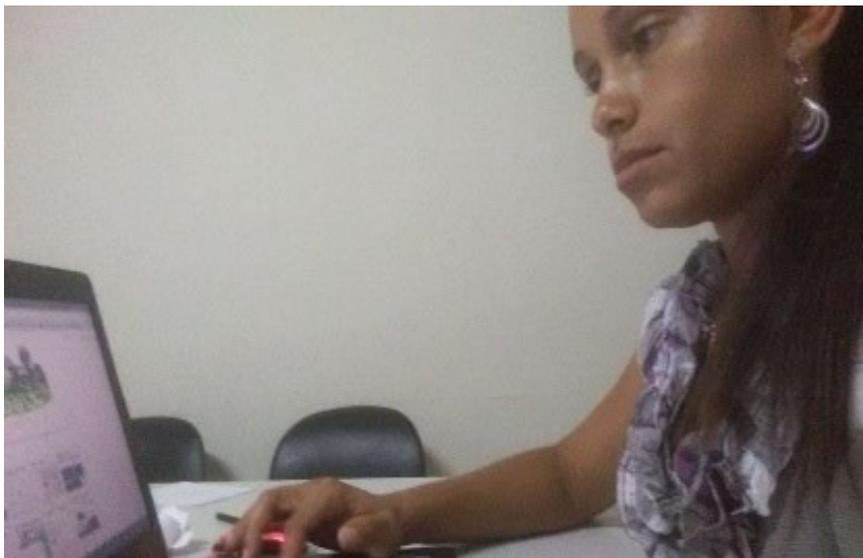






Fonte: Pesquisa (2018).

Figura 18 - Fotografias produzidas por Carla







Fonte: Pesquisa (2018).

Figura 19 - Fotografias produzidas por Francisca









Fonte: Pesquisa (2018).

4.2.1 “Não tem uma coisa que você me peça que eu não faça”

Maria possui 71 anos e vasto conhecimento em trabalhar com a terra. Ao saber do estudo, prontificou-se a participar, por já conhecer a pesquisadora, além de se mostrar sempre à vontade com a minha presença. Quando cheguei em sua residência para convidá-la para participar do estudo, ela me respondeu que faria com todo gosto. Nossa relação iniciou-se em 2015, quando fui ao acampamento pela primeira vez para realizar uma pesquisa e sua família foi a porta de entrada no local.

De família de agricultores, sempre ajudou os pais na lavoura e, quando se casou, veio a trabalhar na casa de fazendeiros, posteriormente, mudando-se para Sousa. Ao iniciarem a ocupação da terra, seu marido acampou e, logo depois, ela juntou-se a ele, em busca de um local que pudessem cultivar e morar. Com isso, reside no acampamento há cerca de dez anos. De seus filhos, apenas um mora com o casal. Agricultora aposentada, sua casa possui dois cômodos, cozinha, uma sala pequena e um banheiro. Possui um poço e água encanada em seu lote. Seu cotidiano é ocupado com atividades domésticas, cuidados com os pequenos cultivos e animais, como relata: “o meu dia a dia é esse mesmo: lavar prato, varrer casa, fazer queijo”. Tem forte ligação com os animais; quando algum adocece, seja bezerro, vaca ou galinha, ela logo busca tratá-los.

Além de tudo, gosta de fazer bolos e quando tem leite suficiente, produz queijos para consumo e venda, e se possível, também faz manteiga. Afirma ter aprendido a cozinhar observando sua mãe e, sempre que a perguntavam, compartilhava receitas de seus bolos e buscava aprender novas receitas para testar em casa. Mostrou-se bastante empenhada em registrar seu dia a dia e participar de todos os encontros, dizendo ter gostado de participar do estudo e de aprender a fotografar.

4.2.2 Sempre levando um sorriso no rosto

Rita, com 51 anos, trabalhou como lavadeira por boa parte de sua vida. Ficou sabendo da pesquisa por intermédio da Associação, mas já a conhecia da última pesquisa que realizei, no local, em 2015. Sempre disposta a ajudar e participar dos trabalhos que realizei no acampamento, não se opôs a mais uma vez contribuir. Desde que a conheci encontro-a, a todo momento, sorridente, não deixando as dificuldades abalarem o seu humor.

Antes de chegar ao acampamento, morava em Patos, cidade paraibana próxima ao município que se encontra o acampamento. Fixou-se no local há cerca de oito anos por intermédio da família de seu marido que soube da ocupação e apresentou-os a oportunidade de possuir um pedaço de terra. Mora com o marido, mas também tem uma filha residente no acampamento. Como não possui renda fixa, sobrevive das vendas que seu marido faz; este revende produtos básicos, como roupas de cama, móveis pequenos e acessórios. Sua residência possui dois cômodos: um quarto e uma sala que divide espaço com a cozinha, além de um banheiro. Não possui água encanada. Costuma realizar o cozimento de seus alimentos no ambiente exterior da casa, no fogão a lenha, improvisado.

Manteve-se, continuamente, dedicada a realizar as atividades propostas nos encontros, mostrando-se bastante contente com os resultados obtidos. Foi especial, para mim, ouvi-la relatar que as fotos a ajudaram a perceber o que ela costumava fazer no seu dia a dia, além de proporcionar o contato com a câmera fotográfica, que não sabia manusear e passou a aprender, revelando-se uma fotógrafa exímia:

Eu não sabia nem pegar numa máquina. Nem com celular eu sabia tirar foto e olha, aprendi numa máquina dessa, né, a tirar as fotos.... Eu gostei das fotos. Eu gostei, para saber o que é que eu faço, né. Meu dia a dia, como eu vivo, que minha vida é essa daí mesmo (Rita).

4.2.3 “Mulher forte, sim senhor!”²

Carla, de 31 anos, é uma das lideranças e fundadora da Associação de Trabalhadores Rurais Emiliano Zapata (ATREZ). Também a conheci em 2015, mas, de maneira breve. Até então, não tinha proximidade com ela, o que desenvolvemos durante este trabalho. Por estar um pouco sobrecarregada com seus trabalhos, mostrou-se um pouco resistente, a princípio, em participar do estudo. Mas, após explicar a importância de sua participação, enquanto liderança do local, ela concordou em contribuir.

² Culturalmente, as mulheres paraibanas são tidas como fortes, por se apresentarem sempre à frente das lutas e movimentos que construíram a história do Estado. Essa expressão surgiu a partir da canção “Paraíba”, composta por Luís Gonzaga e Humberto Teixeira, para homenagear a população paraibana. Para divergir da atribuição de força ao masculino, que fala na música “Paraíba masculina, muié macho, sim sinhô”, foi modificada a expressão, por movimentos, para “Paraíba feminina, mulher forte, sim senhor” (MIELE, 1994).

Antes de chegar ao acampamento, morava na cidade de Sousa. Soube da ocupação por uma amiga de sua mãe, que já havia se instalado no local e, por problemas financeiros, decidiu acampar com sua família. Reside no Emiliano Zapata, há cerca de sete anos, com o marido e dois filhos pequenos. Sua casa possui três cômodos: dois quartos e uma sala que se divide com a cozinha, e um banheiro.

Com relação à pesquisa, esta afirmou ter aprendido bastante, pois a abordagem do estudo destoou do que, geralmente, trabalhos científicos costumam propor para seus participantes, além de conseguirmos retratar a realidade em que vivem, no acampamento. Quanto aos encontros, em um momento, ela ausentou-se por problemas de saúde, mas justificou sua falta e apresentou-se empenhada em permanecer colaborando com o estudo. Sua renda é proveniente do trabalho que exerce na Prefeitura Municipal, como secretária do Secretário de Agricultura.

Apesar de afirmar que o marido contribui nas tarefas domésticas, em suas falas, durante os encontros, retratou uma forte sobrecarga de trabalho, por ter que conciliar trabalho remunerado, trabalho reprodutivo e o trabalho na Associação.

4.2.4 Cuidadosa que só ela

Francisca, 47 anos, reside no local, com o marido e um dos seus filhos, há cerca de oito anos. Conheci-a, em 2015, durante a pesquisa que realizei, e como possuem uma venda próxima a entrada do acampamento, sempre se tornou fácil encontrá-la. Ao saber do estudo, afirmou querer participar, pois além dela, também havia cogitado a participação de sua filha, mas, isso, acabou não sendo possível.

A renda de sua família provém do comércio de produtos alimentícios, da venda que possuem em sua residência. Além disso, também gosta de fazer trabalhos manuais com crochê para vender. A casa em que vive possui 3 cômodos, dentre os quais, um é destinado para guarda dos gêneros que comercializam, uma sala que também funciona como cozinha, e um quarto. O banheiro localiza-se fora da casa.

Desde o início da pesquisa, ela compareceu a todos os encontros, excetuando, apenas, a partilha dos resultados, por problemas de saúde. Chamou-me a atenção o seu cuidado, sempre aparentando preocupação comigo, se eu havia comido, se precisava de alguma carona para a cidade, além de ser muito cuidadosa com os filhos e marido. Das demais participantes, esta foi a única que apresentou problemas técnicos na produção de imagens, em um momento por não ter compreendido a

proposta do que deveria ser registrado, e, em outro momento, por deletar as fotografias, não intencionalmente, na hora do envio. Mesmo assim, relatou gostar de participar da pesquisa por conseguir refletir sobre seu cotidiano, por intermédio das fotografias.

4.3 MULHERES, SSAN E RECONHECIMENTO: FOTOS E VOZES DE COTIDIANOS

Baseados nas fotografias e falas produzidas pelas mulheres acerca do contexto do Acampamento, das temáticas sobre seus cotidianos e alimentação, relacionamos estas situações com o referencial do Reconhecimento, colocadas em suas três esferas: o afeto, o direito e a solidariedade.

O contexto das mulheres do Acampamento Emiliano Zapata apresenta-se envolto em lutas e conflitos: a luta pelos seus direitos sociais e direito à terra, a luta pela água, a luta pelo acesso à alimentação e como não dizer, a luta pelo seu reconhecimento por estar à frente disso tudo? Convivem diariamente com uma suspensão da vida, ou seja, na espera de conseguir seu acesso à terra, que já dura mais de dez anos, pois, assim, o acesso a políticas públicas que poderiam amenizar as situações de insegurança, viria a contribuir em seus árduos cotidianos. É uma luta contínua por reconhecimento.

4.3.1 Reconhecimento pelo direito

Nesta parte do capítulo será tratada a questão das relações de reconhecimento das mulheres a partir da dimensão do direito que a Teoria de Honneth abarca.

4.3.1.1 A falta de reconhecimento pelo direito

Como foi citado, inicialmente, a situação de violação dos direitos sociais presenciada no Acampamento é um dos agravantes na condição de vida das mulheres. Assim, a falta de reconhecimento pelo direito já se destaca, nos primeiros momentos, tanto em seus relatos e retratos, como ao visualizar suas condições de vida.

Figura 20 - Fotografias produzidas por Jamara



Fonte: Pesquisa (2018).

Com relação a precariedade da vida no local, observa-se, em boa parte das casas, fogões à lenha improvisados, falta de estrutura em suas moradias e saneamento básico, escasso acesso a alimentos variados e a água potável, seja para o consumo ou para utilização e funcionamento da casa.

Figura 21 - Fotografias sobre o cotidiano, produzidas por Maria (acima) e Rita (abaixo)



Fonte: Pesquisa (2018).

As mulheres ressaltam a falta de água como um dos fatores que mais afeta o cotidiano e o trabalho doméstico, pois, a ausência de canalização de água dentro da casa, dificulta a realização de atividades como o preparo das refeições, lavar louças e roupas, e cuidados com a higiene pessoal. Cabe também a elas a busca de água para suprir as necessidades da casa.

Figura 22 - Fotografias produzidas por Rita



Fonte: Pesquisa (2018).

Em certo momento, em um dos encontros, solicitou-se que as participantes revelassem um sentimento ao visualizar as imagens que haviam produzido. Entre felicidades e satisfação com os registros, uma das participantes, se emocionou e relatou sua revolta por não obter renda suficiente para manter a si e sua família: “[...] eu olhando aqui eu me lembrei. Realmente, tem vez que me dá uma revolta! O cabra não poder nem comprar um bujão de gás...” (Rita).

Figura 23 - Fotografia produzida por Rita

Fonte: Pesquisa (2018).

A renda, ou o acesso a possibilidade de trabalhar para ter uma renda, aparece como um dos entraves na melhoria de vida destas mulheres, pois, duas participantes não possuem renda fixa, característica que prejudica a melhoria de suas vidas e maior dependência de seus companheiros. As outras participantes possuem renda fixa, uma amparada pela aposentadoria e outra por um trabalho formal no município. Beltrão et. al. (2005), explana que as mulheres são mais atingidas pelas desigualdades e pobreza pela baixa renda ou falta desta, implicando, inclusive, na degradação da saúde devido à falta de recursos para sua subsistência.

Desse modo, evidenciam-se as injustiças e privação de direitos a que estas mulheres estão submetidas, reforçando a falta de reconhecimento na esfera jurídica que prejudica sua autonomia, integridade social e soberania, causados, principalmente, pela ausência de seu direito ao título da terra.

A comunidade do Emiliano Zapata como um todo não possui a titulação da terra, apenas o direito de concessão de uso desta. Sem o título da terra, a população não consegue acessar políticas de incentivo à agricultura, como políticas de crédito e assistência técnica, além de correr o risco de despejo da terra após os dez anos de sua concessão, como previsto no artigo 189 da Constituição Federal de 1988. Este último ponto também se apresenta como dificuldade no início e continuação de cultivos no acampamento. Por medo de ocorrer uma expulsão destes do local, as

peças acabam optando por pequenos plantios, em seus quintais, ou na curta extensão de terra do lote, dividido pelos próprios moradores nos arredores das casas.

Figura 24 - Plantação de bananeiras e mandioca, no quintal de Maria



Fonte: A autora (2018).

Figura 25 - Solo entre lotes



Fonte: A autora (2018).

Heredia e Cintrão (2006) destacam também que o acesso a recursos e direitos básicos como infraestrutura, energia elétrica, saneamento básico, coleta de lixo,

capacitação e educação das mulheres rurais são fatores que afetam a qualidade de vida destas e devem ser levados em consideração. Com o acesso a estes recursos, o trabalho desempenhado pelas mulheres poderia ser diversificado, contribuindo, inclusive, na sua geração de renda e autonomia pessoal.

Além de conviver com a falta de renda e infraestrutura no meio em que vivem (falta de água, moradia adequada, acesso a alimentos, falta de saneamento e etc), suas vidas são atravessadas pela falta de acesso a políticas públicas que tratam do acesso à terra e de incentivos à agricultura familiar. Nesse sentido, algumas políticas inacessíveis para estas mulheres se destacam: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que contribuem na vida dos agricultores, por meio de financiamentos com juros baixos e as ramificações dessa política voltadas para o semiárido; a Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), que leva assistência aos agricultores para elevar sua produtividade e renda; o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), que possibilita a introdução dos pequenos agricultores no mercado, vendendo seus produtos aos órgãos públicos; o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) que propicia a venda de produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar; o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC), que garante os meios para levar água às populações rurais; além de outros diversos programas que contribuem no crescimento da produção, ofertando máquinas e créditos para os pequenos produtores elevarem suas rendas (BRASIL, 2013; GRISA, 2018).

Schwendler (2009) destaca como a ocupação de terras por meio dos acampamentos e, posteriormente, assentamentos são importantes na conquista da terra, provocando mudanças no modelo agrário de dominância dos latifúndios e contribuindo na construção de novas condições de vida para as famílias sem-terra. O acesso à terra é considerado um direito fundamental básico, necessário, também, a realização de outros direitos como a dignidade humana e a vida, pois viabiliza a obtenção de uma alimentação adequada. Cabe também destacar, que além de proporcionar a concretização do direito humano à alimentação, da geração de renda das famílias e do combate à fome, ter o direito à terra assegurado vai mais à frente, pois propõe também outras formas de viver e interagir com a natureza, trocando e resgatando saberes e memórias (DE CASTRO, 2015).

É importante lembrar que a SSAN aborda o direito de toda população ao acesso a alimentos variados e em quantidade adequada para suprir suas

necessidades, com práticas alimentares que busquem promover uma alimentação saudável (CAMPOS & AKUTSU, 2016), o que essas mulheres não estão conseguindo garantir. Para isso, é necessário que tenham acesso não apenas aos alimentos, mas também, a informação, para que possam assegurar-se de seus direitos, além de melhor distribuir as atividades que realizam, para, assim, garantir uma melhoria de vida.

Deere (2004) apresenta dois aspectos que refletem na importância especialmente da garantia do direito à terra às mulheres, referindo-se à ampliação da produtividade, do bem-estar destas e de suas famílias, e da sociedade em geral; além de ressaltar a expansão de seu poder dentro da família e da comunidade com o seu direito assegurado, influenciando na diminuição de sua submissão aos homens para alcançar a igualdade de gênero. A exclusão da mulher ao direito à terra, leva ao seu afastamento na participação de associações, sindicatos e cooperativas, na tomada de decisões e nos investimentos sociais na comunidade. Essas questões geram impacto na vida das mulheres, mas também, na continuidade das reivindicações do movimento, afetando o bem-estar do acampamento.

4.3.1.2 O reconhecimento pelo direito

Uma das poucas relações de reconhecimento por parte do Estado, para com essas mulheres, é caracterizada pela inserção do direito à aposentadoria da mulher rural. O direito à aposentadoria garante que, as mulheres, possuam maior autonomia e poder decisório dentro da esfera familiar, elevando sua economia e reduzindo a pobreza, além de promover seu empoderamento. Mas, este direito só foi conquistado em meados da década de 80, quando os Movimentos de Mulheres Trabalhadoras Rurais se uniram, para reivindicar a extensão de benefícios de seguridade social para si, e que já eram garantidos aos homens. (DEERE, 2004). A partir disso, a passos lentos, as mulheres passaram a ter seu devido reconhecimento jurídico como agricultoras e, também, beneficiárias ao direito de chefiar sua terra.

Apenas uma das participantes é aposentada, mas percebe-se, nitidamente, a diferença em comparação as demais que, ainda, não possuem acesso a esse direito. Esse amparo influencia positivamente em sua vida, pois auxilia na aquisição de recursos necessários em seu cotidiano (alimentos, rações, e outros materiais

básicos). De acordo com Delgado e Cardoso Jr. (2000), o direito à previdência tem um impacto positivo sobre a renda familiar, melhorando seu bem-estar.

Para Tonezer (2009), a garantia desse benefício às mulheres rurais permitiu que elas pudessem exercer maior autonomia no âmbito familiar, além de conseguir administrar seu dinheiro, que antes era gerido pelo homem, tratando não apenas da independência econômica, mas também de evoluções pessoais, dando maior poder decisório a estas. Porém, a previdência encontra-se cada vez mais difícil de ser alcançada, principalmente no momento político atual, no qual estamos, em que o governo federal busca implementar uma reforma da previdência que propõe o mínimo de vinte anos de contribuição, em comparação ao regime atual de quinze anos, além de elevar a idade de 55 anos, para mulheres, para 60 anos, requerendo o pagamento de um valor anual de R\$600,00 por família, o que não é necessário no regime previdenciário, em vigor, que define apenas a comprovação do trabalho exercido no campo para garantia do benefício.

O direito à aposentadoria proporciona dignidade e abre espaço para que se exerça a cidadania, ampliando o alcance do autorrespeito e reconhecimento, fortalecendo as mulheres para buscar outros direitos, além de garantir uma renda fixa, diminuindo sua carga de trabalho, contribuindo em melhorias na saúde e redução do seu sofrimento (RUIZ, 2013).

Outro ponto importante a se destacar na conquista de direitos para a comunidade do Emiliano Zapata é a atuação de uma das participantes enquanto liderança da ATREZ. Desde sua criação, em 2017, com a eleição da Associação e seus membros, Carla esteve à sua frente, buscando por melhorias de vida para as pessoas do local. Após assumir o papel de presidente, conseguiram adiantar questões burocráticas e cobrar formalmente, por intermédio de ofícios, a legitimação da terra e seu cadastro junto ao INCRA. Além disso, conseguiram cobrar do município a manutenção das estradas da comunidade, sendo revestidas com piçarra (imagem 34), reivindicar a instalação de uma rede de abastecimento de água para os moradores (imagem 35), bem como a inserção no Programa Pão na Mesa³ (imagens 36 e 37) e de doações de alimentos pelo Mesa Sesc Brasil.

³ Programa desenvolvido no Município de Sousa/PB para levar pão, diariamente, as famílias carentes. Fonte: Prefeitura Municipal de Sousa (2018).

Figura 26 - Carla acompanhando a manutenção das estradas no Acampamento



Fonte: A autora (2018).

Figura 27 - Criação de rede de abastecimento de água no Emiliano Zapata



Fonte: A autora (2018).

Figura 28 - Cadastramento de famílias no Programa Pão na Mesa



Fonte: Pesquisa (2018).

Figura 29 - Famílias recebendo a doação de pão do Programa Pão na Mesa



Fonte: Prefeitura Municipal de Sousa (2018).

A ampliação no alcance de alguns direitos básicos, atingidos pela ATREZ, com a liderança de Carla, demonstram como a sua força e perseverança contribuíram na intensificação da luta por direitos para a comunidade. Mesmo as mulheres sendo minoria na diretoria da ATREZ, afirmam ter papel primordial na tomada de decisões: “[...] nós somos a minoria na diretoria... é mais homem. Os homens tomam de conta

da direção, mas quem decide, somos nós, as mulheres, né, as duas” (Carla). Assim, essas mulheres reforçam a busca pelos seus direitos básicos, além de tentar minimizar as desigualdades de gênero, ocupando seu espaço de reconhecimento e cidadania enquanto mulheres sem-terra, na luta por políticas públicas, fora da esfera doméstica.

4.3.2 Reconhecimento pelo afeto

Nesta parte do capítulo será tratada a questão das relações de reconhecimento das mulheres a partir da dimensão do afeto que a Teoria de Honneth abarca.

4.3.2.1 A falta de reconhecimento pelo afeto

Quando relataram seus cotidianos, por diversas vezes, elas associaram os trabalhos que realizam, diariamente, como sendo tarefas árduas, ainda mais no contexto da precariedade de um acampamento, usando sempre a expressão “luta”: “[...] a minha luta de dona de casa, a luta de trabalhar fora, a luta de ajudar o assentamento como presidente...” (Carla); “[...] Meu dia a dia é esse! É lutando com aquela bodega”, “[...] essa daqui (referindo-se a fotografia) eu tinha terminado a minha luta e fui fazer meu crochêzinho...” (Francisca); “[...] Tem luta pra fazer em um barraco, viu...” (Rita).

Assim como relatam Anderson e Honneth (2011), as lutas sociais se iniciam por meio da indignação diante do não reconhecimento dos direitos ou a sua negação. São lutas no cotidiano que elas enfrentam e que não são reconhecidas. Essas “lutas” que retratam estão ligadas, principalmente, as atividades domésticas e atividade de manutenção da vida que, são atribuídas, historicamente, como trabalho feminino. Isto pode ser relacionado a divisão sexual do trabalho, em que as mulheres acabam se responsabilizando por todas as atividades vinculadas ao âmbito privado e que, em alguns casos se sobrepõe as atividades externas, sobrecarregando-as, sem a participação masculina no desempenho das atividades cotidianas, encarando, assim, uma dupla jornada de trabalho (ÁVILA & FERREIRA, 2014).

Além de se sobrecarregarem e serem as únicas responsáveis com os trabalhos domésticos e de cuidados básicos que garantem a sobrevivência no contexto do

acampamento, como a busca pela água, a elas, é negado o auxílio, quando necessitam. Em seus relatos, durante os encontros, ilustram o não reconhecimento ao afirmaram-se descontentes pela falta de ajuda dos demais membros da família até mesmo em registrarem, em fotografias, o que estas queriam. Visualiza-se, claramente, o desrespeito que sofrem estas mulheres, haja vista o reconhecimento como forma recíproca de estabelecimento de relações entre os indivíduos, a situação demonstra a falta de reconhecimento pelo afeto no ambiente mais íntimo, da família e das relações de proximidade, perturbando o autorrespeito das participantes em constituir uma vida mais saudável com menos sofrimento.

Figura 30 - Fotografias produzidas por Carla e Francisca sobre suas "lutas" diárias



Fonte: Pesquisa (2018).

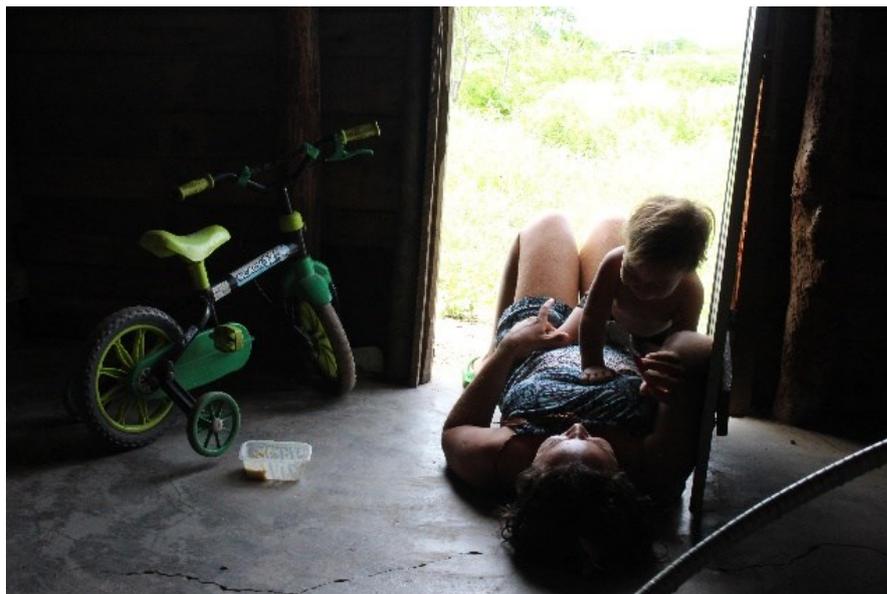
Essa luta constante pelo reconhecimento do seu trabalho e consequente sobrecarga, acaba por afetar sua relação com a alimentação, demonstrando maior preocupação com a alimentação dos familiares e descuido com a própria alimentação, o que influi na qualidade dos alimentos que consomem, relatando não possuir hábitos considerados saudáveis, além de tratar a alimentação como uma obrigação, não um ato prazeroso: “tem dia que eu como, tem dia que eu não como” (Francisca); “[...] eu

não tiro tempo para fazer essas coisas, sabe? Porque meu tempo não dá não. Aí, por isso que eu digo a ele “nem compre”, porque eu deixo extrair” (Maria, referindo-se a compra de alimentos variados, além do que costuma cozinhar, periodicamente).

O descuido na alimentação das participantes, está mais ligado a pular refeições, ou até mesmo não se alimentar, do que ao seu conteúdo. Pois, mesmo em situações precárias, com escassez de recursos para manutenção de suas vidas, conseguem manter as práticas alimentares típicas da culinária sertaneja e nordestina, consistindo em alimentos mais “fortes”, como exemplo, o baião de dois, farinha de mandioca, macarrão, cuscuz (CHAVES, 2009; BARBOSA, 2007; GODOI, 2008). O que para estas é fugir do padrão de alimentação saudável, caracterizando maior consumo de frutas e vegetais, para a pesquisadora, demonstra que seus esforços em tentar manter sua autonomia por meio do consumo de alimentos regionais, de certa forma, promove sua Soberania Alimentar. Apesar disso, as mulheres almejam melhorar sua alimentação, poder consumir mais vegetais e frutas, porém, isso não é possível pela falta de renda para adquirir e sobrecarga de trabalho que as impede de quem sabe, cultivar. Ressalta-se novamente a invisibilidade do seu trabalho perante a família e, conseqüentemente, a falta de reconhecimento na dimensão do afeto.

Figura 31 - Fotografias produzidas por Maria e pela pesquisadora na retratação de seus cotidianos





Fonte: A autora (2018).

Visualizam-se, em seus relatos, o acúmulo e sobrecarga de trabalho a que estão submetidas diariamente, dificultando a diversificação de pratos em seus cotidianos: “[...] eu estou muito acumulada de tanta coisa, sabe? Vou trabalhar, quando venho do serviço, venho resolvendo coisa de Associação, quando chego aqui dentro não dá tempo de se alimentar, nem de fazer nada” (Carla); “[...] E não tem nem tempo de fazer. Ainda que tenha as coisas, não tem tempo. Eu mesma, minha filha, só faço feijão, arroz...” (Maria).

Como afirma Bruschini (2006), as mulheres têm seu tempo consumido pelas atividades domésticas, causando uma sobrecarga de trabalho e dificuldade em conciliar outras atividades, sejam estas profissionais ou até mesmo de lazer. Isso acaba comprometendo sua relação com a alimentação e promoção da Segurança Alimentar e Nutricional de suas famílias, sem contar que também interfere em sua autonomia e construção de sua Soberania Alimentar.

Ao tratar sobre o reconhecimento do papel que as participantes executam na alimentação das famílias, confessaram que, estes familiares, não manifestam gratidão pelas tarefas que desempenham: “[...] tem hora que faz é raiva, não reconhece de jeito nenhum o que o cabra faz” (Maria); “[...] Quanto mais faz, mais ruim é. Porque a gente ajuda. Eu ajudo, faço tudo aqui. Faço tudo, boto água, vou para os matos mais ele, vou para roça... quando eu peço para me ajudar...” (Rita).

Novamente reforçando a invisibilidade do trabalho das mulheres e desinteresse em valorizar as atividades que desempenham, pois estas são mantenedoras da vida no acampamento.

Outra questão marcante, quando tratamos de seus papéis com relação à alimentação, foi a palavra que utilizaram para se descrever, denominando-se de “escravas”: “as escravas das panelas, né. É. Porque as comidas, tudo é a gente que faz” (Carla).

Nessa fala podemos visualizar o peso do enclausuramento e naturalização das atividades domésticas como de atribuição das mulheres, transformando uma atividade que deveria ser prazerosa, em uma prisão. É difícil cuidar da família, da casa, da alimentação e não ser reconhecida em seu papel, e, ainda assim, manter o afeto. Em outros relatos, tratam o trabalho doméstico como “obrigação” da mulher e ser o costume: “[...] É nossa obrigação, né? Que nós somos as donas da casa, né. Nós temos que fazer o comer mesmo. É nossa obrigação de fazer!” (Rita); “[...] Se a gente não quisesse ser dona de casa, não tivesse arrumado marido, não tivesse tido filho, casado, né...” (Carla); “[...] É, quem não quer ser dona de casa, não casa! Ou senão, estude para ter um emprego e ter uma empregada em casa para fazer” (Francisca).

Siliprandi (2004), destaca que a presença exagerada das mulheres no espaço da cozinha é um claro indicador que as desigualdades de gênero ainda constituem um entrave no desenvolvimento da saúde e bem-estar das mulheres, devendo-se modificar a maneira na qual a sociedade responsabiliza e atribui o papel da alimentação a estas.

De acordo com Brito (2000), as mulheres que têm suas atividades restritas ao ambiente privado, no trabalho doméstico não remunerado, acabam por ser submetidas a renda dos parceiros. Essa falta de renda impede que essas mulheres obtenham sua autonomia. Perpetua-se a imagem do que deve ser trabalho masculino e feminino, acentuando as desigualdades de gênero e exploração das mulheres. Com isso, o trabalho executado pelas mulheres é minimizado, fortalecendo a desvalorização de sua força de trabalho e propagando o patriarcado.

Cabral & Diaz (1998) destacam que esse papel de “dona de casa” trata de uma construção social, instituído desde o nascimento das mulheres. Os papéis de homens e mulheres são colocados pela sociedade e se moldam conforme o passar dos tempos. De certa forma, a sociedade acaba por reforçar, equivocadamente, papéis pautados na biologização dos sexos, instigando às mulheres a passividade, a

responsabilização pelos cuidados com a família e o estabelecimento de sua função como dona de casa. Bordieu (2010) assinala que as relações de dominação e exploração de gênero estabelecem-se, de maneira que haja sempre oposição entre o masculino e o feminino. Aos homens, cabe o espírito aventureiro, perigoso, o exterior, altivez; tudo que seja descontínuo e demonstre força e reconhecimento. Já às mulheres atribuem-se a continuidade, a monotonia, a vergonha, a invisibilidade. Ou seja, a sociedade naturaliza a visão de inferioridade do papel da mulher, responsabilizando-a por atividades no âmbito privado que, quase sempre, as impedem de exercer sua liberdade e as aprisionam, levando aos maus tratos e falta de reconhecimento até mesmo na esfera do afeto, na esfera íntima da família.

4.3.2.2 O reconhecimento pelo afeto

Por outro lado, é preciso destacar que há também algumas relações de afeto e cuidado mantidas pelas mulheres que demonstram situações em que o reconhecimento se apresenta na vida dessas pessoas, mesmo em território de tantas adversidades.

Evidenciou-se o cuidado de cada uma em relação ao preparo dos alimentos e à montagem dos pratos de seus familiares, destacando, sempre, o quê cada um gostava e não gostava de comer, e o quê não poderia faltar à mesa.

Figura 32 - Fotografias produzidas por Jamara



Fonte: Pesquisa (2018).

Durante a pesquisa, notou-se, em algumas visitas, especialmente a Maria, situações que demonstram o reconhecimento pelo amor, desencadeados pelos filhos para com a mãe, principalmente de suas filhas, em situações relativas ao trabalho doméstico, para que a última diminuísse a carga de trabalho e cuidasse mais de sua saúde. Para ilustrar esta forma de reconhecimento, utilizo o Diário de Campo:

Marilene carrega o guarda-sol e o tempo todo se preocupa em compartilhar a sombra com sua mãe [...] Mais de meio dia e Maria decide lavar roupa, com um Sol e calor castigante, para o desgosto da filha, que a aconselha a não fazer isso, preocupada com sua saúde [...]. (DIÁRIO DE CAMPO, 2018)⁴.

⁴ Diário de Campo referente à pesquisa da dissertação.

De certa forma, esta condição do trabalho de cuidados como papel das mulheres, reforça um discurso essencialista e hegemônico sobre sua condição feminina, sendo esta sempre a cuidadora. Mesmo assim, estas se esforçam em manter a preocupação com o outro, em valorizá-lo, demonstrando seu afeto pelo cuidado (LOPES; LEAL, 2005).

As relações de cuidado passam a ser diferentes entre homens e mulheres: os primeiros, parecem ter minimizada a relação de cuidado para com o outro; já as mulheres, são associadas a esse fato e, com uma atenção acentuada ao outro, pelo seu papel reprodutivo reforçado pela construção social de gênero. Devido a isso, tratam o outro como um prolongamento de si, estendendo o afeto e cuidado a outras mulheres, crianças, adultos, idosos e doentes, fazendo-se presentes em todos os momentos da vida (COELHO; FONSECA, 2005).

O reconhecimento pelo afeto também pode ser observado nas relações primárias, como a amizade entre as participantes da pesquisa, demonstrando cuidado e respeito entre si: “[...] eu tenho ela como uma irmã. Pode ser que ela não queira, mas eu quero” (Maria).

Essa rede de apoio e cuidado, principalmente entre mulheres, é importante no seu fortalecimento frente as inúmeras situações de invisibilidade que vivenciam, tanto dentro das famílias quanto nos demais espaços. Assim, as mulheres se unem para compartilhar e buscar soluções para os seus problemas.

Figura 33 - Cuidado entre participantes, cortando a unha da amiga



Fonte: A autora (2018).

Figura 34 - Fotografia produzida por Rita na representação de seu cotidiano



Fonte: Pesquisa (2018).

Boff (2017) analisa o cuidado como parte essencial do ser humano e de sua constituição, presente em todos os ciclos da vida, pois, sem este, a vida do indivíduo perderia o sentido e se desestruturaria. O mesmo autor trata esta característica como sendo parte de ambos os sexos, mas que perdeu o seu valor, conforme foram passadas as épocas pela valorização exacerbada do trabalho produtivo e esquecimento do trabalho de cuidados: “O cuidado foi difamado como feminilização das práticas humanas, como empecilho à objetividade da compreensão e como obstáculo à eficácia” (BOFF, 2005). Ou seja, o cuidado é visto como feminino e perpetuado como papel da mulher.

As contradições literárias diante do cuidado são vastas: de um lado, temos a ternura que representa o ato de cuidar, caracterizando o afeto pelo outro; de outro lado, temos o cuidado como obrigação e responsabilidade exclusiva da mulher, bastante criticado pelo feminismo, como mais um meio de dominação e opressão feminina pelo patriarcado. Kuhnen (2014) ao analisar Gilligan (1982), interpreta que a atribuição do cuidado às mulheres, reforça desigualdades de gênero no âmbito familiar e a submissão feminina, reproduzindo formas arcaicas do seu papel no cuidado, evidenciando estereótipos, contribuindo na sua sobrecarga de trabalho, colocando o dever masculino, nessa questão, como secundário (BORSA & NUNES, 2011). Em contraposição, mas também fugindo de essencialismos, por tomar as atividades de cuidado para si, a mulher desenvolve um espaço de poder e saber,

repassado e interiorizado, culturalmente, na formação de sua identidade. Budó *et al.* (2008), apresenta as mulheres rurais como portadoras do conhecimento sobre o cuidado, repassando-o em sua vivência com outras mulheres, tanto no âmbito familiar, como no coletivo.

O cuidado, para as participantes, parece ser uma atividade natural e confortável, tanto no ambiente privado, como no ambiente público pelas relações de afeto primárias. Isto é visto nas falas das participantes e em suas relações, principalmente, quando tratamos da alimentação: “[...] O bolo que a minha amiga fez e me deu. Bolo de arroz [...]. Aí é pamonha que nós fizemos. Foi o milho da doação, que eu disse: ‘não tem nada lá em casa para fazer’, aí ela disse ‘traga que nós fazemos’. Aí eu fiz mais ela” (*Rita*).

Figura 35 - Fotografias de bolo de arroz e pamonha, partilhados pelas participantes, Maria e Rita, apresentada na temática sobre a alimentação



Fonte: Pesquisa (2018).

É importante evidenciar esta relação de afeto por meio do alimento, pois, como afirma Assunção apud Woortmann (2008), este não caracteriza apenas as individualidades do ser, mas determina as relações que o indivíduo nutre. O alimento reforça os vínculos de afeto, seja no ambiente privado ou público, como também nos faz perceber os atritos e hierarquia envolvidos nas relações de certo grupo social. No preparo dos alimentos, são transmitidos saberes e tradições de um grupo, propagando sua cultura e identidade, além de transformar a matéria em comida/alimento (LIMA, 2009).

As participantes costumam preparar todas as refeições da família, com exceção de uma, que trabalha além da esfera privada. Geralmente, estas refeições acontecem nos mesmos horários, o café, o almoço e, as sobras do último, são novamente servidas à noite, no jantar. São as mulheres que servem os demais membros da família, preparando seus pratos, de acordo com suas preferências. De certa forma, as mulheres estabelecem uma relação de poder sobre e a partir dos alimentos. Com o domínio da cozinha, como seu espaço de autonomia, elas detêm as escolhas alimentares da família, tendo o conhecimento de suas preferências e responsabilizando-se pelo preparo de todas as refeições (WEDIG & MENASCHE, 2008). Por isso, destaca-se o valor da mulher como protagonistas centrais da Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar, nos espaços privados e públicos, pois esta tem papel fundamental na promoção de práticas alimentares saudáveis e adequadas às comunidades que pertencem, além de resgatar os saberes voltados a alimentação, passados de geração em geração.

Outro ponto importante na esfera do afeto é que, apesar das questões que retratam invisibilidades e desigualdades, além da falta de reconhecimento, as participantes relataram sentir-se muito contentes em trabalhar com a agricultura, com a terra e com os animais, mesmo com toda a precariedade vivenciada:

[...] eu sinto muita satisfação com isso aqui. Muito prazer. Eu sinto. Eu ir lá na roça e trazer isso aqui. Eu amo essa vida, tu acredita? Eu gosto dessa vida. Se eu fosse nova, minha vida era outra. Eu adoro essa vida. De plantar, de ter as coisas, de colher essas coisas. Eu tinha precisão de estar assim? Tinha não, mas eu sou assim, eu gosto! (Maria).

Figura 36 - Fotografias representando os cuidados com a natureza



Fonte: A autora (2018).

Figura 37 - Fotografia representando o cuidado com os animais



Fonte: A autora (2018).

A terra traz à tona, além da sobrevivência material, o reconhecimento pelo afeto. Traz à tona lembranças de afeto nas relações anteriores com a agricultura nas suas famílias e infância, transmitindo conhecimento por diversas gerações, além de trazer a resistência e esperança de uma vida digna pelos frutos que colhe (SILVA *et al.*, 2016).

A importância da mulher na manutenção e promoção da vida nos diversos espaços e, principalmente, no cuidado com a terra e desenvolvimento da agricultura é datada há mais de trinta mil anos, como afirma Wandelli *apud* Guedes (2018). A sociedade matriarcal colocava a vida acima de qualquer poder, reconhecendo sua relação de irmandade com a terra na construção do bem-viver e promoção da agricultura orgânica, baseada em saberes tradicionais, acordando a princípios de utilização sustentável dos recursos naturais. Por essa razão, a valorização do papel das mulheres na Soberania Alimentar remete ao desenvolvimento mais sustentável e a promoção do bem viver.

Figura 38 - Fotografia representando o cuidado com a natureza



Fonte: A autora (2018).

4.3.3 Reconhecimento pela solidariedade

Nesta parte do capítulo será tratada a questão das relações de reconhecimento das mulheres a partir da dimensão da solidariedade que a Teoria de Honneth abarca.

4.3.3.1 A falta de reconhecimento pela solidariedade

Ao tratar de situações de não reconhecimento pela dimensão da solidariedade, ou estima social, destaca-se o espaço público, que ultrapassa as fronteiras do acampamento. Pouco se conhece de experiências de reconhecimento pela estima social para com a comunidade. As relações de solidariedade se limitam aos familiares que moram na cidade que, quando necessitam permanecer por mais tempo lá, ofertam um local para repousar, realizar visitas e disfrutar momentos de lazer.

A falta de aproximação da cidade com o acampamento e seus moradores, demonstra a ausência de reconhecimento destes para com a comunidade. Isto ocorre, muitas vezes, por preconceitos que são reproduzidos pela mídia de que os acampamentos e assentamentos de Reforma Agrária são “favelas rurais”, associando-os também ao atraso, incompetência e a baderna, para desqualificar sua luta por direitos sociais, ampliando o distanciamento entre estes. Esses preconceitos atuam, também, como obstáculos na obtenção e manutenção de empregos fora do espaço rural, o que dificulta a elevação da renda e de seu sustento, impedindo que essas pessoas se sintam reconhecidas (WHITAKER, 2009).

Sousa e Bernardo (2017) revelam que a imagem do sem-terra é vista de maneira negativa, pois a sua proposta de reorganização do rural, vai contra o modelo empregado pelos latifundiários e as elites que os apoiam. O sem-terra busca uma utilização sustentável e heterogênea do solo, além da redistribuição adequada das terras, fazendo oposição as grandes concentrações de terra mantidas por pequenas parcelas de latifundiários. Assim, os esforços para desacreditar a imagem e identidade dos povos que lutam por seus direitos à terra são intensificadas para que não haja mudança no monopólio agrário das elites rurais. Situações como estas provocam vergonha e sofrimento das mulheres e demais moradores do local, afetando sua autoestima e alcance de seu reconhecimento.

4.3.4.2 O reconhecimento pela solidariedade

As experiências de solidariedade, no local, se desenvolvem diante do fortalecimento das suas relações enquanto comunidade de pessoas que vivem sob um contexto de vulnerabilidades, estabelecendo a estima e a reciprocidade para progredirem e reivindicarem seus direitos. Essa solidariedade é apresentada em seus relatos, quando, por exemplo, acontece de faltar algum recurso em suas casas:

[...] quando tem o gás a gente cozinha no gás, quando não tem, a gente cozinha na lenha. Quando não quer cozinhar na lenha, cozinha no carvão e assim a gente vai vivendo. Quando não tem nenhum dos, a gente vai procurar a casa da mãe, a casa de um vizinho e assim a gente vai levando (Carla).

Figura 39 - Jumento doado a família de Rita por morador



Fonte: Pesquisa (2018).

Estas práticas também acontecem quando tratamos de outros recursos básicos, como a água, em que os vizinhos que possuem poços artesanais compartilham com os demais que não têm acesso a esta. As mulheres afirmam sempre mediar estas relações e não medir esforços em contribuir com o outro, da maneira que podem. Os atos de solidariedade são bastante valorizados na comunidade, fazendo com que, quem os realiza, sintam-se reconhecidos nesta dimensão, fortalecendo sua autoestima. É por intermédio dessas relações de estima social, muitas vezes mediadas pela necessidade de garantir a sua sobrevivência e a comida, que a comunidade se fortalece e eleva-se a autoestima das mulheres, que lideram os atos de solidariedade no local.

Sabourin (1999) revela que essas práticas de solidariedade nas comunidades rurais são comuns e integram parte essencial na sociabilidade dos moradores do local. Essa rede de reciprocidades se estende desde relações interpessoais no apadrinhamento e estreitamento de laços entre pessoas sem parentesco, aproximando os agricultores de sua vizinhança, como no manejo dos recursos para a produção, na mão de obra e compartilhamento de outros bens. O mesmo autor destaca que a construção dessas redes de ajuda mútua, contribuem na mobilização dos agricultores para alcançar objetivos e benefícios em comum ao coletivo (SABOURIN, 2012). Assim, as práticas que culminam nas relações de reciprocidade e estima social fomentam o fortalecimento da comunidade em busca dos seus direitos, na formação de laços e alcance de sua soberania.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do estudo, visualizou-se o quanto as atividades realizadas pelas mulheres estão ligadas à alimentação, passando boa parte de seus cotidianos colhendo, cuidando das hortas, escolhendo os alimentos e preparando as refeições. Por isso, sua atuação torna-se essencial na SSAN.

Diante das informações apresentadas, constatou-se o quanto as experiências de reconhecimento influenciam na autonomia das mulheres e em suas relações com a alimentação e, conseqüentemente, no alcance da SSAN. Assim como Honneth (2003) relata em sua teoria, a falta de reconhecimento pelo afeto, além do acúmulo de trabalho, destaca-se no distanciamento da relação das mulheres com os alimentos, influenciando, também, na maneira como estas visualizam seu espaço dentro da família e sua autoimagem, o que desencadeia sofrimentos. O não reconhecimento do Estado em assegurar os direitos sociais básicos das mulheres e comunidade, em geral, impede que possam viver dignamente e acessar o DHAA, fator esse que afeta sua qualidade de vida e interfere na execução de outros direitos fundamentais. Esses fatos associados ao estigma do sem-terra, propagado erroneamente pela mídia, provocam o distanciamento da comunidade acampada para com outras pessoas, o que impede que seu reconhecimento possa ser atingido. Junto a isso, as desigualdades de gênero que se encontram enraizadas na cultura da sociedade, influenciam nessa falta de reconhecimento e na obtenção da SSAN das mulheres, compreendendo que para se alcançar a devida autonomia dos povos do campo, é necessário erradicar as desigualdades de gênero e estabelecer equidade em todos os aspectos.

O papel das mulheres na promoção da SSAN está intrinsecamente ligado ao seu reconhecimento nas dimensões do afeto, direito e solidariedade, pois sem o seu alcance, os entraves enfrentados no encontro da autonomia que precisam para exercer plenamente a função de promotoras de uma alimentação adequada e saudável tornam-se demasiados. Mesmo assim, estas não renunciam dos seus direitos, e procuram sempre sobressair-se em meio as dificuldades enfrentadas, buscando estratégias e redes de apoio na comunidade. A luta pelo reconhecimento é contínua, assim como sua resistência nas adversidades e na busca pelo acesso à terra, a alimentação e seus direitos.

Assim, podemos verificar que grande parte das atividades que as mulheres executam, diariamente, estão voltadas à alimentação, no cuidado com as hortas e pequenos animais, preparando as refeições e, também, na realização do trabalho doméstico. Além disso, elas são encarregadas de práticas que envolvem não só a manutenção da casa, como os cuidados com os demais membros da família. Sua relação com a alimentação é tamanha que iniciam seus dias imaginando o que irão preparar para suas famílias com os poucos recursos que possuem. Mesmo tendo esse espaço de poder nas atividades voltadas aos cuidados com os alimentos e a família, participando ativamente na construção da SSAN, o volume de trabalho que precisam desempenhar acaba sobrecarregando-as.

A sobrecarga de trabalho e sua responsabilização pelo preparo das refeições afetam sua relação com a alimentação. As mulheres compreendem que possuem um papel importante na escolha dos alimentos para promoção da saúde e melhoria de vida, mas, o caminho para atingir a SSAN ainda é longo. Para isso, é necessário que obtenham os recursos necessários para que consigam acessar e garantir uma alimentação de qualidade e em quantidade suficiente para si e suas famílias, ou seja, precisam ter seus direitos sobre a terra assegurados.

Os impasses que permeiam as relações desiguais de gênero nos diversos espaços e camadas da sociedade apresentam-se intensamente arraigados no Acampamento Emiliano Zapata. A falta de sensibilização dos membros da família em contribuir nas atividades domésticas, para que não haja sobrecarga de trabalho e sua falta de reconhecimento e valorização do trabalho de cuidados, implica na diminuição das relações de afeto. Ligado a isso, a falta de capacitação e informação, juntamente com a baixa escolarização das mulheres rurais e amparo do Estado, impedem que, estas, tenham acesso a recursos básicos que são essenciais na melhoria não apenas de suas vidas, mas de toda a família e comunidade que habitam, o que impede que essas pessoas garantam sua dignidade.

Mesmo enfrentando inúmeras adversidades e a falta de reconhecimento, existe uma forte rede de apoio entre as mulheres do acampamento, seja esta de afeto ou de solidariedade que as mantém firmes na luta pelo seu espaço. Os momentos de lazer que desfrutam, acontecem quando estão em contato com a natureza (expressos na dedicação aos animais e hortas) e, em conjunto, refletido nas relações de solidariedade, compartilhando alimentos, ou do próprio diálogo entre si. Dentre as dificuldades que, diariamente, convivem, o não reconhecimento de seus direitos, a

escassez de alimentos e de variedade destes, falta de água adequada para consumo e plantio, baixa renda, que influencia nos demais fatores, além da falta de uma moradia apropriada, que também interfere na vida, apresentam-se como principais entraves para estas mulheres e demais moradores do local – fato este, que poderia progredir se a homologação da terra fosse concretizada pelo INCRA, para, assim, ser possível acessar políticas de incentivo à agricultura. Mas, até o final deste estudo, não ocorreu.

Trabalhar, especificamente, com mulheres e, de certa forma, para promover sua autonomia, dando visibilidade ao trabalho que efetuam, plantando reflexões sobre seus cotidianos, apresentou-se como uma experiência surpreendente. Respirar os ares de resistência e (re) existências dessas mulheres, no Sertão Paraibano, e poder partilhar suas angústias e desejos, contribuindo na propagação de suas vozes, trouxe uma enorme carga de conhecimento e que, espera-se, colaborar na melhoria e visibilidade de suas realidades. Como profissional de saúde e nutricionista, advinda de uma área que muitas vezes é demasiado objetiva, esse estudo foi extremamente desafiador, mas ao mesmo tempo, abriu o olhar para diversos temas que, antes, não foi possível o contato e que são enriquecedores na produção de conhecimento. Essa experiência demonstra o quanto a nutrição pode evoluir ao expandir suas práticas e provocar seus profissionais a sair de sua zona de conforto para dialogar com outras temáticas e áreas de conhecimento.

A princípio, recorrer ao *Fotovoz* pareceu ser uma tarefa árdua, devido à necessidade de dispositivos que o público participante do estudo poderia não obter, como também, a insegurança de trabalhar com um método que não havia executado anteriormente, e se, este, seria bem aceito. Mas, ao iniciar a pesquisa, e com algumas adaptações, pude perceber como a fotografia poderia provocar a criatividade no olhar das participantes e oferecer a atenção que almejam para suas vidas, o que, acredito, seria difícil de concretizar com outras técnicas. A utilização dessa metodologia mostrou-se como um importante instrumento na concretização do estudo, pois, deu voz a mulheres que, muitas vezes, não conseguem se expressar e não possuem o devido reconhecimento nas atividades e no afeto que brindam a todos ao seu redor. Por intermédio dessa ferramenta, as participantes da pesquisa conseguiram retratar as particularidades de suas vidas e de seu dia-a-dia, por meio das fotografias produzidas, sentindo-se visibilizadas, podendo refletir sobre seus cotidianos e sua importância na promoção da SSAN de suas famílias.

Para as mulheres, fotografar seus cotidianos pareceu ser também uma tarefa difícil, mas prazerosa, apresentando-se felizes com os resultados obtidos em seus registros. Em termos de dificuldade, relataram a utilização da câmera fotográfica como um estranhamento, *a priori*, mas ao aprender seu manuseio, mostraram-se confiantes com a sua utilização. Também demonstraram entusiasmo em reunir-se para apresentar suas fotografias e poder conversar, livremente, sobre as tribulações que vivenciam, além de manifestar seu contentamento em triunfar diante desses entraves.

Verificou-se que as mulheres em poucos momentos levam suas lutas cotidianas, em torno da alimentação, para o espaço público, mas quando isso acontece, as mudanças são significantes, assim como apresentando no trabalho da Carla à frente da Associação (ATREZ). As transformações na vida dessas acampadas são inúmeras, pois de suas lutas e sofrimentos, são estas as que mais entendem e padecem, pois, a comida como necessidade básica é assunto que elas convivem diariamente.

Compreende-se que a visibilização e valorização do trabalho desempenhado pelas mulheres, além da divisão adequada das tarefas domésticas, pode contribuir para melhoria de vida deste público. Além disso, é importante garantir seus direitos básicos, para, assim, diminuir a pobreza, promover o acesso aos recursos necessários para uma vida digna, com estima social e autorrespeito. Dessa maneira, as mulheres podem desfrutar melhor de seus cotidianos, conciliando suas atividades com outras práticas, tanto voltadas para o lazer, como para a expansão de sua renda.

Dessa maneira, o Estado deve agir para cumprir seu papel na efetivação dos direitos sociais básicos dessa comunidade, implementando a Reforma Agrária e a instalando políticas públicas que contribuam no estabelecimento da saúde, reconhecimento e dignidade, no local. Além da atuação do Estado, a sociedade também deve atuar cobrando, deste, a efetivação dos direitos da população do campo. É importante compreender seu papel no cultivo dos alimentos que chegam a suas casas, desvinculando-se do preconceito com os movimentos sociais do campo, que são os maiores responsáveis pela utilização de técnicas sustentáveis de plantio, preocupando-se com a biodiversidade e a produção de alimentos de qualidade para si e toda a população.

É importante ressaltar que ademais existem questões em aberto para estudos futuros, como: por que os homens continuam dominando o espaço público e as mulheres mantêm-se reduzidas ao espaço privado do rural, e, ainda, não realizam as

compras de alimentos na cidade, nem procuram reorganizar as tarefas domésticas e de cuidados para diminuir sua carga de trabalho? Indagar sobre a dominação masculina e seu espaço de poder sobre as mulheres também é repensar como o rural se constrói e como as pautas das lutas dos movimentos sociais do campo se constituem. Enfim, trabalhar a raiz dessas desigualdades que afetam na formação da identidade dos sujeitos e em sua qualidade de vida pode promover melhorias no alcance da SSAN das mulheres e das pessoas ao seu redor.

REFERÊNCIAS

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

ALEM, Daniel *et al.* Segurança Alimentar e Soberania Alimentar: construção e desenvolvimento de atributos. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA*, 20., 2015, Foz do Iguaçu. **Anais...** Foz do Iguaçu: UFBA, 2015. p. 1-25.

ALBORNOZ, Susana G. As esferas do reconhecimento: uma introdução a Axel Honneth. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 127-143, 2011.

ALTIERI, Miguel A. Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 13, n. 16, p. 22-32, 2010.

ANDERSON, Joel; HONNETH, Axel. Autonomia, vulnerabilidade, reconhecimento e justiça. **Cadernos de Filosofia Alemã**, [S.l.], n. 17, p. 81-112, 2011.

ANDRADES, Thiago O.; GANIMI, Rosângela N. Revolução verde e a apropriação capitalista. **CES Revista**, Juiz de Fora, v. 21, p. 43-56, 2007.

ALMEIDA, Paula *et al.* A pamonhada na casa de Dona Nenê: agricultura familiar construindo a segurança alimentar no semi-árido. *In: RIGON, Sílvia A. et al. (Org.). Soberania e segurança alimentar na construção da agroecologia: sistematização de experiências*. Rio de Janeiro: FASE, 2010. p. 17-21.

ASSUNÇÃO, Vivian K. Comida de mãe: notas sobre alimentação, família e gênero. **Caderno Espaço Feminino**, [S.l.], v. 19, n. 1, p. 233-253, 2008.

ÁVILA, Maria B.; FERREIRA, Verônica (Org.). **Trabalho remunerado e trabalho doméstico no cotidiano das mulheres**. Recife: SOS Corpo, 2014.

BARBOSA, Livia. Feijão com arroz e arroz com feijão: o Brasil no prato dos brasileiros. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 87-116, 2007.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: fatos e mitos**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

BELTRÃO, Kaizô I.; CAMARANO, Ana A.; MELLO, Juliana L. **Mudanças nas condições de vida dos idosos rurais brasileiros**: resultados não-esperados dos avanços da seguridade rural. Rio de Janeiro: IPEA, 2005.

BEZERRA, Islandia; PEREZ-CASSARINO, Julian. (Org.). **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba: Editora da UFPR, 2015.

BEZERRA, Islandia; SCHNEIDER, Sergio. Produção e consumo de alimentos: o

papel das políticas públicas na relação entre o plantar e o comer. **Revista Faz Ciência**, [S.l.], v. 15, n. 20, p. 35-61, 2012.

BLEIL, Susana I. O Padrão Alimentar Ocidental: considerações sobre a mudança de hábitos no Brasil. **Cadernos de Debate**, [S.l.], v. 6, p. 1-25, 1998.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano: compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 2017.

BOFF, Leonardo. O cuidado essencial: princípio de um novo *ethos*. **Inclusão Social**, [S.l.], v. 1, n.1. 2005.

BOLONHA, Ludmila M. C. **O papel das mulheres no combate à insegurança alimentar**: um estudo de caso na sociedade Felupe da Guiné-Bissau. 2013. Dissertação (Mestrado em Estudos Africanos: Análise e Gestão do Desenvolvimento Social e Económico) - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2013.

BORDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 9. ed. Tradução por Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

BORSA, Juliane C.; NUNES, Maria L. T. Aspectos psicossociais da parentalidade: O papel de homens e mulheres na família nuclear. **Psicologia Argumento**, Prado Velho, v. 29, n. 64, p. 31-39, 2011.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 11.346 de 15 de setembro de 2006**. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN) com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>. Acesso em: 8 mar. 2019.

BRASIL. Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. **A Exigibilidade do Direito Humano à Alimentação Adequada, Ampliando a Democracia no SISAN**. Brasília: MDSA, CAISAN, 2017. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/seguranca_alimentar/caisan/Publicacao/Caisan_Nacional/exigibilidade_direito_humano_alimentacao_adequada.pdf>. Acesso em: 19 mar. 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Brasília: DOU, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 10 mar. 2019.

BRASIL. **Estatuto da Terra**. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília: DOU, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm>. Acesso em: 15 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo**. [Brasília], 2018. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do>>

brasil-%C3%A9-8%C2%AA-maior-produtora-de-alimentos-do-mundo>. Acesso em 13 mar. 2019.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Políticas Públicas para a Agricultura Familiar**. [Brasília], 2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/politicas_publicas_baixa.pdf>. Acesso em: 9 maio 2019.

BRASIL. **Guia alimentar para a população brasileira**. Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. 2. ed., 1. reimpr. Brasília: Ministério da Saúde, 2014.

BRITO, Jussara C. Enfoque de gênero e relação saúde/trabalho no contexto de reestruturação produtiva e precarização do trabalho. **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 16, n.1, p.195-204, 2000.

BRUNO, Regina. O Estatuto da Terra: entre a conciliação e o confronto. **Estudos, Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 5-31, 1995.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não-remunerado? **REBEP**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 331-353, 2006.

BUDÓ, Maria L. D., *et. al.* Práticas de cuidado em relação à dor – a cultura e as alternativas populares. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, [S.l.], v. 12, n. 1, p. 91-96, 2008.

BURILLE, Andreia. **Quando a masculinidade encontra o envelhecimento: Experienci(a)ções de reconhecimento e de cuidado no cotidiano de idosos rurais**. 2017. Tese (Doutorado em Enfermagem) Escola de Enfermagem, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

BURITY, Valéria *et al.* **Direito humano à alimentação adequada no contexto da segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2010.

CABRAL, Francisco; DIAZ, Margarita. Relações de gênero. *In*: BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Educação; FUNDAÇÃO ODEBRECHT. **Cadernos afetividade e sexualidade na educação: um novo olhar**. Belo Horizonte: Rona, 1998. p. 142-150.

CALDART, Roseli S. Educação do Campo. *In*: CALDART, R. *et al.* **Dicionário da educação do campo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CAMPOS, Jussara M. S.; AKUTSU, Rita C. A. C. Segurança alimentar e nutricional, gênero e educação: uma abordagem integrativa. **Demetra**, [S.l.], v. 11, n.1, p. 1277-1295, 2016.

CASTRO, Mafalda G.; DE LARA, María D. N. Gênero e Soberania Alimentar: as mulheres como sujeitos ativos na construção da alimentação e da nutrição. *In*: MORENA, M. A. (Org.). **Observatório do direito à alimentação e à nutrição: A nutrição dos povos não é um negócio**. 7. ed. Alemanha, 2015. p. 31-34.

CENTRO DE ESTUDOS SINDICAIS E ECONOMIA DO TRABALHO. Mulheres: mundo do trabalho e autonomia econômica. **Cadernos de Formação**, São Paulo, n. 3, p. 1-52, 2017.

CHAVES, Rosalinda. Potencialidades da metodologia photovoice na intervenção com pessoas idosas institucionalizadas. **Revista de Cultura Visual – VISTA**, [S.l.], n. 1, p. 181-206, 2017.

CHAVES, Lorena G. *et al.* O programa nacional de alimentação escolar como promotor de hábitos alimentares regionais. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 22, n. 6, p. 857-866, 2009.

COELHO, Edméia A. C.; FONSECA, Rosa M. G. S. Pensando o cuidado na relação dialética entre sujeitos sociais. **REBEn**, [S.l.], v. 58, n. 2, p. 214-217, 2005.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA VIA CAMPESINA, 4, 2008, Maputo. **Declaração de Maputo**. Moçambique, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal25/16carta.pdf>>. Acesso em: 17/03/2019.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA VIA CAMPESINA, 5, 2013, Jakarta. **Declaração de Jakarta**. Indonésia, 2013. Disponível em: <<http://boletimmstrj.mst.org.br/carta-aberta-da-iv-conferencia-da-via-campesina-egidio-bruneto/>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – CONSEA. **Alimentação Adequada e Saudável: direito de todos**. *In*: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 4., Salvador, [2011]. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/apresentacao-painel-1-avancos-ameacas-e-perspectivas-para-efetivacao-do-dhaa-e-soberania-alimentar>>. Acesso em: 22 mar. 2019.

DECLARAÇÃO FINAL DO FÓRUM MUNDIAL DE SOBERANIA ALIMENTAR, assinada pela Via Campesina, Havana, Cuba, 2001. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/doc-792_es.pdf>. Acesso em: 16 mar. 2019.

DEERE, Carmen D. Os Direitos da Mulher à Terra e os Movimentos Sociais Rurais na Reforma Agrária Brasileira. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, n. 1, p. 175-204, 2004.

CASTRO, Luís F. P. Agricultura familiar, *habitus* e acesso à terra. **Revista Brasileira de Sociologia do Direito**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 91-105, 2015.

DELGADO, Guilherme C.; CARDOSO JUNIOR, José C. **Universalização de Direitos Sociais no Brasil**: o caso da Previdência Rural nos anos 90. Brasília: IPEA, 2000.

OLIVEIRA, Ana M. S. Relação homem/natureza no modo de produção capitalista.

Pegada – A Revista da Geografia do Trabalho, [S.l.], v. 3, p. 1-9, 2002.

SOUSA REGALA, Raisal M.; SANTOS DANTAS, Diego. Conflitos Territoriais e a Saúde Ambiental no Perímetro Irrigado Várzeas De Sousa (PIVAS). *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA – ENGA, 23., 2016, São Cristovão. **Anais...** São Cristovão: ENGA, 2016. Disponível em: <<http://enga.com.br/anais/GT/GT%206-%20MOVIMENTOS%20SOCIAIS%20NO%20CAMPO/RAISA%20MARIA%20DD%20SOUZA%20E%20DIEGO.docx>>. Acesso em: 30 set. 2017.

SOUZA, Luiz G. C. O que há de especificamente sociológico na Teoria do Reconhecimento de Axel Honneth? **Sociologia & Antropologia**, [S.l.], v. 2, n. 4, p. 61-79, 2012.

FERRANTE, Vera L. B.; DUVAL, Henrique C. **Mulheres assentadas na região central do Estado de São Paulo**: apresentando dados de pesquisas. [São Paulo], [2011]. Disponível em: <<http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/252/11>>. Acesso em: 10 out. 2017.

MADEIRA FILHO, Wilson *et al.* Dificuldades sistêmicas para a Segurança Alimentar: perspectivas comparadas sobre o Plano de Segurança Alimentar e Nutricional nos estados de Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. *In*: CONGRESSO NACIONAL DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO, 12., 2016, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <http://www.inovarse.org/sites/default/files/T16_008.pdf>. Acesso em: 22 mar. 2019.

FONSECA, Ricardo M. A Lei de Terras e o advento da propriedade moderna no Brasil. **Anuário Mexicano de História do Direito**, México, n. 17, p. 1-19, 2005.

FÓRUM MUNDIAL PELA SOBERANIA ALIMENTAR. Selingue, Mali, África, 2007. **Declaração de Nyéléni**. Disponível em: <http://www.cidac.pt/files/5514/2539/9126/Declarao_de_Nylny.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2019.

GEHRKE, Bernardo M. A metodologia Photovoice e a identificação de recursos turísticos endógenos no oeste do Rio Grande do Norte – Brasil. *In*: SEMINÁRIO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM TURISMO, 12., 2015, Natal. **Anais...** Natal, 2015. Disponível em: <<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/12/53.pdf>>. Acesso em 05 jan. 2019.

GERHARDT, Tatiana E.; SILVEIRA, Denise T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GILLIGAN, C. **In a Different Voice: Psychological Theory and Women's Development**. Cambridge: Harvard, 1982.

GIMENES, Maria H. S. G.; MORAIS, Luciana P. Vozes femininas, saberes culinários: o feminino e a dinâmica das identidades regionais por meio da culinária. **Caderno Espaço Feminino**, [S.l.], v.19, n. 1, p. 353-368, 2008.

GIORDANI, Rubia C. F.; BEZERRA, Islandia; ANJOS, Mônica C. R. Semeando Agroecologia e Colhendo Nutrição: rumo ao bem e bom comer. [S.l.], 2017.

Disponível em:

<<http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8819/1/Semeando%20agroecologia.pdf>>. Acesso em: 24 jul. 2019.

GRISA, Catia; CHECHI, Letícia A.; SANGUINET, Eduardo R. A incidência de políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: considerações a partir dos municípios, regiões e territórios da cidadania. **Revista Grifos**, [S.l.], n. 45, p. 159-182, 2018.

GODOI, Edileide S. **A produção da identidade paraibana na propaganda culinária nordestina**. 2008. Dissertação (Mestrado em Linguística e ensino) – Programa de Pós-Graduação em Linguística, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (CCHLA), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

GODOLPHIM, Nuno. A fotografia como recurso narrativo: problemas sobre a apropriação da imagem enquanto mensagem antropológica. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, p.125-144, 1995.

GOMES, Romeu. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, Maria C. S. (Org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

GOMES JÚNIOR, Newton N.; ANDRADE, Erica R. Uma discussão sobre a contribuição das mulheres na disputa por Soberania Alimentar. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 392-402, 2013.

GURAN, Milton. **Documentação Fotográfica e Pesquisa Científica: Notas e Reflexões**. Prêmio Funarte Marc Ferrez de Fotografia, [S.l.], 2012. Disponível em: <<http://www.labhoi.uff.br/node/1905>>. Acesso em 11 ag. 2019.

HEREDIA, Beatriz M. A.; CINTRÃO, Rosângela P. Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro. **Revista Nera**, Presidente Prudente, v. 9, n. 8, p. 1-28, 2006.

HERRERA, Karolyna M. Da invisibilidade ao reconhecimento: mulheres rurais, trabalho produtivo, doméstico e de *care*. **Política & Sociedade**, Florianópolis, v. 15, p. 208-233, 2016.

HONNETH, Axel. **Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais**. São Paulo: Editora 34, 2003.

HONNETH, Axel. O eu no nós: reconhecimento como força motriz de grupos. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 15, n. 33, p. 56-80, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo agropecuário**. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/51/agro_2006.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo agropecuário**: resultados preliminares. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro/pdf/estabelecimentos.pdf>. Acesso em 03 mar. 2019.

INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA – IICA. SEMINÁRIO INTERNACIONAL: “GÊNERO NO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DOS TERRITÓRIOS RURAIS”. Documento Síntese. Natal, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Incra/PB cria dois assentamentos no Perímetro Irrigado Várzeas de Sousa**, 2017. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/noticias/incrapb-cria-dois-assentamentos-no-perimetro-irrigado-varzeas-de-sousa>>. Acesso em 30 set. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. **Reforma Agrária**. [2017]. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/reforma_agraria>. Acesso em 18 nov. 2017.

JAHNEL, Teresa C. As leis de terras no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 65, p. 1-12, 1987.

JALIL, Laetícia M. **Mulheres e soberania alimentar: a luta para a transformação do meio rural brasileiro**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

JUNIOR, Newton P. A. Da dialética do reconhecimento em Hegel à dialética do trabalho e teoria da emancipação em Marx. **Cadernos Cemarx**, [S.l.], n. 6, p. 61-75, 2009.

JUNQUEIRA, Eduardo. **Código Civil de 1916**. São Paulo: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/ CPDOC – FGV, 2019. Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/C%C3%93DIGO%20CIVIL%20DE%201916.pdf>>. Acesso em: 11 mar. 2019.

KUHNEN, Tânia A. A ética do cuidado como teoria feminista. *In*: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS, 3, 2014, Londrina. **Anais...** Londrina, 2014. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_T%C3%A2nia%20Aparecida%20Kuhnen.pdf>. Acesso em: 6 maio 2019.

LEÃO, Marília. **O Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013.

LIMA, Maria F. F. Comida como cultura. **Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 40, n. 1, p. 107-111, 2009.

LIMA, Ana C. O.; LIMA, Rayanne S. V.; SILVA, Jânia M. A. Gênero feminino, contexto histórico e segurança alimentar. **Demetra**, [S.l.], v. 11, n. 3, p. 789-802,

2016.

LOERA, Nashieli C. R. A busca do território: uma aproximação à diversidade do seu significado entre os sem-terra. **Athenea Digital**, [S.l.], n. 5, 2004. Disponível em: <<https://atheneadigital.net/article/view/n5-rangel/142-html-pt>>. Acesso em: 12 nov. 2018.

LOPES, Marta J. M.; LEAL, Sandra M. C. A feminização persistente na qualificação profissional da enfermagem brasileira. **Cadernos pagu**, [S.l.], n. 24, p. 105-125, 2005.

MALUF, Renato S. Produtos agroalimentares, agricultura multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. In: MORREIRA, R. J.; COSTA, L. F. C. (Org.). **Mundo rural e cultura**. Rio de Janeiro: Mauad, 2002.

MALUF, Renato S. Posfácio. Soberania alimentar no continente das desigualdades. In: BEZERRA, I.; PEREZ-CASSARINO, J. **Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe**. Curitiba: Editora UFPR, 2016.

MALUF, Renato S. **Avanços, ameaças e perspectivas para a efetivação do direito humano à alimentação adequada e saudável e da soberania alimentar**. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 4, Salvador. [2011]. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/apresentacao-painel-1-avancos-ameacas-e-perspectivas-para-efetivacao-do-dhaa-e-soberania-alimentar>>. Acesso em: 20 mar. 2019.

MARTINS, José S. **Sociologia da fotografia e da imagem**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

MARQUES, Marta I. M. **O novo significado da questão agrária**. [S.l.], [2010]. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Marta/1s2017/Marques_novo_significado_questao_agraria.pdf>. Acesso em: 15 mar. 2019.

MATTOS, Carmem L. G.; CASTRO, Paula A. **Etnografia e educação**. Conceitos e usos. Campina Grande: EDUEPB, 2011.

MEIRELLES, Laércio. Soberania Alimentar, Agroecologia e mercados locais. **Agriculturas**, [S.l.], v. 1, p. 11-14, 2004.

MEIRINHO, Daniel. Olhares do saber e do fazer: O uso do método Photovoice como instrumento para a literacia visual com jovens em contextos de exclusão e vulnerabilidade. In: BRITES, M. J.; JORGE, A.; SANTOS, S. C. (Ed.). **Metodologias Participativas: Os media e a educação**. Covilhã – PT: Livros LabCom, 2015.

MELLEIRO, Marta M.; GUALDA, Dulce M. R. Explorando a “fotovoz” em um estudo etnográfico: uma estratégia de coleta de dados. **REBEn**, São Paulo, v. 58, n. 2, p. 191-193, 2005.

MENEZES, Claudia. Registro visual e método antropológico. *In*: MENEZES, C.; MONTE-MÓR, P.; GURAN, M. (Org.). **Caderno de textos: antropologia visual**. [S.I.]: Museu do Índio, 1987.

MINGUIM, Lorryne P. Reforma agrária: um viés para a efetivação da função social da propriedade. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, v. 19, n. 151, 2016. Disponível em: <<https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-ambiental/reforma-agraria-um-vies-para-a-efetivacao-da-funcao-social-da-propriedade/>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

MIRANDA, Sheila F. A questão do reconhecimento: Axel Honneth e a atualização do modelo conceitual hegeliano a partir da psicologia social de George Herbert Mead. *In*: SPINK, M.J.P.; FIGUEIREDO, P.; BRASILINO, J. (Org.). **Psicologia social e personalidade**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; ABRAPSO, 2011. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/xg9wp/pdf/spink-9788579820571-10.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2018.

MONTENEGRO, Antonio T. As Ligas Camponesas e os conflitos no campo. **Seculum – Revista de História**, João Pessoa, n. 18, p. 11-31, 2008.

MOREIRA, Renata C.; RAMALHO, Claudilene C. Questão de gênero e soberania alimentar: auto-organização das mulheres do MST no estado do Espírito Santo. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v.11, n. 32, p. 249-271, 2013.

MOTTA, Márcia; ESTEVES, Carlos L. **Ligas Camponesas: história de uma luta (des) conhecida**. [S.I.], 2006. Disponível em: <[http://www.mstemdados.org/sites/default/files/Ligas%20Camponesas%20-%20hist%C3%B3ria%20de%20uma%20luta%20\(des\)%20conhecida%20-%20M%C3%81RCIA%20MOTTA%20E%20CARLOS%20LEANDRO%20Esteves%20-%202006.pdf](http://www.mstemdados.org/sites/default/files/Ligas%20Camponesas%20-%20hist%C3%B3ria%20de%20uma%20luta%20(des)%20conhecida%20-%20M%C3%81RCIA%20MOTTA%20E%20CARLOS%20LEANDRO%20Esteves%20-%202006.pdf)>. Acesso em: 13 mar. 2019.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Objetivos**. [S.I.], 2014. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/objetivos/>>. Acesso em: 13 mar. 2019.

NARVAZ, Martha G.; KOLLER, Sílvia H. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicologia & Sociedade**, [S.I.], v. 18, n. 1, p. 49-55, 2006.

NASCIMENTO, Antônio D. Movimentos sociais rurais, quarenta anos depois. *In*: NASCIMENTO, A. D.; HETKOWSKI, T. M. (Orgs). **Memória e formação de professores**. Salvador: EDUFBA, 2007.

NASCIMENTO, João E. B. *et. al.* A importância da ATER para a agricultura familiar do território do Sertão Ocidental de Sergipe. **Desenvolvimento Rural Interdisciplinar**, Porto Alegre, v.1, n.1, p. 138-165, 2018.

NETO, Antônio J. M. A questão agrária no Brasil: aspecto sócio-jurídico. **Projeto História**, São Paulo, n.33, p. 97-118, 2006.

NIEMEYER, Carolina B. Via Campesina: Uma análise sobre sua gênese e processo de consolidação. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL MOVIMENTOS SOCIAIS, PARTICIPAÇÃO E DEMOCRACIA, 2, 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis, 2007. Disponível em:

<<http://www.reformaagrariaemdados.org.br/sites/default/files/Via%20Campesina%20-%20Uma%20an%C3%A1lise%20sobre%20sua%20g%C3%AAnese%20e%20processo%20de%20consolida%C3%A7%C3%A3o%20-%20Carolina%20Burle%20de%20Niemeyer%20-%202007.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

NOGUEIRA, Conceição. As Mulheres na liderança. Números, ambiguidades e dificuldades. **Guia de Educação, Gênero e Cidadania**, Lisboa, v. 3, p. 103-114, 2009.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007.

OLIVEIRA, Ariovaldo U.; FARIA, Camila S. O processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil. *In*: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 12, 2009, Montevideú. **Anais...** Observatório Geográfico de América Latina, Montevideú, 2009. Disponível em: <<http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/94.pdf>>. Acesso em: 10 fev. 2019.

OLIVEIRA, Rony E. A concentração fundiária e a desigualdade social: a Reforma Agrária como instrumento de reversão. *In*: ENCONTRO REGIONAL POVOS DO CERRADO, 6, 2011, Montes Claros. **Anais...** Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, 2011. Disponível em: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:7qrvZ9AAayMJ:documento.ifnmg.edu.br/action.php%3Fkt_path_info%3Dktcore.actions.document.view%26fDocumentoId%3D1748+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 22 mar. 2019.

ORTIZ, Marília. Mulheres jovens e a participação política. *In*: LOBATO, Ana L. (Org.). **Jovens Mulheres e Políticas Públicas**. Brasília: Presidência da República, 2014.

PAULILO, Maria I. S. O peso do trabalho leve. **Ciência Hoje**, [S.l.], v. 5, n. 28, p. 1-7, 1987.

PIMBERT, Michel. Mulheres e Soberania Alimentar. **Agriculturas**, [S.l.], v. 6, n. 4, 41-44, 2009.

PLATAFORMA DHESCA BRASIL. **Direito Humano à Alimentação e Terra Rural**. Curitiba: INESC, 2008.

PULEO, Alicia H. Anjos do Ecosistema? *In*: FARIA, Nalu; MORENO, Renata. (Org.). **Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia**. São Paulo: SOF, 2012.

REICH, Evânia E. **O reconhecimento em Hegel**. 2012. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação de Filosofia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2012.

RUIZ, Eliziane N. F. **Relações sociais nas situações de adoecimento crônico no rural**: expressões de cuidado e sofrimento na perspectiva da dádiva. 2013. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2013.

SAAVEDRA, Giovani A.; SOBOTTKA, Emil A. Introdução à teoria do reconhecimento de Axel Honneth. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, [S.l.], v. 8, n. 1, p. 9-18, 2008.

SABOURIN, Eric. Práticas de reciprocidade e economia de dádiva em comunidades rurais do Nordeste brasileiro. **Raízes**, [S.l.], v. 18, n. 20, p. 41-49, 1999.

_____. Teoria da reciprocidade e análise de políticas públicas rurais. **Ruris**, Campinas, v. 6, n. 2, p. 53-90, 2012.

SANTOS, Katia M. P. *et. al.* Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso APA Planalto do Turvo/ Vale do Ribeira/ SP. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 19, n. 33, 47-62, 2016.

SANTOS, Laiany R. S.; SANTOS, Josefa L. A Soberania Alimentar: construção política desde a organização das mulheres camponesas. **Revista NERA**. Boletim DATALUTA – artigo de maio, p. 1-8, 2015. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/artigodomes/5artigodomes_2015.pdf>. Acesso em: 31 out. 2017.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

SCOTT, Russel P.; CORDEIRO, Rosineide. Mulheres em áreas rurais nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 15, n. 2, p. 419-423, 2007.

SCHWENDLER, Sônia F. A participação da mulher na luta pela terra: dilemas e conquistas. *In*: FERNANDES, B. M.; MEDEIROS, L. S.; PAULILO, M. I. (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas**: condições, dilemas e conquistas, v. 2: a diversidade das formas das lutas no campo. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SERRA, Carlos A. T. Considerações acerca da evolução da propriedade da terra rural no Brasil. **ALCEU**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 231-248, 2003.

SILIPRANDI, Emma. Mulheres agricultoras no Brasil: sujeitos políticos na luta por soberania e segurança alimentar. **Pensamiento Iberoamericano**, [S.l.], n. 9, p. 1-14, [2011].

_____. Políticas de Segurança Alimentar e relações de gênero. **Cadernos de Debate**, [S.l.], p. 1-18, 2004. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wp-content/uploads/2014/05/politicas_de_san_e_relaes_de_genero.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2019.

SILVA, José A. **Do Território da Esperança à Memória da Conquista Territorial: Conflitos e Acesso à Terra pelo MST no Acampamento Emiliano Zapata**, Município de Sousa – PB. 2014. 68 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande, Cajazeiras – PB, 2014.

SILVA FILHO, Francisco C. O. A Reforma Agrária na Constituição Federal de 1988 e o desenvolvimento econômico do Brasil – Efetividade e limites. *In*: ENCONTRO REGIONAL DE ESTUDANTES DE DIREITO E ENCONTRO REGIONAL DE ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA, 21., 2008, Crato. **Anais...** Crato: Universidade Regional do Cariri, 2008. Disponível em: <http://urca.br/ered2008/CDAnais/pdf/SD3_files/Francisco_SILVA_FILHO.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2019.

SILVA, Sandro P. **A trajetória histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidades e consolidação**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

SILVA, Roberto M. A. Entre o Combate à Seca e a Convivência com o Semi-Árido: políticas públicas e transição paradigmática. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 38, n. 3, p. 466-485, 2007.

SOBOTTKA, Emil A. Desrespeito e luta por reconhecimento. **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 4, p. 686-702, 2015.

SOUSA, Caroline C; BERNARDO, Marcia H. Sem-terra com terra: Resistências cotidianas no assentamento de Araras-SP. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, [S.l.], v. 12, n. 2, p. 453-465, 2017.

STÉDILE, J. P. Soberania Alimentar, o que é isso? *In*: MIYASHIRO, R. (Org.) **Gastronomia e identidade cultural** – coletânea de textos educandos. Florianópolis: Central Única dos Trabalhadores – CUT, 2008.

TAQUETTE, Stella R. Análise de Dados de Pesquisa Qualitativa em Saúde. *In*: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM PESQUISA QUALITATIVA, 5, Porto, 2016. **Anais...** Porto: Universidade Lusófona do Porto, 2016. Disponível em: <<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/download/790/777/>>. Acesso em: 15 mar. 2019.

TARGINO, Ivan; MOREIRA, Emilia; MENEZES, Marilda. As Ligas Camponesas na Paraíba: um relato a partir da memória de seus protagonistas. **Ruris**, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 2011.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Trabalho, Reforma Agrária e Soberania Alimentar: elementos para recolocar o debate da luta de classes no Brasil. **Scripta Nova**,

Barcelona, v. 11, n. 245. 2007. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/sn/sn-24546.htm>>. Acesso em: 18 mar. 2019.

TONEZER, Cristiane. **Idosos rurais de Santana da Boa Vista – Rio Grande do Sul**: efeitos da cobertura previdenciária. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

TOUSO, Maíra F. S. *et al.* Photovoice como modo de escuta: subsídios para a promoção da equidade. **Ciência & Saúde Coletiva**, [S.l.], v. 22, n. 12, p. 3883-3892, 2017.

VENTURA, Tereza. Luta social por reconhecimento: dilemas e impasses na articulação pública do desrespeito. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 19, n. 40, 159-170, 2011.

VIEIRA, Márcio. **Reforma Agrária**. [S.l.], [S.n.], 1984. Disponível em: <<https://sites.google.com/site/escritosoicram/Home/teste/REFORMAAGR%C3%81RIA.pdf>>. Acesso em 20 jan. 2019.

VIEIRA, Flávia Braga. Via Campesina: um projeto contra-hegemônico? *In*: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA, 3, 2008, Londrina. **Anais...** Londrina: Universidade Estadual de Londrina, 2008. Disponível em: <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/flaviabraga.pdf>>. Acesso em 16 mar. 2019.

WANDELLI, Elisa *et al.* Mulheres promotoras de agricultura geradora de vida. **Cadernos de Agroecologia**, Brasília, v. 13, n. 1, p. 1-7, 2018.

WANDERLEY, Maria N. B. **A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural**. Buenos Aires: Consejo Latino americano de Ciencias Sociales, 2001.

WANG, Caroline; BURRIS, Mary Ann. Photovoice: Concept, Methodology, and Use for Participatory Needs Assessment. **Health Education & Behavior**, [S.l.], v. 24, n. 3. 1997. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/109019819702400309>>.

WEDIG, Josiane C.; MENASCHE, Renata. Comida e classificações: homens e mulheres em famílias camponesas. **Caderno Espaço Feminino**, [S.l.], v. 20, n. 2, p. 57-74, 2008.

WEISHEIMER, Nilson. Desenvolvimento rural, capitalismo e agricultura familiar. **Olhares sociais**, [S.l.], v. 2, n. 1, p. 51-78, 2013.

WELCH, Clifford A. Movimentos sociais no campo até o golpe militar de 1964: a literatura sobre as lutas e resistências dos trabalhadores rurais do século XX. **Lutas & Resistências**, Londrina, v.1, p. 60-75, 2006.

WENDHAUSEN, Águeda L.; BARBOSA, Tatiane M.; BORBA, Maria C. Empoderamento e Recursos para a participação em Conselhos Gestores. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 15, n. 3, p. 131-144, 2006.

WERNET, Monika; MELLO, Débora F.; AYRES, José R. C. M. Reconhecimento em Axel Honneth: contribuições à pesquisa em saúde. **Texto & Contexto Enfermagem**, [S.l.], v. 26, n. 4, p. 1-8, 2017.

WHITAKER, Dulce C. A. Reforma Agrária e meio ambiente: superando preconceitos contra o rural. **Retratos de Assentamentos**, [S.l.], n. 12, p. 33-46, 2009.

ZANOTTO, Rita. **Soberania Alimentar como construção contra-hegemônica da Via Campesina**: Experiências no Brasil e na Bolívia. 2017. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, São Paulo. 2017.

APÊNDICE A – APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Projeto intitulado: Mulheres acampadas e Soberania Alimentar: um estudo sobre o reconhecimento das mulheres residentes no Acampamento Emiliano Zapata, no Município de Sousa/PB. [1]

Enquanto realizava minha pesquisa sobre a prática alimentar das famílias residentes no Acampamento Emiliano Zapata, em 2015, pude perceber que a grande maioria das mulheres eram as principais encarregadas pelas escolhas alimentares das famílias e pelo preparo das refeições. Aspecto, este, que não pôde ser aprofundado nesta pesquisa e busca-se dar continuidade neste momento. Diante dos contextos experienciados nos acampamentos de Reforma Agrária, em que são encontradas situações de vulnerabilidade das famílias que, ali, procuram por melhorias de vida e, tendo as mulheres como principais responsáveis pelo preparo e manutenção da alimentação, muitas vezes, estas, acabam sendo sobrecarregadas com a enorme demanda de responsabilidades que lhes são atribuídas e tendo seu trabalho invisibilizado.

A partir disso, busca-se com o atual projeto, compreender e dar visibilidade a atribuição dessas mulheres, no que diz respeito ao seu papel e relação com a Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional de suas famílias. Para isso, investiga-se quais as funções desempenhadas por estas, nos âmbitos da alimentação e das relações que se constroem no acampamento, além de sua importância no cultivo e produção de alimentos, conhecendo quais fatores interferem no alcance da Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional de suas famílias.

Para responder esses questionamentos, utilizar-se-á a observação participante e, também, a metodologia *Photovoice*, na qual, é realizada a captura de imagens, pelos próprios sujeitos pesquisados, garantindo que o olhar e construção da pesquisa sejam feitos, desde o ponto de vista da comunidade em conjunto com a pesquisadora. Serão escolhidas de 5 a 10 mulheres para participar da pesquisa e, estas, serão acompanhadas, pela pesquisadora, no seu dia a dia, para que se produzam imagens que respondam as questões problematizadas.

A pesquisa faz parte da dissertação de Mestrado que será apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Ficamos à disposição para qualquer esclarecimento.

[1] Pesquisa realizada por Luymara Pereira Bezerra de Almeida. Nutricionista, graduada pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e mestranda em Desenvolvimento Rural pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS. Sob orientação de Eliziane Ruiz, Nutricionista e professora desta mesma instituição (UFRGS).

APÊNDICE B – TERMO DE APRESENTAÇÃO E ANUÊNCIA DA PESQUISA**TERMO DE APRESENTAÇÃO E ANUENCIA PARA PESQUISA**

Venho, por meio desta, apresentar a pesquisa “Mulheres acampadas e Soberania Alimentar: um estudo sobre o reconhecimento das mulheres residentes no Acampamento Emiliano Zapata, no Município de Sousa/PB” e solicitar a anuência para a sua realização.

Essa pesquisa faz parte do projeto de mestrado da estudante Luymara Pereira Bezerra de Almeida sob orientação da Dr^a Eliziane N. Francescato Ruiz, pesquisadora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Um resumo da pesquisa está em anexo.

Contato da pesquisadora, Luymara Pereira Bezerra de Almeida: Rua João Rodrigues Alves, 140. Cajazeiras – PB. Tel (83) 99655-4249. Endereço Eletrônico: luy_cz@hotmail.com.

Contato da orientadora, profa. Dr^a Eliziane N. Francescato Ruiz: Rua Ramiro Barcelos, 2.400. Porto Alegre – RS. Tel (51) 91514335. Endereço Eletrônico: elizianerui@yahoo.com.br.

Declaro que estou ciente e concordo com realização da pesquisa.

Carla Alves do Nascimento

Associação dos Trabalhadores Rurais Emiliano Zapata – ATREZ

Carla Alves do Nascimento

Luymara Pereira Bezerra de Almeida

Luymara Pereira Bezerra de Almeida

Data: 06/04/2018

Sousa – PB.

APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)

Você está sendo convidado para participar da pesquisa “**Mulheres acampadas e Soberania Alimentar**: um estudo sobre o reconhecimento das mulheres residentes no Acampamento Emiliano Zapata, no Município de Sousa/PB”. Trata-se de uma pesquisa de mestrado da aluna **Luymara Pereira Bezerra de Almeida**, do curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O objetivo geral da pesquisa é “Compreender o papel das mulheres residentes no Acampamento Emiliano Zapata, no município de Sousa/PB, no que diz respeito a sua relação com a Soberania Alimentar e Segurança Alimentar e Nutricional de suas famílias, a partir da Teoria do Reconhecimento”. Justifica-se a realização deste estudo pela necessidade de demonstrar a importância das mulheres nos processos que culminam no alcance da Soberania Alimentar e garantia da Segurança Alimentar e Nutricional em acampamentos e assentamentos rurais, que procuram viver do que cultivam da terra, mesmo com as condições desfavoráveis a que estão submetidos, buscando refletir sobre esses papéis para que ocorra a promoção e criação de políticas de políticas públicas que contribuam na melhoria de vida desses indivíduos. Sua participação consistirá no fornecimento de informações por meio de diálogos com a pesquisadora, momentos de observação e captação de imagens no seu cotidiano. Afirmo que, em nossas conversas, não existem respostas certas ou erradas, apenas gostaria que compartilhasse comigo suas experiências. Como nossas conversas poderão levar um tempo considerável, peço sua autorização para gravá-la, e assim escutá-la novamente e transcrevê-la com a maior riqueza de informações para a pesquisa.

Asseguro que, caso não queira responder alguma pergunta, sua vontade será respeitada e poderá encerrar sua participação no momento que sentir necessidade para isso. Isto também se aplica as captações de imagens, se não quiser aparecer em alguma é só me comunicar que não irá aparecer. Todas as fotografias em que você aparecer serão mostradas no formato digital no telefone celular, câmera ou notebook da pesquisadora. As informações que você não queira compartilhar ao

público – incluindo sua identidade, se assim desejar – por meio das técnicas de pesquisa utilizadas, serão mantidas sob sigilo.

Não há despesas pessoais para o participante em qualquer fase do estudo. Também, não há compensação financeira relacionada à sua participação. Se existir qualquer despesa adicional, ela será absorvida pelo orçamento da pesquisa. Em função da metodologia adotada do estabelecido o período de coleta de dados no Município se dará entre os meses de maio de 2018 a junho de 2018, prevê-se a realização de 4 (quatro) encontros com o grupo de participantes, para a geração dos dados da pesquisa, podendo resultar em mais encontros, de acordo com a disponibilidades das participantes.

O registro dos dados provenientes da pesquisa serão mantidos sob responsabilidade da pesquisadora responsável durante um período de 5 anos, sendo destruídos após esse período.

Os resultados e achados deste estudo serão utilizados para construção da Dissertação de Mestrado da pesquisadora, publicação de artigos científicos e apresentação em eventos acadêmicos e comunitários de interesse sobre o tema.

Esta pesquisa apresenta riscos mínimos aos participantes, não apresentando danos físicos e considerando os riscos relacionados apenas a um possível desconforto para responder as perguntas ou participar das observações e da captação das imagens. No entanto, garante-se respeito à ocorrência destes possíveis desconfortos e diálogo para que a pesquisa ocorra nos momentos mais confortáveis e seguros para você. A pesquisadora responsável garante, ainda, a segurança e o respeito aos participantes da pesquisa, considerando seus interesses e garantindo a relevância social do estudo. Você tem plena liberdade para retirar seu consentimento, em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma. Optando voluntariamente por participar você receberá uma cópia deste termo contendo o telefone e o endereço institucional da pesquisadora responsável e da professora orientadora da pesquisa. Dessa maneira, você poderá a qualquer momento entrar em contato com a pesquisadora e esclarecer suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, ou com o Comitê de Ética para outras informações.

Assim, após leitura atenta deste documento, o pesquisador principal do estudo me ofertou uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Declaro que entendi os objetivos da pesquisa e concordo em participar dela:

Luymara Pereira Bezerra de Almeida

Mestranda – pesquisadora responsável. Contato: Avenida João Pessoa, 31, CEP: 90040000. Porto Alegre, RS. Telefone: (83) 9 9655-4249. Endereço eletrônico: luy_cz@hotmail.com.

Professora Orientadora Dr^a Eliziane N. Francescato Ruiz: Rua Ramiro Barcelos, 2400, CEP: 90035-003. Porto Alegre – RS. Telefone: (51) 9 9151-4335. Endereço Eletrônico: elizianeruz@yahoo.com.br.

APÊNDICE D – PARTILHA DE RESULTADOS

Partilha de Resultados

1 - O cotidiano das mulheres está voltado ao desempenho de atividades domésticas e pelos arredores da casa, tratando do cuidado com a casa e a família. Realizando atividades de varrição, lavagem da casa e das roupas da família, preparo das refeições e cuidados com os animais pequenos (ofertando comida às galinhas, carneiros e ovelhas). Além de cuidados com as hortas nos arredores da casa, regando as plantas e colhendo-as.

2 - A alimentação é uma atividade que toma boa parte do cotidiano das assentadas, mas, por inúmeras razões, não conseguem atingir o padrão que gostariam de oferecer para si e suas famílias, mesmo considerando a alimentação uma questão de extrema importância.

3 - Estes fatores estão ligados à falta de água no assentamento, pois, muitas famílias ainda não têm acesso à água encanada e potável. A água que os demais têm acesso é salobra; quem possui água encanada (por ter furado um poço) afirma não ser suficiente para manter a família e irrigar suas plantações (o que contribuiria na geração de renda). A água salobra não é ideal para irrigar diversos cultivos que as famílias mantêm.

4 - A renda, ou falta desta, se apresenta como um dos principais entraves no desenvolvimento da vida no assentamento, pois a falta de recursos acaba influenciando na escassez do plantio e de melhorias na alimentação.

5 - Apesar de tratarem a alimentação como gratificante, torna-se um trabalho desgastante para estas, pois, são as únicas responsáveis pelo preparo das refeições e, este empenho não é reconhecido pelos demais membros das famílias.

6 - O papel das mulheres na alimentação das famílias poderia melhorar, como estas afirmam, pois, elas têm a consciência de que necessitam de mais variedade em sua comida.

7 - Mesmo convivendo com inúmeras dificuldades em seu dia a dia, as mulheres procuram sempre unir-se para ajudar seus companheiros e companheiras assentados, seja na alimentação, ou no compartilhamento da água e na distribuição do cuidado e afeto entre si. Sentindo-se reconhecidas nesse papel.

8 - Já na categoria do direito, estas não podem afirmar reconhecimento, pois, como dito anteriormente, há escassez de água, de alimentos, de educação e moradia digna que viriam a ser alcançados com a homologação da terra que, até o presente momento, não ocorreu.

APÊNDICE E – PARTILHA DE RESULTADOS

ALEGRIAS





MEDOS/DIFICULDADES



